

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores (o “Prospecto”) do  
WTD – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS  
FEDERAIS**

**CNPJ nº 11.137.038/0001-27**

**Classificação da Austin Rating Serviços Financeiros: “A”**

**Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2009[●], em [●] de [●] de 2009**

**Código ISIN nº BRWTFCTF 013**

**Valor da Emissão das Quotas Seniores: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)**

O WTD – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Alimentícios Federais (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 09 de setembro de 2009, através do “Instrumento Particular de Constituição do WTD – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Alimentícios Federais”, com prazo de duração de 64 (sessenta e quatro) meses, contado a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão, ou após o término dos procedimentos de dação em pagamento previstos no Regulamento, o que ocorrer antes, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Resolução CMN nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 356”), pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo foi constituído em 9 de setembro de 2009 e seu regulamento registrado na mesma data sob o nº 752471 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração ao Regulamento registrado em 28 de setembro de 2009 sob o nº 754580, pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração ao Regulamento registrado em 30 de novembro de 2009, sob o nº 761390 e pelo Instrumento Particular de Terceira Alteração ao Regulamento registrado em 28 de dezembro de 2009, sob o nº 764339, todos perante o 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o “Regulamento”).

Observado o disposto no Regulamento, o Fundo poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, 1 (uma) classe de quotas seniores (as “Quotas Seniores”), em série única, sendo cada Distribuição objeto de registro de distribuição pública específico perante a CVM. O Fundo poderá emitir, em uma ou mais distribuições, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”), em número indeterminado, em série única, a serem subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Consultor de Crédito.

Na 1ª Distribuição, o Fundo poderá emitir, no mínimo, 1 (uma) Quota Sênior e, no máximo, 100 (cem) Quotas Seniores, no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e, no mínimo, 1 (uma) Quota Subordinada e, no máximo, 35 (trinta e cinco) Quotas Subordinadas, no valor de até R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). As informações referentes à remuneração, à amortização e ao resgate das Quotas Seniores estão definidas no Regulamento.

**Observado o mínimo de 1 (uma) Quotas Sênior a ser emitidas pelo Fundo na 1ª Distribuição, nos termos do Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, menos que 100% das Quotas Seniores objeto da Oferta, o saldo das Quotas Seniores não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.**

**Protocolo CVM datado de 01 de outubro de 2009. Registro CVM nº [●], em [●] de [●] de 2009.**

As Quotas Seniores deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP e para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao respectivo intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas, e à Administradora a adesão deste aos termos do Regulamento. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, localizados no Brasil ou no exterior, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.


No curso do processo de distribuição das Quotas Seniores, os Distribuidores, de comum acordo com a Administradora, poderão adotar o procedimento diferenciado de distribuição, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos Distribuidores, visando a maior pulverização para as Quotas, tendo em vista a relação do Consultor de Crédito e dos Distribuidores com esses clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo que os Quotistas que vierem a efetivamente adquirir Quotas do Fundo deverão fazê-lo sempre em igualdade de preços e condições, sempre observado as disposições do Regulamento. A Administradora realizará a distribuição das Quotas, em regime de melhores esforços, sem o pagamento de comissões específicas.

“Os investidores devem ler a Seção ‘Fatores de Risco’ deste Prospecto, nas páginas “57” a “63”.

**Vide outros avisos importantes na página I deste Prospecto.**

**“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”**

**“A Comissão de Valores Mobiliários - CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das cotas a serem distribuídas”**

	Prospecto de acordo com Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento	“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do código ANBID de regulação e melhores práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. a autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços”.
---	--	--

Administradora e Distribuidora  
**OLIVEIRA TRUST**

Estruturador  


Consultor de Crédito  


Custodiante  


Empresa de Auditoria  


Agência de Classificação de Risco  


Assessor Legal  
**MOTTA, FERNANDES ROCHA**

ADVOGADOS

**A data deste Prospecto é de 28 de dezembro de 2009**

*“ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBID DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS”*

*“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA”.*

*“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO”.*

*“O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR”.*

*“O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC”.*

*“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, SUA ADMINISTRADORA E DAS COTAS SENIORES A SEREM DISTRIBUÍDAS”*

*“O INVESTIMENTO NO FUNDO SUJEITA O INVESTIDOR A RISCOS. OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO NAS PÁGINAS 56 À 63 DESTE PROSPECTO. AINDA QUE A ADMINISTRADORA MANTENHA UM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS INVESTIDORES.”*

*“TODO E QUALQUER QUOTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVE ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO E DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DAS TAXAS DEVIDAS À ADMINISTRADORA E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO.”*

---

## **Outros Avisos**

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SERVEM UNICAMENTE PARA FINS DE DISCUSSÃO. QUALQUER REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DAS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS É PROIBIDA.

Nenhuma informação contida neste documento deve ser interpretada como promessa, garantia ou declaração sobre desempenho passado ou futuro. As informações neste documento podem conter estimativas e expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos Creditórios, bem como envolvem elementos significativos de juízo e análise subjetivos. Nenhuma declaração é dada com relação à precisão de tais estimativas ou expectativas, nem considerações relativas a tais estimativas ou expectativas foram feitas ou declaradas que certamente se concretizarão. Uma parte das informações contidas neste documento é de natureza genérica, com a intenção de oferecer uma visão geral sobre o mercado de capitais, não sendo ilustrativas da presente operação. As informações aqui contidas não representam todas as informações eventualmente necessárias para a avaliação de tais valores mobiliários e qualquer investidor deve ler os prospectos preliminar e definitivo e conduzir uma análise própria e independente das informações neles contidas. Os Distribuidores não esperam atualizar ou revisar as informações aqui contidas, exceto por meio do prospecto definitivo. Os valores mobiliários e obrigações do Fundo (a) não são emitidos pelos Distribuidores, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas, (b) não constituem obrigações dos Distribuidores, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas e (c) não são garantidos pelos Distribuidores, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas.

Nenhum dos Distribuidores está agindo como consultor ou agente dos potenciais investidores. Antes de investir nas Quotas do Fundo, o potencial investidor deve determinar, sem fiar-se nos Distribuidores ou suas afiliadas ou subsidiárias, os riscos econômicos e méritos, bem como as características e consequências legais, fiscais e contábeis da operação, e determinar, independentemente, se é capaz de assumir tais riscos. A esse respeito, ao receber estes materiais, o investidor toma ciência de que foi avisado que (a) os Distribuidores não oferecem consultorias legal, fiscal ou contábil, (b) o investidor deve compreender que pode haver relevantes riscos legais, fiscais ou contábeis relacionados a esta operação, (c) o investidor deve obter consultoria legal, fiscal e contábil de outros consultores com conhecimento para avaliar os riscos relevantes, e (d) o investidor deve informar a administração de sua instituição sobre as características (e riscos) legais, fiscais e contábeis relacionados a esta operação, e sobre as ressalvas dos Distribuidores a este respeito.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO PASSADO, E OUTRAS INFORMAÇÕES HISTÓRICAS RELATIVAS A CERTOS ATIVOS. O DESEMPENHO PASSADO E INFORMAÇÕES HISTÓRICAS NÃO SÃO, NECESSARIAMENTE, INDICATIVAS DE RESULTADOS FUTUROS.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS: QUAISQUER EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, PREVISÕES E ESTIMATIVAS AQUI CONTIDAS SÃO PREVISÕES E SE BASEIAM EM CERTAS PRESUNÇÕES QUE OS DISTRIBUIDORES CONSIDERAM RAZOÁVEIS. EXPECTATIVAS SÃO, NECESSARIAMENTE, POR NATUREZA, ESPECULATIVAS, E É POSSÍVEL QUE ALGUMAS OU TODAS AS PREMISSAS EM QUE SE BASEIAM AS EXPECTATIVAS NÃO SE CONCRETIZEM OU DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DOS RESULTADOS EFETIVOS. NESSE SENTIDO, AS EXPECTATIVAS SÃO APENAS ESTIMATIVAS.

---

RESULTADOS EFETIVOS PODEM DIFERIR DAS EXPECTATIVAS, E TAIS DIFERENÇAS PODEM SER SUBSTANCIAIS.

ALGUNS FATORES IMPORTANTES QUE PODERIAM FAZER COM QUE OS RESULTADOS EFETIVOS DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS INCLUEM: MUDANÇAS NAS TAXAS DE JUROS, INCERTEZAS FINANCEIRAS, LEGAIS OU DE MERCADO, EVENTUAIS DIFERENÇAS NA VALORIZAÇÃO FINAL DOS ATIVOS DO FUNDO, SEUS RESPECTIVOS PRAZOS DE VENCIMENTO, BEM COMO A FREQUÊNCIA E A GRAVIDADE DA PERDA DESTES ATIVOS, DENTRE OUTROS FATORES.

CONSEQUENTEMENTE, A INCLUSÃO DE EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CONTIDAS NESTE DOCUMENTO NÃO DEVE SER CONSIDERADA COMO UMA DECLARAÇÃO DO EMISSOR, DOS DISTRIBUIDORES, DA ADMINISTRADORA, DO CONSULTOR DE CRÉDITO, OU DE QUALQUER DE SUAS SUBSIDIÁRIAS OU QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE SOBRE OS RESULTADOS QUE SERÃO EFETIVAMENTE ATINGIDOS PELO EMISSOR.

## Índice

Glossário .....	7
Características Básicas da Distribuição das Quotas no Curso do Programa de Securitização....	16
Veracidade das Informações .....	18
Sumário .....	19
O Fundo .....	19
Público-Alvo .....	20
Fatores de Risco.....	20
A Administradora .....	20
O Custodiante .....	20
O Consultor de Crédito .....	22
Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo .....	24
Da Substituição e Renúncia da Administradora e do Custodiante e da substituição do Consultor de Crédito, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.....	25
Demonstrativo do Custo da Distribuição .....	26
Modificação da Oferta .....	27
Cronograma Etapas da Oferta.....	27
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira .....	28
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo.....	29
Gerenciamento de Riscos.....	30
Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo.....	30
Valores Mínimos de Aplicação.....	30
As Quotas.....	30
Tributação .....	30
Arbitragem .....	33
Atendimento aos Quotistas .....	34
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas .....	35
Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo.....	35
Direitos Creditórios.....	36
Características Básicas do Fundo .....	37
Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura .....	37
Desenho Esquemático do Fundo.....	38
Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios, Preço de Aquisição, Recebimento e Cobrança de Valores .....	39
Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão.....	41
Eventos de Avaliação.....	43
Relação Mínima e Alocação de Investimento Mínima .....	44
Procedimentos de Dação em Pagamento .....	45
Ordem de Aplicação dos Recursos .....	46
As Quotas .....	47
Características das Quotas Subordinadas.....	48
Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas.....	49
Valor das Quotas.....	51
Amortização e Resgate das Quotas.....	52
Custos Referentes à Defesa dos Quotistas .....	54
Da Arbitragem e do Foro .....	56
Fatores de Risco .....	57

Introdução .....	57
Fatores Associados ao Investimento no Fundo.....	57
Fatores Associados aos Direitos Creditórios .....	60
Potenciais Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas .....	64
Utilização dos Recursos .....	65
Direitos Creditórios .....	66
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E e Poupança.....	71
Administradora e Distribuidora.....	72
Histórico.....	72
Estrutura e Administração.....	72
Administração de Fundos de Investimento.....	72
Consultor de Crédito .....	74
Estruturador.....	75
Custodiante.....	76
Anexos.....	80
Súmula da Agência de Classificação de Risco .....	81
Regulamento .....	89
Parecer .....	241

## GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

### *Definições referentes ao Programa de Securitização*

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91
Afiliada	a(s) pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa
Agência de Classificação de Risco	Austin Rating Serviços Financeiros, com endereço na Rua Leopoldo Couto Magalhães, 110 – conj. 73, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente de Cobrança	WSUL Gestão Tributária Ltda., sociedade com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mostardeiro, nº 366, conjunto 701, Bairro Independência, inscrita no CNPJ sob o nº 09.314.558/0001-16, ou seu sucessor escolhido nos termos do Regulamento
Alocação Mínima de Investimento	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do patrimônio líquido do Fundo, apurada mensalmente pela Administradora (exemplo: se Alocação Mínima de Investimento = 0,80, então Alocação Mínima de Investimento = 80%)
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Anexo	anexos a este Prospecto, cujos termos e condições são

	parte integrante e complementar deste instrumento
Assembléia Geral	assembléia geral de Quotistas do Fundo
Autarquias	todas as entidades com escopo de prestação de serviço autônomo, criadas por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
Avaliador	tem o significado que lhe é atribuído na página 43 deste Prospecto
Bacen	Banco Central do Brasil
Benchmark	o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Seniores
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A.
Capítulo	cada um dos capítulos do Regulamento
Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília, na SBS Quadra 4, Bloco A Lote
CBMA	Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem
Cedente	pessoa natural, identificada pelo seu número de inscrição no CPF, que venha a ceder Direitos Creditórios para o Fundo
CETIP	CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
CFJ	Conselho de Justiça Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda



Condições da Cessão	condições a serem observadas previamente a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Regulamento
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil
Consultor de Crédito	WSUL Gestão Tributária Ltda., sociedade com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mostardeiro, nº 366, conjunto 701, Bairro Independência, inscrita no CNPJ sob o nº 09.314.558/0001-16, ou seu sucessor escolhido nos termos do Regulamento
Conta Arrecadadora	conta corrente aberta pelo Fundo na Caixa Econômica Federal para a qual serão depositados diretamente os recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios, sendo que os recursos depositados na Conta Arrecadadora serão transferidos diariamente pela Administradora à Conta Corrente do Fundo
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante
Contrato de Custódia	“Contrato de Custódia”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante
Contrato de Prestação de Serviços	“Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Creditícia”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Consultor de Crédito
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen
CPF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
CrITÉrios de Elegibilidade	crITÉrios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Regulamento
Custodiante	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34 – 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89
CVM	Comissão de Valores Mobiliários

Data de Amortização Programada	tem o significado que lhe é atribuído na página 51 deste Prospecto
Data de Amortização de Quotas Seniores	data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização de Quotas Seniores na forma do Regulamento
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis a cada Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento de Quotas Subordinadas, na conta de valores mobiliários de titularidade do respectivo Cedente, na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do respectivo Termo de Cessão
Data de Emissão	Data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil
Dia Útil	todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais
Direito Creditório	direitos de crédito oriundos de ordens judiciais de pagamento de quantias devidas contra a União e/ou suas Autarquias, de titularidade de cada Cedente, vinculados a um Precatório específico
Direito Creditório Elegível	todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade
Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei
Distribuição	1ª distribuição de Quotas a ser realizada pela Administradora e pelo(s) Distribuidor(es), nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, sendo que os custos de distribuição devidos aos Distribuidores não serão considerados como encargos do Fundo

Distribuidor	instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição pública de Quotas Seniores
Documentos Comprobatórios	os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia da petição inicial, sentença de primeiro grau, acórdão do Tribunal Regional Federal, acórdão do Superior Tribunal de Justiça (se houver), acórdão do Supremo Tribunal Federal (se houver), certidão de trânsito em julgado, ofício de requisição do precatório ou outros documentos a critério do Consultor de Crédito.
Documentos da Securitização	são, conjunta ou isoladamente: (i) o Regulamento; (ii) cada Termo de Cessão; (iii) o Contrato de Custódia; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços.
Estruturador	AMPF Consultoria em Investimentos Ltda, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, Torre Pão de Açúcar, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.041.664/0001-15
Empresa de Auditoria	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou sua sucessora, contratada nos termos do Regulamento
Evento de Avaliação	tem o significado que lhe é atribuído na página 42 deste Prospecto
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
Fundo	WTD - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Alimentícios Federais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas
Início das Atividades	data de publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Seniores, vinculadas à 1ª Distribuição
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores

Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 444	Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores
Investidores Qualificados	tem o significado que lhe é atribuído na página 20 deste Prospecto
IPCA-E	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte. O imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante Precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante efetivamente pago
Laudo da Avaliação	tem o significado que lhe é atribuído na página 43 deste Prospecto
Manual de Procedimentos	Manual de Procedimentos da Justiça Federal – Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV, datado de maio de 2005, o qual é parte integrante do Regulamento como seu “ <u>Anexo II</u> ”
Natureza Alimentícia	nos termos do § 1º-A, do art. 100 da CF, os débitos decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado
Ofícios Requisitórios de Pagamento	ofícios expedidos à União e/ou suas Autarquias, pelo Presidente do Tribunal que proferiu a sentença exequiênda, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas nos Precatórios, nos termos da legislação aplicável
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se expressamente Direitos Creditórios ou operações com instrumentos derivativos
Parcela Recebida	valor decorrente do pagamento, no todo ou em parte, dos

	Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo, inclusive na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo
Patrimônio Líquido	a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades
Periódico	o periódico “Valor Econômico”, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do Regulamento
Pessoas	peças naturais, peças jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
PSS	Plano de Seguridade do Servidor Público, previsto na Lei nº 10.887 de 18 de junho de 2004
PIS	Programa de Integração Social
Potencial de Cessão	o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo
Prazo de Duração	tem seu significado que lhe é atribuído na página 19 deste Prospecto
Precatórios	instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, de Natureza Alimentícia, expedidos pelos juízes das execuções, lastro dos Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal que proferiu a sentença exequenda, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União e/ou suas Autarquias (condenada ao pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado)
Preço de Aquisição	preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo a cada Cedente, em moeda corrente nacional e/ou, na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, conforme definido em cada Termo de Cessão, o qual deverá observar os parâmetros definidos no Regulamento

Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire dos Cedentes Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e/ou suas Autarquias e promove a amortização ou o resgate das Quotas, sendo que o Programa de Securitização será considerado como estando em seu “curso ordinário” enquanto não se encontrem em execução os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, conforme estabelecidos no Regulamento
Prospecto	o presente prospecto de distribuição de Quotas do Fundo
Quotas, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	as quotas, quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso
Quotistas, Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados	os titulares das Quotas, das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso
Relatório do Consultor de Crédito	tem seu significado que lhe é atribuído na página 22 deste Prospecto
Relação Mínima	fração cujo numerador é o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o denominador é o somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, calculada mensalmente pela Administradora (exemplo: se Relação Mínima for 1,05, então Relação Mínima = 105%)
Regulamento	regulamento do WTD – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Alimentícios Federais, e suas alterações posteriores
Resolução nº 559	A Resolução nº 559 de 26/06/2007, do Conselho da Justiça Federal, que regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos, a qual revogou a Resolução nº 438 de 30/05/2005, do Conselho da Justiça Federal, a qual é parte integrante do Regulamento como seu “ <u>Anexo III</u> ”
Reserva de Caixa	tem o significado que lhe é atribuído na página 45 deste Prospecto
Resolução CMN nº 2.682	Resolução CMN nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada

Resolução CMN nº 2.907	Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN
Seção	seções deste Prospecto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Série Específica	tem o significado que lhe é atribuído na página 47 deste Prospecto
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI
STF	Supremo Tribunal Federal
Taxa de Administração	tem o significado que lhe é atribuído na página 24 deste Prospecto
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Adesão	documento preparado na forma de “ <u>Anexo I</u> ” do Regulamento, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento
Termo de Cessão	termo de cessão, lavrado por instrumento público, entre cada Cedente e o Fundo, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade de cada Cedente
União	União Federal
Valor Orçamentado Atualizado	o valor atualizado de cada Precatório no momento da aquisição pelo Fundo do Direito Creditório
Valor das Quotas Seniores EX-AMORTIZAÇÃO	o valor de cada Quota Sênior na respectiva Data de Amortização de Quotas Seniores, já deduzido dos valores pagos aos titulares de Quotas Seniores, na respectiva data; conforme definido no Regulamento
Valor Referencial	tem o significado que lhe é atribuído na página 44 deste Prospecto

## **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO**

Emissor:	WTD – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Alimentícios Federais
Classe de Quotas:	<p>as Quotas do Fundo serão de 2 (duas) classes distintas, em série única:</p> <p>(a) 1 (uma) classe de Quotas Seniores, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, no prazo máximo fixado pela CVM quando da concessão do seu respectivo registro.</p> <p>(b) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, em número indeterminado, a serem subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Consultor de Crédito, sem a necessidade de aprovação dos Quotistas titulares das Quotas Seniores em circulação, devendo para tanto, ser observados os termos e as condições previstas no Regulamento.</p>
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão
Preço Unitário das Quotas Subordinadas:	R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão
Valor Mínimo de Aplicação de Quotas:	R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)
Público Alvo:	Investidores Qualificados
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91
Custodiante:	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, inscrito no CNPJ sob o nº 01.701.201/0001-89
Consultor de Crédito:	WSUL Gestão Tributária Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.314.558/0001-16
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29
Agência de Classificação de Risco:	Austing Rating Serviços Financeiros, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09



Data de Emissão: data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil

*Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.*

## **VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A Administradora e os Distribuidores são responsáveis pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas Seniores.

Neste sentido, a Administradora e os Distribuidores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora, aos Distribuidores ou na CVM.

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.*

## **SUMÁRIO**

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

### **O Fundo**

O WTD – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Alimentícios Federais foi constituído em 09 de setembro de 2009, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 64 (sessenta e quatro) meses, contados a partir da 1ª Data de Emissão, ou após o término dos procedimentos de dação em pagamento previstos no Regulamento, o que ocorrer antes (“Prazo de Duração”). O Regulamento foi constituído em 09 de setembro de 2009, e seu regulamento registrado na mesma data sob o nº 752471 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração ao Regulamento registrado em 28 de setembro de 2009 sob o nº 754580, todos perante o 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Resolução CMN nº 2.907, da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 01 de outubro de 2009.

O Fundo iniciou suas atividades em [●] de [●] de [●].

O Fundo tem por objeto precípuo adquirir Direitos Creditórios Elegíveis. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será realizada nos termos do Regulamento e dos respectivos Termos de Cessão, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra ou coobrigação dos Cedentes. Os Cedentes não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União e/ou de suas Autarquias. Os Cedentes são somente responsáveis pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos definidos no respectivo Termo de Cessão.

O Fundo emitirá Quotas Seniores para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, que serão cedidos e precificados conforme disposto no respectivo Termo de Cessão e no Regulamento.

## **Público-Alvo**

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados, localizados no Brasil ou no exterior, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

## **Fatores de Risco**

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

*Vide Regulamento, Capítulo XIII – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.*

## **A Administradora**

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.*

## **O Custodiante**

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, inscrita no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, é a instituição responsável pelas atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- d) tendo em vista a natureza dos Direitos Creditórios alvo do Fundo e a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante fará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios, ou seja, dos Documentos Comprobatórios
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:
  - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
  - ii) cópias autenticadas dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios dos Cedentes para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização; e
  - iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “d” acima;
- g) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo pagos pela União e/ou suas Autarquias, na forma descrita no Regulamento;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos respectivos Termos de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

*Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Custodiante” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.*

### **O Consultor de Crédito**

WSUL Gestão Tributária Ltda., sociedade acima qualificada, inscrita no CNPJ sob o nº 09.314.558/0001-16, é a instituição responsável pela análise creditícia dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão.

São obrigações do Consultor de Crédito, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Análise Creditícia e do Regulamento:

- a) realizar a prospecção comercial com o objetivo de identificar detentores de Precatórios que tenham interesse na cessão de seus direitos ao Fundo;
- b) negociar o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, considerando as taxas e valores praticados no mercado para este tipo de ativo e os termos e condições do Regulamento;
- c) realizar a análise das Condições da Cessão e dos documentos referentes a cada Cedente, nos termos do Regulamento, enviando à Administradora, por escrito, relatório informando (i) que os Direitos Creditórios foram prévia e formalmente selecionados e avaliados em conformidade com o Regulamento do Fundo; (ii) que foram atendidas todas as Condições de Cessão previstas no item (5.5) do Regulamento; (iii) a data estimada para o pagamento do respectivo precatório; (iv) que não há nada que obste à aquisição dos respectivos Direitos Creditórios do respectivo Cedente; (v) a confirmação dos cálculos homologados em juízo e o valor do precatório, com base nas informações disponíveis no site do Tribunal Regional Federal;
- d) após aceitas as condições do negócio de cessão de crédito, preparar minuta de instrumento público e procuração por instrumento público e remeter tais documentos para o respectivo Cedente de forma que este possa fazer suas considerações finais e confirmar seu interesse em ceder os respectivos Direitos Creditórios ao Fundo;
- e) agendar com o tabelionato e o respectivo Cedente, o local, o dia e a hora para realização da cessão de crédito;
- f) montar dossiê com os Documentos Comprobatórios referentes a cada cessão e remetê-lo à Administradora;
- g) nos termos do item (6.5) do Capítulo VI do Regulamento, fazer peticionar ao juízo de origem do precatório informando a cessão de crédito ocorrida, juntar o instrumento de

cessão, requerendo que seja intimado a União Federal e/ou suas Autarquias e o setor de precatórios do Tribunal Regional Federal para que tomem ciência da cessão;

- h) fazer acompanhar o andamento processual com vistas a estar ciente do despacho proferido pelo juiz acerca da cessão ocorrida, e, se necessário, ingressar com as medidas judiciais necessárias para garantir os direitos do Fundo sobre os Direitos Creditórios de sua titularidade, desde que, estas medidas não ensejem qualquer encargo ao Fundo;
- i) acompanhar a partir do início do ano em que estiverem orçamentados os Precatórios de titularidade do Fundo, publicação pelo Conselho da Justiça Federal de previsão de data de depósito dos respectivos Precatórios;
- j) acompanhar os representantes da Administradora quando do levantamento dos Direitos Creditórios perante a Caixa Econômica Federal;
- k) informar à Administradora e ao Custodiante qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, por qualquer motivo;
- l) colaborar para a divulgação das informações previstas no Regulamento;
- m) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- n) fazer a guarda física dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante.

O valor a ser pago ao Consultor de Crédito será deduzido da Taxa de Administração, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços

É responsabilidade da WSUL Gestão Tributária Ltda., na qualidade de Consultor de Crédito e de Agente de Cobrança, acompanhar a divulgação da data em que será possível o depósito na Conta Arrecadadora, agendar com a Caixa Econômica Federal, reunir os documentos necessários para o depósito na Conta Arrecadadora na condição de procurador do credor original, e, acompanhar o procedimento de depósito na Conta Arrecadadora dos recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

*Vide Regulamento, Capítulo XII – “Do Consultor de Crédito” e Seção “Consultor de Crédito” deste Prospecto.*

## Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo

<b>Taxa de Administração:</b>	<p>remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$9.000,00 (nove mil reais); ou (ii) o valor correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento), incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último Dia Útil de cada mês calendário ou no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento de qualquer valor aos Quotistas do Fundo a título de amortização ou de resgate de suas respectivas Quotas, o que ocorrer primeiro, provisionada todo Dia Útil com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos) (“Taxa de Administração”). A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos desta Seção, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.</p> <p>Observado o disposto no item (9.3) do Capítulo Nono do Regulamento, parcela da Taxa de Administração, correspondente a 5% (cinco por cento) do Valor Orçamentado Atualizado dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, será destinada ao pagamento da remuneração do Consultor de Crédito.</p>
<b>Remuneração do Custodiante</b>	<p>O Custodiante fará jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$10.000,00 (dez mil reais); ou (ii) o valor correspondente a 0,10% (dez centésimo por cento), incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último Dia Útil de cada mês calendário ou no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento de qualquer valor aos Quotistas do Fundo a título de amortização ou de resgate de suas respectivas Quotas, o que ocorrer primeiro, provisionada todo Dia Útil com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos). A primeira remuneração devida ao Custodiante, nos termos desta Seção, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.</p>
<b>Taxa de Ingresso:</b>	Não há.
<b>Taxa de Saída:</b>	Não há.
<b>Taxa de Desempenho:</b>	Não há.
<b>Taxa de performance:</b>	Não há.
<b>Encargos do Fundo:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Taxa de Administração;</li><li>2. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;</li><li>3. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;</li><li>4. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;</li><li>5. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;</li><li>6. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;</li><li>7. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;</li><li>8. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;</li><li>9. despesas com a contratação de agência de classificação de risco;</li></ol>



10. taxas de custódia de ativos do Fundo;
11. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
12. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma do Regulamento.

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

### **Da Substituição e Renúncia da Administradora e do Custodiante e da substituição do Consultor de Crédito, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco**

Os titulares da maioria das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas em Circulação poderão solicitar, em votação em separado, realizada entre os titulares de Quotas da mesma classe no curso de Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, a substituição da Administradora. Para tanto, os Quotistas que solicitarem a substituição da Administradora deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo as razões e os fundamentos da substituição e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, três instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas Seniores, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior ao valor da Taxa de Administração em vigor.

Na hipótese do item acima, os Quotistas titulares da maioria das quotas em circulação, cuja classe não esteja solicitando a substituição da Administradora, terão o direito de escolher, na referida Assembléia Geral, em votação em separado, qualquer das instituições apresentadas pelos Quotistas que estejam solicitando a sua substituição, para exercer as funções da Administradora.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou seu representante, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Regulamento.

Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pela maioria dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos dos itens acima.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da

Assembléia Geral, realizada nos termos dos parágrafos acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no parágrafo acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 120 (cento e vinte) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

Observado as regras de convocação da e deliberação na Assembléia Geral previstas no Regulamento, a substituição do Consultor de Crédito deverá ser aprovada por votos de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas em Circulação.

Observado as regras de convocação da e deliberação na Assembléia Geral previstas no Regulamento, a substituição da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria deverá ser aprovada, em primeira convocação, pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas presentes na Assembléia Geral.

#### **Demonstrativo do Custo da Distribuição**

<b>Custo</b>	<b>% em relação ao valor da Distribuição (até R\$ 100.000.000,00)</b>	<b>Montante (R\$)</b>
Taxa de Registro na CVM(*)	0,083%	R\$82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*)	0,025%	R\$ 25.000,00
Agência Classificadora de Risco	0,020%	R\$ 20.000,00
Honorários Advocatícios (*)	0,065%	R\$ 60.000,00
Cetip	0,005%	R\$ 5.000,00
<b>Total</b>	<b>0,198%</b>	<b>R\$ 192.870,00</b>

(\*) Despesas pagas diretamente pela Consultora de Crédito

*Custo Unitário de Distribuição:*

<b>Valor Unitário Quota Seniores</b>	<b>Custo Unitário de Distribuição</b>	<b>% em relação ao valor unitário da Quota Seniores</b>
R\$1.000.000,00	R\$ 197,87	0,019787%

### **Modificação da Oferta**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores.

### **Cronograma Etapas da Oferta**

<b>Evento</b>	<b>Data Estimada*</b>
Data de Protocolo dos documentos na CVM	01/10/2009
Disponibilização do Prospecto no site do Distribuidor, da Cetip e da CVM	01/10/2009
Data de Concessão do Registro da Oferta e de Funcionamento da CVM	12/01/2010
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	13/01/2010
Liquidação Financeira	13/01/2010
Encerramento da Distribuição	12/07/2010
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	12/07/2010

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

## Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	100%
c) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos	0%	100%

Tabela 3: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira.

O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas.

O Fundo somente poderá, considerada *pro-forma* a respectiva aquisição de Direitos Creditórios, concentrar até 20% (vinte por cento) do valor de seu Patrimônio Líquido, alocado em Direitos Creditórios, em Direitos Creditórios adquiridos de um único Cedente. Cabe ressaltar que, nos termos do Regulamento, pela própria natureza dos Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, isto é, Precatórios alimentares, o Fundo somente poderá adquirir créditos detidos por pessoas naturais (físicas). Os Direitos Creditórios originam-se de ações legais propostas pelos Cedentes em face da União e/ou suas Autarquias. Desta forma, não há de se falar em “tipo societário” e “características gerais de seu negócio” ou descrição de “sua experiência prévia em outras operações de securitização, tendo por objeto o mesmo ativo objeto da securitização”, exigência esta aplicável tradicionalmente a direitos creditórios “tradicionais” e não a classe de direitos creditórios objeto de cessão nos termos da Instrução CVM nº 444.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios, observados os procedimentos de cessão definidos no Regulamento, independentemente de autorização ou manifestação prévia dos titulares de Quotas em Circulação, desde que computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios em moeda corrente nacional, a Relação Mínima seja equivalente a, no mínimo, 121% (cento e vinte e um por cento) e o Fundo atenda à Reserva de Caixa e, observado o disposto na Instrução CVM no 356, à Alocação de Investimento Mínima. Não há obrigatoriedade de (i) reenquadramento da Relação Mínima caso o valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo seja igual ao valor do Patrimônio Líquido e (ii) aportes adicionais de capital no Fundo

caso o valor das Quotas Subordinadas seja igual a 0 (zero) e a subordinação por estas oferecida deixe de existir.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, o Fundo não poderá contratar quaisquer operações para composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte o Consultor de Crédito, suas afiliadas ou coligadas.

O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (Benchmark) de 200% (duzentos por cento) da variação do CDI, conforme os critérios estabelecidos no Regulamento. O Benchmark aplica-se às Quotas Seniores, sendo que não há Benchmark predeterminado para as Quotas Subordinadas.

As aplicações no Fundo não contam com garantia dos Cedentes, da Administradora, do Consultor de Crédito, do Custodiante, dos Distribuidores, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

É vedado ao Fundo realizar (i) realizar operações em mercados derivativos; e (ii) aplicar seus recursos em cotas de “Fundo de Desenvolvimento Social”.

### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados nos termos dos itens a seguir indicados.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento.

Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BM&FBOVESPA ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

## **Gerenciamento de Riscos**

A administração do Fundo, executadas pela Administradora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento, orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados pelos diretores da Administradora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados pela Administradora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento.

A utilização dos mecanismos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

## **Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo**

Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Consultor de Crédito, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante, nos termos da legislação aplicável.

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM.

## **Valores Mínimos de Aplicação**

Aplicação Inicial em Quotas Seniores	R\$ 1.000.000,00
Aplicação Inicial em Quotas Subordinadas	R\$ 1.000.000,00

Tabela 4: Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo.

## **As Quotas**

*Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.*

## **Tributação**

*O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos*

*Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.*

### *Tributação Aplicável aos Quotistas*

#### *IOF*

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um vírgula cinco por cento) ao dia.

#### *IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio*

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo art. 15 do Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25% (vinte cinco por cento). Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto n.º 6.391, de 12 de março de 2008), os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento), exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota zero.

#### *Imposto de Renda*

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
  - (i) no Brasil; e
  - (ii) no exterior; e
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação:
  - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
  - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e

- (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

#### Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

Tendo em vista tratar-se de fundo de ações, conforme definido no §2º do art. 8º da Instrução Normativa nº 25/2001 da Secretaria da Receita Federal, a tributação pelo imposto de renda no resgate de quotas será de 15% (quinze por cento) sobre a diferença entre o valor do resgate e o do respectivo custo, conforme, inclusive, manifestação exarada pela Coordenação Geral de Tributação (COSIT) da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta COSIT nº 14/2008.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à mesma alíquota aplicável à hipótese de resgate das Quotas.

#### Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade (Paraíso Fiscal).

#### Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

a) Cessão ou Alienação de Quotas

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

b) Resgate das Quotas



Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15% (quinze por cento).

#### c) Amortização de Quotas

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

#### Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Investidores Qualificados residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

#### Tributação Aplicável ao Fundo

##### IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um vírgula cinco por cento) ao dia.

##### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

#### **Arbitragem**

Qualquer desacordo, disputa, dúvida ou reclamação originária do Regulamento ou da interpretação de seus termos e condições, incluindo aquelas relativas à Administradora e aos Quotistas, deverá ser resolvida, de forma definitiva, por arbitragem, tal como definida na Lei nº 9.307/96.

A arbitragem será administrada pelo CBMA, a cujo regulamento se submeterá.

A arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e será conduzida em língua portuguesa, por árbitro único, nomeado de acordo com o disposto no regulamento do CBMA.

Sem prejuízo do acima disposto, os Quotistas e/ou a Administradora reservam-se o direito de demandar em juízo para (a) compelir uns aos outros a observar(em) o procedimento de arbitragem previsto no Regulamento, (b) executar qualquer decisão arbitral nos termos aqui descritos, (c) utilizar, a seu exclusivo critério, qualquer outra medida de urgência e/ou de preservação de direitos, em caso de iminência de dano irreparável em momento anterior ao da nomeação do árbitro, ou (d) dirimir os litígios que, por força de lei, não possam ser objeto de arbitragem.

### **Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e e-mail:

#### **CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, no 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20031-170

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar

São Paulo – SP – CEP: 01009-000

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

#### **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20050-901

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares

São Paulo – SP – CEP: 01333-010

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

#### **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003  
Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901  
At. Sr. Alexandre Lodi  
e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br  
Site: [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)

### **Crêterios de Divulgação de Informações aos Quotistas**

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no Periódico, qual seja o “Valor Econômico”, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM n  356, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável; (b) de correspondência enviada ao representante do Quotista indicado na forma do Regulamento; ou (c) correio eletrônico nas demais hipóteses de comunicações entre a Administradora e os Quotistas. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas   disposição dos condôminos na sede da Administradora.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar   disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
- b) o valor da Relação Mínima e da Alocação Mínima de Investimento;
- c) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- d) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo   disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

### **Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo**

*Termos de Cessão*

Por meio do Termo de Cessão, lavrado por instrumento público, o Fundo adquirirá Direitos Creditórios dos Cedentes.

#### *Contrato de Prestação de Serviços*

O Consultor de Crédito será contratado para prestar o serviço de análise de todos os Direitos Creditórios oferecidos à cessão e dos documentos referentes a cada Cedente.

#### *Contrato de Custódia*

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, contratará o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356.

#### *Escrituração de Quotas*

O Custodiante do Fundo será, ainda, contratado para ser o responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

### **Direitos Creditórios**

*Vide Seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto.*

## **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO**

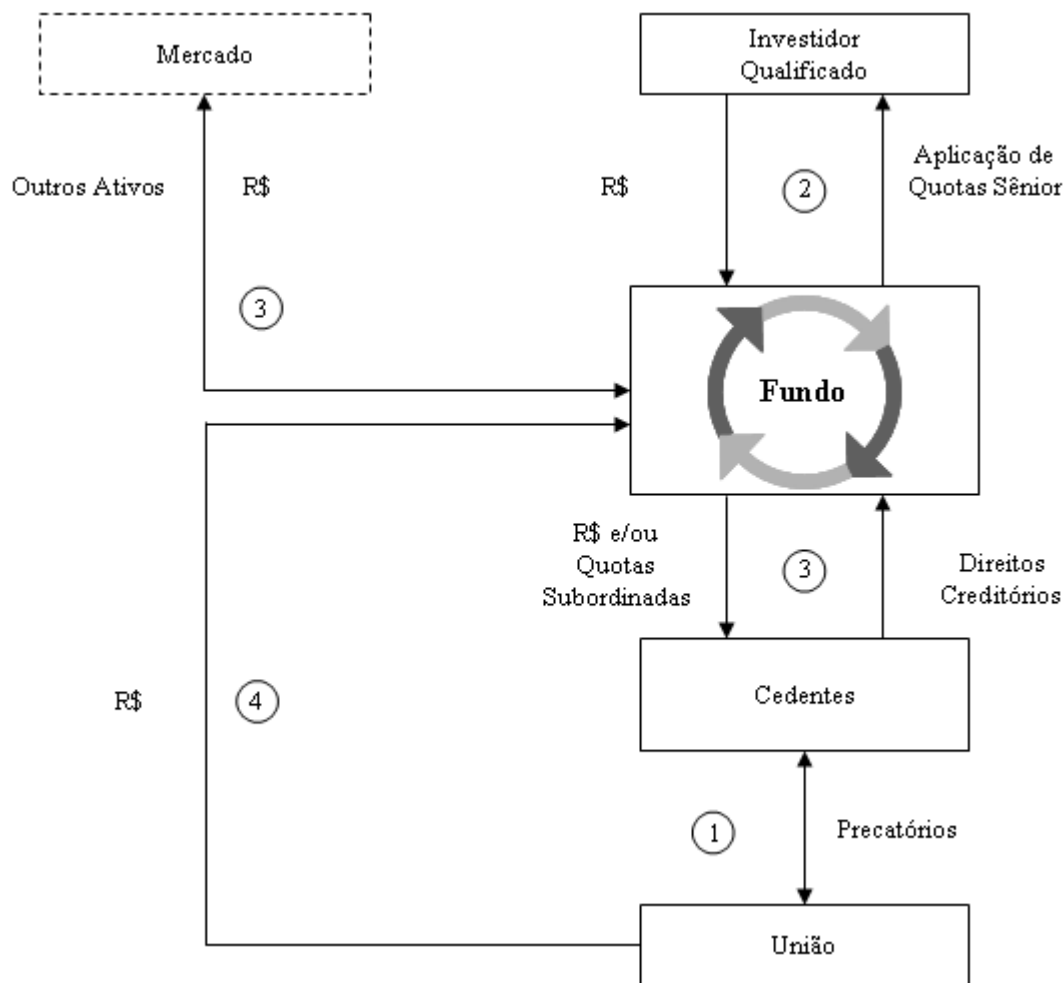
*O resumo da estrutura do Fundo abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do mesmo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.*

### **Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura**

É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios dos Cedentes utilizando-se precipuamente dos recursos provenientes da integralização de Quotas Seniores.

## Desenho Esquemático do Fundo



Fluxo 1: Fluxo da Operação.

1. Os Cedentes detêm direitos de crédito contra a União e/ou suas Autarquias, os quais encontram-se representados por Precatórios de titularidade dos Cedentes.
2. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Seniores por Investidores Qualificados.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “2” acima.
4. Os recursos decorrentes do pagamento, pela União e/ou suas Autarquias, dos Direitos Creditórios são transferidos para a Conta Corrente do Fundo, após o seu efetivo levantamento.

## **Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios, Preço de Aquisição, Recebimento e Cobrança de Valores**

### Procedimentos de Cessão e Taxa de Desconto Aplicado

A cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de Termo(s) de Cessão específico, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado aos respectivos juízos.

Na mesma data em que for assinado o Termo de Cessão, o Cedente outorgará procuração por instrumento público ao cessionário (Fundo), autorizando-o especificamente a fazer o saque, com o registro expresso do número do título do precatório.

As negociações para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo serão realizadas a taxas de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, parágrafo 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356.

Caso a data de vencimento do Direito Creditório Elegível seja inferior ao período de 16 meses contado da respectiva Data de Aquisição, o Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível será sempre igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) do Valor Orçamentado Atualizado. Neste caso, a taxa de desconto implícita, considerando hipoteticamente uma cessão nesta data, é equivalente a aproximadamente 29% ao ano.

Caso a data de vencimento do Direito Creditório Elegível ocorra no período de 24 meses e 16 meses contado da respectiva Data de Aquisição, o Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível será sempre igual ou inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do Valor Orçamentado Atualizado. Neste caso, a taxa de desconto implícita variará entre 15,4% e 24% ao ano.

Caso a data de vencimento do Direito Creditório Elegível esteja a mais de 24 (vinte e quatro) meses da respectiva Data de Aquisição, o Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível será sempre igual ou inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Valor Orçamentado Atualizado. Neste caso, a taxa de desconto implícita, considerando hipoteticamente uma cessão nesta data, é equivalente a aproximadamente 22,8% ao ano.

Na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo, o Preço de Aquisição incidirá sobre o Valor Orçamentado Atualizado do Precatório, devidamente corrigido e atualizado pelo IPCA-E ou eventual índice de correção que o venha a substituir, do qual serão descontados os valores referentes ao IRRF e do PSS, tendo como base às alíquotas vigentes na respectiva Data de Aquisição.

O valor orçamentado do Precatório significa o valor reconhecido pelo Poder Público em seu orçamento para pagamento da dívida, sendo que até a expedição do Precatório, cada crédito é calculado de acordo com os critérios estabelecidos na respectiva decisão judicial, quanto ao índice de correção monetária e a forma de cômputo de juros. Após a expedição do Precatório, os critérios de correção monetária e cômputo de juros são uniformes para todos os Precatórios, sendo o Valor Orçamentado Atualizado equivalente ao valor orçamentado original atualizado na forma descrita na Seção “Direitos Creditórios”.

O Preço de Aquisição será pago à vista pelo Fundo ao respectivo Cedente, em moeda corrente nacional na data da efetiva aquisição pelo Fundo, dos Direitos Creditórios Elegíveis, por meio de crédito na conta corrente de titularidade do respectivo Cedente, indicada no respectivo Termo de Cessão, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.

A cessão será comunicada ao juízo competente com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União e/ou suas Autarquias sejam intimadas judicialmente do ato realizado e identificação do Fundo como cessionário e novo credor do Direito Creditório.

### Recebimento de Valores

No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela União na Caixa Econômica Federal, em conta remunerada individualizada. O tribunal competente envia comunicado desta operação ao Juízo da execução.

O Conselho da Justiça Federal divulga a data em que estarão disponíveis para saque os valores vinculados aos precatórios

De acordo com a Resolução nº 559, no caso específico de precatórios alimentícios não é necessária a expedição de alvará pela Justiça Federal, o procedimento via de regra adotado para autorizar o saque.

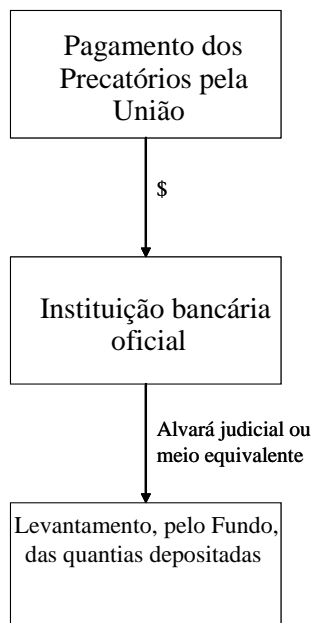
É responsabilidade da WSUL Gestão Tributária Ltda., na qualidade de Consultor de Crédito e de Agente de Cobrança, acompanhar a divulgação da data em que será possível o depósito na Conta Arrecadadora, agendar com a Caixa Econômica Federal, reunir os documentos necessários para o depósito na Conta Arrecadadora na condição de procurador do credor original, e, acompanhar o procedimento de depósito na Conta Arrecadadora dos recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Nos termos do Regulamento, qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, por qualquer motivo, inclusive na hipótese de contestação pela União e/ou pelas suas Autarquias, será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral dos Quotistas, para definir as providências a serem adotadas, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo.

Certas características dos Direitos Creditórios e dos procedimentos de levantamento de recursos encontram-se descritos no Manual de Procedimentos.

Os procedimentos de recebimento de valores podem ser representados, esquematicamente, da seguinte maneira:





Fluxo 2: Procedimentos de Recebimento de Valores.

### **Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão**

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) cópia do Relatório do Consultor de Crédito ao enviado pelo Consultor de Crédito ao Administrador;
- b) a data estimada para o pagamento do respectivo precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo, com base exclusivamente nas informações constantes no Relatório do Consultor de Crédito; e
- c) após a primeira integralização de Quotas Seniores, o valor contábil de cada Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo, não poderá ser superior a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).

O Consultor de Crédito deverá encaminhar à Administradora, previamente à aquisição do respectivo Direito Creditório, os seguintes documentos do Cedente, todos válidos e emitidos há menos de 30 (trinta) dias, considerando a sede ou domicílio do Cedente:

- a) cópia autenticada do Cédula de Identidade e do CPF; e
- b) na hipótese de pessoa separada ou divorciada no curso da ação judicial que deu origem ao Precatório, cópia da carta de sentença.

O Consultor de Crédito poderá subscrever e integralizar Quotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios em favor do Fundo, desde que os Direitos Créditos atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão previstos no Regulamento.

Sem prejuízo da necessidade de verificação pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam cumulativamente as seguintes condições, verificadas previamente a cada cessão, pelo Consultor de Crédito (“Condições da Cessão”):

- a) o Precatário deverá ser emitido contra a União e/ou suas Autarquias;
- b) o Precatário deverá ter sido regularmente protocolado, com número de ordem cronológica emitido e o Precatário deverá ser de natureza alimentar;
- c) inexistência, com referência ao respectivo Precatário, de embargos à execução pendente de julgamento final transitado em julgado;
- d) inexistência de ação rescisória com referência ao respectivo Precatário;
- e) parecer jurídico de advogado com notória especialização, validado pelo Consultor de Crédito, atestando não haver óbice ou restrição à aquisição dos respectivos Direitos Creditórios pelo Fundo em face dos documentos perfilados no Regulamento, versando, também, sobre a existência de todas as autorizações necessárias à cessão e transferência do crédito e a inexistência de nulidades ou vícios no processo que deu origem ao Precatário; e
- f) relatório do Consultor de Crédito, com base nas informações disponíveis no site do Tribunal Regional Federal, confirmando os cálculos homologados em juízo e o valor do precatário.

O parecer jurídico acima referido poderá subordinar a aquisição do Precatário ao atendimento de certas condições a serem definidas por ocasião da análise dos documentos específicos relacionados no Regulamento. O parecer acima referido deverá ser enviado à CVM previamente a cada cessão de Direitos Creditórios para o Fundo.

O Custodiante, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não se encontra obrigado a verificar o atendimento às Condições de Cessão acima descritas.

As Condições de Cessão não serão objeto de verificação pelo Custodiante, pela Administradora ou por qualquer outro prestador de serviço do Fundo, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, sendo o Consultor de Crédito o único responsável por tal verificação. Neste sentido, as “Condições de Cessão” não se confundem com os Critérios de Elegibilidade, os quais, nos termos do artigo 38, II, da Instrução CVM 356 e do Regulamento, deverão ser verificados pelo Custodiante

## **Eventos de Avaliação**

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Avaliação”):

- a) qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, ou contestação pela União e/ou suas Autarquias com relação ao pagamento dos Precatórios;
- b) caso qualquer dos Cedentes descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no respectivo Termo de Cessão e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente inadimplente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido e, a exclusivo critério da Administradora, possa comprometer a boa ordem legal, financeira e operacional do Fundo;
- c) amortização e/ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- d) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
- e) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento;
- f) rebaixamento, pela Agência de Classificação de Risco, da classificação de risco das Quotas Seniores em até 2 (dois) níveis, considerando-se a tabela de classificação empregada pela agência;
- g) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor para as Quotas Seniores, nos termos do Regulamento; ou
- h) caso seja verificado, pela Administradora o desenquadramento da Relação Mínima.

Caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, a Administradora deverá: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral dos Quotistas, nos termos do Regulamento, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma acima descrita, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, observado o *quorum* de deliberação definido no Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas, proporcional, inteiro ou fracionado, observado, preferencialmente, o Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento.

Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. O Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador na forma abaixo descrita. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados em laudo de avaliação (“Laudo de Avaliação”).

A maioria dos titulares de Quotas Seniores e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas deverão, consensualmente, escolher somente 01 (uma) Pessoa responsável pela preparação do Laudo de Avaliação (“Avaliador”), observado o que vier a ser deliberado por cada classe de Quotistas, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, em votações em separado realizadas entre os titulares de Quotas de cada classe.

Caso os Quotistas, presentes à Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador no curso de 3 (três) Assembléias Gerais convocadas consecutivamente pela Administradora, o Avaliador deverá ser escolhido pela Administradora monocraticamente. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.

Na hipótese de os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma acima descrita, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do Regulamento, por meio da dação de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, observado, nos que forem aplicáveis, por meio da dação de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, observado, nos que sejam aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XXIII – “Dos Eventos de Avaliação”*

### **Relação Mínima e Alocação de Investimento Mínima**

No curso ordinário do Programa de Securitização, a Relação Mínima será equivalente a, no mínimo, 121% (cento e vinte e um por cento) e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento), todos percentuais calculados na periodicidade e na forma definidas no Regulamento. Observado à Reserva de Caixa do Fundo. Não há obrigatoriedade de (i) reenquadramento da Relação Mínima caso o valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo seja igual ao valor do Patrimônio Líquido e (ii) aportes adicionais de capital no Fundo caso o valor das Quotas Subordinadas seja igual a 0 (zero) e a subordinação por estas oferecida deixe de existir.

## **Procedimentos de Dação em Pagamento**

Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (hum) ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no Regulamento, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto no item (17.1) do Capítulo XVII no Regulamento (“Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste capítulo deverão ser realizadas sem qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso.

Antes da realização dos procedimentos acima descritos, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação, a ser realizado por avaliador independente escolhido de acordo com o procedimento aplicável à escolha do Avaliador, definido no Regulamento. Após a conclusão dos procedimentos de avaliação, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o seu resultado aos Quotistas e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido a seguir.

Para fins do acima disposto, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral acima referida. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos efetivamente atribuídos a ele. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança/recebimento dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil acima referido e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos aqui descritos deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos do Fundo.

*Vide Regulamento, Capítulo XXIV – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.*

## **Ordem de Aplicação dos Recursos**

A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- c) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores e da Série Específica, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- e) na amortização e/ou no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos aqui definida e a política de investimento do Fundo constante do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu patrimônio líquido equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período compreendido entre, conforme o caso, (a) a data de início e o dia 30 de junho do 2º ano calendário imediatamente subsequente à data de início; ou (b) a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o dia 30 de junho do 2º ano calendário imediatamente subsequente a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido do montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios (“Reserva de Caixa”).

Quando do recebimento dos recursos decorrentes do pagamento dos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo, no exercício social no qual deva ocorrer uma amortização de Quotas Seniores, expressamente excluídos àqueles advindos da integralização de Quotas, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicados em Outros Ativos, os recursos necessários ao pagamento da próxima amortização programada de Quotas Seniores na respectiva Data de Amortização Programada, observado o disposto no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XXI – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.*

## AS QUOTAS

*Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.*

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas abaixo descritas, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, ressalvadas as hipóteses de amortização e resgate antecipado previstas no Regulamento. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Custodiante.

As Quotas do Fundo serão de 2 (duas) classes distintas, em série única: (a) 1 (uma) classe de Quotas Seniores, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, no prazo máximo fixado pela CVM quando da concessão do seu respectivo registro; e (b) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, em número indeterminado, a serem subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Consultor de Crédito, sem a necessidade de aprovação dos Cotistas titulares das Cotas Seniores em Circulação, devendo, para tanto, ser observados os termos e as condições previstas no Regulamento.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição, Termo de Adesão, tanto na hipótese de aquisição primária ou secundária de Quotas, e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (e-mail). Do Termo de Adesão constará a outorga de poderes especiais à Administradora para que esta aja em nome do respectivo Quotista e celebre, em seu nome e por sua conta e ordem, todos os documentos necessários à subscrição e à integralização da Série Específica, nos termos do Regulamento. Caberá a cada Quotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais. Características das Quotas Seniores.

Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade e goza de preferência em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota com este valor nominal;
- c) poderão ser amortizadas na forma definida no Regulamento;
- d) tem seu valor apurado na forma do Regulamento;

- e) poderá ser obrigado a subscrever e integralizar, na proporção de suas Quotas, série específica de quotas seniores emitidas pelo Fundo (“Série Específica”), para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, nas hipóteses previstas no Capítulo XXVII do Regulamento;
- f) os créditos dos titulares das Quotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Quotas Seniores em Circulação, sendo que todas as Quotas Seniores serão amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, nas mesmas datas observado as Datas de Amortizações Programadas; e
- g) à exceção da deliberação concernente à realização de nova Distribuição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, as quais poderão ser emitidas por decisão da Administradora, observado o disposto no Regulamento, a qual poderá ser realizada, independentemente de autorização ou manifestação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação, tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

*Vide Regulamento, Capítulo XV – “Das Quotas” e Capítulo XXVII – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Quotistas”.*

### **Características das Quotas Subordinadas**

Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) somente serão adquiridas pelo Consultor de Crédito;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observados os termos do Regulamento;
- c) tem o preço unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota com este valor nominal;
- d) tem seu valor calculado conforme o disposto no Regulamento;
- e) o Quotista Subordinado poderá ser obrigado, na proporção de suas Quotas, a subscrever e integralizar a Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, bem como no caso do desenquadramento da Relação Mínima;
- f) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito (i) de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos titulares de Quotas Seniores, no curso de Assembléia Geral, as matérias específicas tratadas no Regulamento e, com referência à escolha dos avaliadores, nos termos do Regulamento; e (ii) exercer o seu direito de voto, tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da respectiva Assembléia Geral,



quando da implementação, pelo Fundo, dos procedimentos relativos à substituição, a qualquer título, da Administradora, do Custodiante e do Consultor de Crédito, nos termos deste Regulamento; e

- g) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, em Assembléia Geral dos titulares de Quotas Subordinadas, convocada especialmente para este fim, a emissão e a realização de Distribuições de novas Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas, nos termos do Regulamento.

Cada Quota legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para cada classe de Quotas nas matérias especificadas no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XV – “Das Quotas”.*

### **Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas**

As Quotas deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição, caso aplicável, e os termos e condições da legislação aplicável.

Observado o disposto abaixo, o Fundo poderá manter em Circulação até 100 (cem) Quotas Seniores.

Na 1ª Distribuição, o Fundo poderá emitir, no mínimo, 1 (uma) Quota Sênior e, no máximo, 100 (cem) Quotas Seniores, no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e, no mínimo, 1(uma) Quota Subordinada e, no máximo, 35 (trinta e cinco) Quotas Subordinadas, no valor de até R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). As Quotas não subscritas, no curso da 1ª Distribuição, deverão ser canceladas.

Observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, o Fundo somente emitirá Quotas Seniores, em uma ou mais Distribuições, desde que computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, das Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização e a cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) a Relação Mínima, calculada, *pro forma*, em cada Data de Emissão, seja equivalente a, no mínimo, 121% (cento e vinte um por cento) e a Alocação de Investimento Mínima seja equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento); e
- b) o Fundo atenda a Reserva de Caixa e, conforme o caso, a Alocação de Investimento Mínima.

Os Distribuidores, de comum acordo com a Administradora, poderão adotar o procedimento diferenciado quando da realização de qualquer Distribuição, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM no 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos Distribuidores, sendo que os Quotistas que vierem a

efetivamente adquirir Quotas do Fundo deverão fazê-lo sempre em igualdade de preços e condições, sempre observado as disposições do Regulamento. A Administradora realizará a distribuição das Quotas, em regime de melhores esforços, sem o pagamento de comissões específicas.

Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas Seniores.

As Quotas Subordinadas serão integralmente subscritas e integralizadas pelo Consultor de Crédito.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Subordinadas será equivalente ao montante necessário ao atendimento do valor da Relação Mínima, observado o disposto no Regulamento.

As Quotas Seniores deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, e para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao respectivo intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas, e à Administradora a adesão deste aos termos do Regulamento.

As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, conforme opção da cada Distribuidor. As Quotas Subordinadas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, que serão cedidos e precificados conforme disposto no respectivo Termo de Cessão e neste Regulamento..

Será dado direito de preferência aos Quotistas Seniores na emissão de novas Quotas Seniores emitidas após a 1ª Distribuição.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição, Termo de Adesão, tanto na hipótese de aquisição primária ou secundária de Quotas, e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (e-mail). Do Termo de Adesão constará a outorga de poderes especiais à Administradora para que esta aja em nome do respectivo Quotista e celebre, em seu nome e por sua conta e ordem, todos os documentos necessários à subscrição e à integralização da Série Específica, nos termos Regulamento.

## Valor das Quotas

A partir do primeiro dia útil posterior a 1ª Data de Emissão, as Quotas Sênior, o valor de cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo esse equivalente ao menor dos seguintes valores:

- i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- ii) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_T = VQS_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{Sobretaxa}}{100} \right) + 1 \right\};$$

onde:

$VQS_T$	valor unitário de cada Quota Sênior calculado para a data “T”;
$VQS_{T-1}$	valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T” (de acordo com a equação acima). Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, “ $VQS_{T-1}$ ” será igual a “P”;
$VAP_{T-1}$	valor unitário da amortização programada de Quotas Seniores efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores, no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”;
$DI_{T-1}$	taxa média diária do de fechamento da Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data “T”, calculada e divulgada pela CETIP. Exemplo: Se a Taxa DI for 10,50%, então $DI_{T-1} = 10,50$ ; e
<i>Sobretaxa</i>	percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado para cálculo do valor das Quotas Sênior, equivalente a 200.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação, calculado na forma acima descrita, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do correspondente indexador por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, em seu lugar, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Seniores, observado o quorum estabelecido Regulamento. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas, presentes na Assembléia Geral, terão o direito de aprovar ou rejeitar a adoção do parâmetro aprovado pelos titulares de Quotas Seniores, por meio de deliberação alcançada em votação em separado dos titulares de Quotas Seniores.

*Vide Capítulo XVII – “Do Valor das Quotas” do Regulamento.*

### **Amortização e Resgate das Quotas**

No curso ordinário do Programa de Securitização, e sem prejuízo do disposto abaixo, as Quotas Seniores serão amortizadas nos dias 28 de dezembro de 2012, 28 de dezembro de 2013 e em 28 de dezembro de 2014 (“Datas de Amortização Programada”), por seu valor calculado na forma do Regulamento, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento, sendo que o valor agregado de cada evento de amortização de Quotas Seniores será equivalente ao menor dos seguintes valores:

$$VAn = VQSnT - (R\$ 1.000.000,00 - VAE) + (PA \times R\$ 1.000.000,00),$$

a)

onde:

<i>VAn</i>	valor da Amortização referente a cada Quota Sênior na data de amortização “n”
<i>VQSnT</i>	valor unitário de cada Quota Sênior, para efeito de cálculo de seu valor de integralização e amortização de cada Quota Sênior, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento;
<i>VAE</i>	Valor de cada Quota Sênior na última Data de Amortização de Quotas Seniores, apurado após o efetivo pagamento realizado aos Quotistas (“ <u>Valor das Quotas Seniores EX-AMORTIZAÇÃO</u> ”);
<i>PA</i>	percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior, definido para cada Data de Amortização Programada, a saber:

Datas de Amortização Programadas	PA (%)
28 de dezembro de 2012	15%
28 de dezembro de 2013	35%
28 de dezembro de 2014	50%

- b) o (i) somatório dos recursos em moeda corrente nacional recebidos pelo Fundo, exclusivamente decorrentes do recebimento de bens e direitos integrantes da carteira do

Fundo, sendo expressamente excluídos àqueles advindos da integralização de Quotas, no período compreendido entre o 1º (primeiro) dia do respectivo exercício social e a Data de Amortização Programada para o referido exercício social, que não estejam alocados na Reserva de Caixa e/ou comprometidos com o pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo; (ii) dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião.

Por decisão do Consultor de Crédito, e desde que considerado *pro-forma* a amortização pretendida, o Fundo atenda aos índices previstos no Regulamento, todas as Quotas Seniores poderão ser amortizadas antecipadamente dentro do mesmo exercício social em que estejam previstas as respectivas Datas de Amortização Programadas, independente da realização de Assembléia de Quotistas. Caso ocorra tal antecipação na Data de Amortização, a Administradora deverá informar os quotistas do Fundo mediante publicação, às expensas do Fundo, de aviso no periódico do Fundo, bem como mediante o envio de correio eletrônico (e-mail) aos quotistas, com no mínimo 5 dias úteis de antecedência.

O Consultor de Crédito, a Administradora e o Custodiante não são responsáveis pelo não recebimento ou ciência, pelo Quotista, da comunicação informando da antecipação das Datas de Amortização Programadas, na hipótese de o Quotista não ter mantido seus dados cadastrais e endereço eletrônico atualizados perante o Agente Escriturador e a Administradora.

Caso tenha ocorrido um evento de antecipação das Datas de Amortização Programadas, será considerada como “Data de Amortização de Quotas Seniores” a data em que tiver ocorrido o efetivo pagamento da amortização aos titulares de Quotas Seniores.

O valor da amortização apurado na forma do item acima tem como limite máximo o valor da Quota Sênior, calculado na forma do Regulamento, na Data de Amortização de Quotas Seniores.

As Quotas Subordinadas serão amortizadas em até 3 (três) Dias Úteis após o pagamento de cada amortização de Quotas Seniores, conforme estabelecido no item nesta Seção, desde que o Fundo encontre-se adimplente com relação a todas as obrigações para com as Quotas Seniores. Sempre observada a ordem de aplicação de recursos prevista no Regulamento, o valor de cada amortização de Quotas Subordinadas equivalerá ao montante necessário para que, considerada, *pro-forma*, a amortização pretendida, a Relação Mínima seja equivalente a, no mínimo, 121% (cento e vinte e um por cento), sempre observada a ordem de aplicação de recursos prevista no Regulamento.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas, conforme previstas nesta Seção, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora em nada afetarão as amortizações e os resgates de Quotas. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas coincidir com feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.

A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (ii) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento.

Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Regulamento. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios, por meio dos procedimentos de dação em pagamento previstos no Regulamento. As Quotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate integral de todas as Quotas Seniores, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

*Vide Regulamento, Capítulo XVIII – “Da Amortização e Resgate das Quotas”.*

### **Custos Referentes à Defesa dos Quotistas**

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares da maioria das Quotas em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização da Série Específica, a ser realizada por todos os titulares de Quotas em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, dos Quotistas, não estando a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, os Cedentes, o Distribuidor e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Regulamento, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos na Assembleia Geral prevista no Regulamento. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada, os Quotistas deverão definir na referida Assembleia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização da Série Específica, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembleia Geral, sendo vedada

qualquer forma de compensação. A Administradora poderá celebrar os respectivos boletins de subscrição, por conta e ordem dos Quotistas, utilizando-se dos poderes outorgados no Termo de Adesão, sempre com estrita observância ao que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando da amortização da Serie Específica, por meio dos procedimentos definidos no Regulamento.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, os Cedentes, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos do Regulamento, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

*Vide Regulamento, Capítulo XXVII – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Quotistas”.*

## **DA ARBITRAGEM E DO FORO**

Qualquer desacordo, disputa, dúvida ou reclamação originária deste Regulamento ou da interpretação de seus termos e condições, incluindo aquelas relativas aos Quotistas e à Administradora deverá ser resolvida, de forma definitiva, por arbitragem, tal como definida na Lei nº 9.307/96.

A arbitragem será administrada pelo CBMA, a cujo regulamento se submeterá.

A arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e será conduzida em língua portuguesa, por árbitro único, nomeado de acordo com o disposto no regulamento do CBMA.

Os Quotistas e/ou a Administradora reservam-se o direito de demandar em juízo para (a) compelir uns aos outros a observar(em) o procedimento de arbitragem previsto neste Regulamento, (b) executar qualquer decisão arbitral nos termos deste Capítulo, (c) utilizar, a seu exclusivo critério, qualquer outra medida de urgência e/ou de preservação de direitos, em caso de iminência de dano irreparável em momento anterior ao da nomeação do árbitro, ou (d) dirimir os litígios que, por força de lei, não possam ser objeto de arbitragem.

Fica eleito como competente o foro central da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

*Vide Regulamento, Capítulo XXVIII – “Da Arbitragem e do Foro”.*



## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.*

### Introdução

Os Direitos Creditórios Elegíveis e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, os Distribuidores ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos.

### Fatores Associados ao Investimento no Fundo

- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial dos respectivos Direitos Creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguirem, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.
- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de

duração do Fundo, ou nos demais casos previstos no Regulamento, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.

- c) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese específica prevista no Regulamento, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Neste caso, além de correrem os riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário, conforme descrição contida na alínea “a” acima, os Quotistas poderão incorrer em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.
- d) **Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo.** Durante o seu prazo de vigência e observados os termos e condições deste Regulamento e dos respectivos Termos de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade de um ou mais Cedentes que atendam aos Critérios de Elegibilidade e as Condições da Cessão, independentemente de autorização ou manifestação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Precatórios de titularidade do Fundo (i.e., não pagamento pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e de todos os seus Quotistas.
- e) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- f) **Riscos relativos à impossibilidade de utilização de instrumentos derivativos.** Devido à impossibilidade de utilização, pela Administradora, de instrumentos derivativos, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas.
- g) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco aqui descritos, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- h) **Riscos Associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 50% do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de

precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- i) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Consultor de Crédito, do Custodiante, dos Cedentes, do Distribuidor e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do Regulamento, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.
- j) **Risco do exercício de poder de voto pelos Quotistas Subordinados.** A aprovação das matérias específicas definidas no Regulamento dependerá dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas, em votação em separado no curso da mesma Assembléia Geral.
- k) **Pagamento dos Encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Regulamento, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos de custeio do Fundo decorrerão da Reserva de Caixa e das subscrições e integralizações de Quotas Subordinadas com a finalidade específica de capitalizar, na hipótese de déficit, a Reserva de Caixa. Ademais, o pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal, os quais não são considerados como despesas ordinárias de custeio do Fundo. A Administradora, o Custodiante, os Cedentes (sem prejuízo, caso aplicável, das obrigações do Consultor de Crédito quando este cumular a posição de Cedente e titular de Quotas Subordinadas, definidas no Regulamento, o Distribuidor e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.
- l) **Desalinhamento de Interesses entre o Consultor de Crédito, na qualidade de titular das Quotas Subordinadas, e os titulares de Quotas Seniores.** Considerando-se que (i) somente o Consultor de Crédito e suas Afiliadas poderão adquirir Quotas Subordinadas, (ii) o pagamento de valores a título de amortização e resgate das Quotas Subordinadas somente se realizará após o pagamento de certos valores aos titulares de Quotas Seniores, sendo o

Consultor de Crédito titular do patrimônio líquido residual do Fundo; e (iii) caberá ao Consultor de Crédito referendar a análise do consultor legal do Fundo, nos termos do Regulamento, não há nada que impeça que o Consultor de Crédito recomende ao Fundo a aquisição de Direitos Creditórios que apresentem um perfil de risco e retorno mais agressivo daquele eventualmente seria adotado pelo Consultor de Crédito caso este não fosse titular das Quotas Subordinadas.

**m) Pagamento dos Direitos Creditórios e Negociação das Quotas no mercado Secundário.**

A União pode efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios até o dia 31 de dezembro do exercício social para o qual o pagamento do respectivo crédito tenha sido orçado. Considerando-se que quando da determinação do Preço de Aquisição do crédito assumir-se-á que seu pagamento ocorrerá no dia 31 de dezembro, o valor das Quotas poderá sofrer significativa apreciação caso a União efetue o pagamento dos Direitos Creditórios antes desta data, sendo que, nesta hipótese, o valor da Quota, antes do pagamento pela União, não refletirá esta expectativa de valorização.

**Fatores Associados aos Direitos Creditórios**

- a) **Invalidade da cessão, fraude e existência de encargos sobre os Direitos Creditórios.** O mercado para negociação dos Direitos Creditórios é de natureza informal e, desse modo, poderá não ser evidenciado caso os Direitos Creditórios tenham sido cedidos para diversas pessoas, ou caso outras fraudes tenham sido cometidas, tais como fraude à execução, fraude contra credores, ou qualquer tipo de violação anterior a direito de credores que implique na anulação ou ineficácia da cessão posterior do crédito. Também poderá não ser evidenciado caso os Direitos Creditórios tenham sido objeto de quaisquer garantias, ônus, penhor, opção, direito de preferência ou qualquer outra obrigação legal, contratual, pessoal, real, judicial ou extrajudicial, bem como quaisquer reclamações de qualquer natureza, que tenham os mesmos efeitos materiais que os descritos acima. Desse modo, a titularidade do Fundo quanto aos Direitos Creditórios poderá não ser reconhecida ou não ser válida, e, conseqüentemente, o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios poderá não ser possível. Caso um terceiro também alegue ser o legítimo titular dos Direitos Creditórios, poderá ocorrer uma disputa judicial para resolver o litígio. Adicionalmente, não é possível assegurar que nenhum terceiro irá contestar a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, baseado na invalidade ou fraude na cadeia da cessão decorrente de ações ou omissões do respectivo Cedente, como cedente anterior, ou devido à existência de qualquer dos ônus acima mencionados, decorrente de ações ou omissões do respectivo Cedente.
- b) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser pagos pela União e/ou suas Autarquias, em uma única parcela, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos de qualquer Precatório de titularidade do Fundo, alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado, ou outras matérias relacionadas à origem do crédito, e com isso atrasar os pagamentos. O não pagamento de valores referentes aos

Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- c) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação dos Cedentes ou de qualquer outra Pessoa. Os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas não assumirão qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União e/ou suas Autarquias, sem prejuízo sua responsabilidade pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no respectivo Termo de Cessão. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e/ou de suas Autarquias. Em nenhuma hipótese, os Cedentes se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e/ou de suas Autarquias, sem prejuízo de suas respectivas responsabilidades pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no respectivo Termo de Cessão.
- d) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009, houve alterações na forma de pagamento de precatórios e a própria Constituição passou a determinar o critério de atualização e de cômputo de juros aos débitos representados por precatórios. Nada garante que não se tenha, no futuro, a promulgação de nova emenda constitucional acerca de matérias relacionadas a precatórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- e) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição dos Cedentes, pelo Fundo, no pólo ativo da ação judicial a qual o respectivo Precatório esteja vinculado. Como os Direitos Creditórios referem-se a precatórios de natureza alimentar, há ainda possibilidade de a União exigir, por ocasião dos levantamentos das quantias pagas, seja feito desconto integral do imposto de renda e demais descontos porventura devidos pelos credores originais em sua integralidade, o que poderá ensejar a diminuição do valor recebido pelo Fundo.
- f) **Riscos relacionados ao recebimento de valores.** No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada. Em seguida, é enviado comunicado desta

operação ao juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, o Fundo terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescida da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados pelo respectivo Precatório. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas.

- g) **Risco relacionado a não substituição dos Cedentes.** A Cessão dos Direitos Creditórios será formalizada mediante assinatura de Termo de Cessão, lavrados por instrumento público. Na mesma data, o Cedente outorgará procuração por instrumento público ao Fundo, autorizando-o especificamente a realizar o saque do Direito Creditório. No entanto, como não há ou haverá a substituição dos Cedentes no pólo ativo da ação, especialmente em razão do curto espaço de tempo entre o pagamento do Preço de Aquisição e a data de vencimento do Direito Creditório, não há como impedir que o Cedente compareça a Caixa Econômica Federal e efetue o saque do Direito Creditório antes do Fundo.
- h) **Risco de não inclusão dos pagamentos dos Direitos Creditórios no orçamento Federal.** A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo Federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento dos Precatórios, lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, poderá ocorrer atraso no pagamento dos respectivos Direitos Creditórios. Assim, um eventual entrave burocrático terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito, o que poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas
- i) **Risco quanto à mudança de natureza do Precatório.** A cessão de crédito é autorizada pela Constituição e pela legislação vigente, e não existe vedação expressa à transferência de titularidade de precatórios alimentares. Cabe ressaltar, todavia, que existe entendimento doutrinário e jurisprudencial minoritário no sentido de que os precatórios de natureza alimentar teriam caráter personalíssimo e, por essa razão, a cessão a terceiros mudaria sua natureza para precatório comum. Qualquer discussão nesse sentido poderia acarretar, ao menos em tese, eventual alongamento do prazo de pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.
- j) **Não obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima.** Não há obrigatoriedade de (i) reenquadramento da Relação Mínima caso o valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo seja igual ao valor do Patrimônio Líquido e (ii) aportes adicionais de capital no Fundo caso o valor das Quotas Subordinadas seja igual a 0 (zero) e a subordinação por estas oferecida deixe de existir.

- k) **Cobrança dos Direitos Creditórios, Possibilidade de Aporte Adicional pelos Quotistas e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os titulares das Quotas aportem os valores adicionais, necessários para a sua adoção e/ou manutenção, por meio da integralização da Série Específica, a ser realizada por todos os titulares de Quotas em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Regulamento, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do aporte a que se refere aquele Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Os Cedentes, a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, o Distribuidor e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos e por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares de Quotas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os titulares das Quotas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Regulamento. Conseqüentemente, conforme descrito no Regulamento, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- l) **Riscos de natureza processual.** Cada precatório tem origem em um processo judicial e sua expedição depende do encerramento das discussões acerca da obrigação da União de pagar, bem como acerca do valor devido. No entanto, o sistema processual vigente permite que a parte do processo possa, a qualquer momento, alegar erros materiais ou vícios que afetem a validade do precatório. Ainda que esse tipo de alegação seja improcedente, a simples discussão pode ensejar, em alguns casos, atrasos no levantamento das quantias depositadas em juízo em pagamento do Precatório.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos aqui descritos, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

*Vide Regulamento, Capítulo XIII – “Dos Fatores de Risco”.*

## **POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito, os Distribuidores, os Cedentes e suas respectivas Afiliadas mantêm relações comerciais com outras Pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

Observado o disposto no Regulamento, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis em que o Consultor de Crédito participe como Cedente.

Além disso, as Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Consultor de Crédito.



## **UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes.

## DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo são decorrentes de ações judiciais em que figura como ré a União e/ou suas Autarquias, tendo por objeto a obtenção de pagamento de valores devidos pela União e/ou suas Autarquias de natureza alimentar.

Em 9 de dezembro de 2009 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 62, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal, que trata dos precatórios, e também acrescentou o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que regula o pagamento dos precatórios em atraso até a data de publicação da referida emenda constitucional, ocorrida em 10/12/2009.

Como regra geral, os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, são feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação da requisição de pagamento à entidade de direito público devedora. Cada requisição forma um precatório, que deverá ser pago (se apresentado até 1º de julho) até o final do exercício seguinte.

O artigo 100 da Constituição Federal, em seus §§1º e 2º, define o que são créditos de natureza alimentar e especifica regras específicas de pagamento:

“§1º - Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

§2º - Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

Dada a impossibilidade financeira do Poder Público pagar a todos os credores de precatórios, inclusive alimentares, em um único momento, ao longo do tempo evoluiu-se para a formação de fila autônoma de precatórios de natureza alimentícia, situação consolidada com o advento da Súmula nº 655, publicada em 13/10/2003, ainda em vigor:

"Súmula 655 - A exceção prevista no art. 100, "caput", da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza".

Ao longo do tempo, entidades de direito público deixaram de cumprir o comando constitucional e não liquidaram os precatórios nos prazos previstos.

Quando da promulgação da atual Constituição, um primeiro parcelamento foi previsto no artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prevendo-se a liquidação de todos os débitos pendentes em até 8 anos.

Inúmeros precatórios não foram pagos nem assim, e os novos precatórios emitidos foram, em grande parte, pagos com atrasos, sem correção monetária, ou liquidados de forma apenas parcial, ensejando o acúmulo de grande dívida pública em precatórios.

Com a Emenda Constitucional nº 30/2000 criou-se novo parcelamento de precatórios, com a introdução do artigo 78 ao Ato das ADCT, prevendo um mecanismo excepcional de pagamento de precatórios (exceto os alimentares e os créditos de pequeno valor) em 10 (dez) parcelas anuais, para os precatórios existentes até 31/12/1999 ou decorrentes de ações ajuizadas até aquela data:

“Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos”.

Por não se sujeitarem a esse regime excepcional do artigo 78 do ADCT, os precatórios alimentares continuaram a ser pagos da mesma forma anterior, ou seja, conforme o artigo 100 da Constituição Federal, de uma só vez, até o fim do exercício seguinte, respeitando ordem cronológica própria dos créditos de natureza alimentícia.

No âmbito federal, não há notícias, até a presente data, de atrasos nos pagamentos dos precatórios comuns ou dos alimentares, ao contrário do que ocorrem em Estados e Municípios de todo o país.

A recente introdução de novo regime de pagamento de precatórios, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009, não afetou substancialmente os precatórios alimentares. Continuam a ter preferência de pagamentos sobre os precatórios comuns e criou-se ainda uma prioridade até antes inexistente, para titulares de precatórios com mais de 60 anos na data de sua expedição e portadores de doenças graves, limitado a um determinado valor, sujeitando-se eventual saldo remanescente à ordem cronológica normal.

Cabe destacar que a Emenda Constitucional nº 62/2009 introduziu no artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias novas regras para o pagamento do grande estoque de precatórios com liquidação atrasada. Vale consignar que tais regras valem somente para Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, não se aplicam aos precatórios devidos pela União. E o próprio artigo 97 do ADCT excetua do novo regime os precatórios alimentares, ou seja, aplica-se apenas aos precatórios comuns.

Mesmo antes da EC62/2009, a cessão de crédito já era autorizada pela legislação vigente, e não existia vedação expressa à transferência de titularidade de precatórios alimentares.

A introdução de novos parágrafos ao artigo 100 da Constituição veio colocar um fim às poucas discussões ainda existentes quanto à validade das cessões de precatórios:

“§13 - O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.

§14 - A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.”

Ao mesmo tempo em que a cessão de crédito está expressamente autorizada, a exceção contida no final do §13 do artigo 100 da Constituição deixa claro que, uma vez cedido o crédito, não se aplicam as regras especiais para maiores de 60 anos, portadores de doença grave ou obrigações definidas como de pequeno valor, cujo pagamento independe de precatório (o §3º).

Cabe ressaltar, a existência de entendimento doutrinário e jurisprudencial minoritário, antes da EC62/2009, no sentido de que os precatórios de natureza alimentar teriam caráter personalíssimo e, por essa razão, a cessão a terceiros mudaria sua natureza para precatório comum. Trata-se de tese que nunca ganhou força, e parece sepultada pelos Tribunais<sup>1</sup>, mas qualquer desta natureza em juízo poderia, em tese, atrasar o pagamento dos precatórios.

A cessão de crédito é uma das formas de transmissão das obrigações e, salvo disposição expressa, não pressupõe a anuência prévia do devedor para sua realização. A cessão de créditos provenientes de condenações judiciais deverá também observar as regras e os procedimentos definidos no Código Civil e, agora, na Constituição. É necessário que o devedor seja comunicado da cessão para que tenha eficácia em relação ao mesmo, e que o ato de cessão seja comunicado ao juízo por meio de petição. Ou seja, o instrumento de cessão tendo por objeto um precatório deve ser necessariamente levado aos autos do processo para que o juízo e a parte contrária, neste caso a União, tomem ciência da cessão, e o negócio jurídico produza os seus efeitos também perante terceiros.

Regra geral, a cessão de direitos poderá ser celebrada por meio de instrumento particular. Não há até o momento nenhuma previsão legal que estabeleça procedimento especial para que se dê a cessão de créditos, inclusive precatórios. Porém, no caso de crédito contra a Fazenda Pública recomenda-se, por cautela, que a cessão seja sempre realizada por meio de instrumento público, em atendimento ao art. 288 do Código Civil.

Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, e agora com a Emenda Constitucional nº 62, que instituiu regime especial para pagamento de precatórios, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento de precatórios.

---

<sup>1</sup> Por exemplo, recente julgado do STJ, em acórdão unânime da 1ª Turma, adotado no RMS 28811-PR, publicado no Diário da Justiça em 28.06.2009: “... 3. *Consoante observam os renomados doutrinadores citados pelo Tribunal de origem, a cessão de crédito não altera a natureza deste. Desse modo, cedido crédito de natureza alimentícia, esta qualidade da obrigação permanece.*”

Vale lembrar, que a União vem pagando os precatórios que deve no prazo constitucional, não havendo registros de atrasos. Os precatórios alimentares são pagos em uma única parcela, até o final do exercício seguinte ao de sua expedição (desde que ocorra antes de 1º julho, caso contrário prorrogam-se para o final do exercício seguinte), e o Supremo Tribunal Federal já havia cristalizado o entendimento de que nesse período não há mora do devedor, e, portanto, não seriam cabíveis juros, somente correção monetária.

Agora, com a EC62/2009, introduziu-se o §12 ao artigo 100 da Constituição, com a seguinte redação: “§12 - A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.”

Pela regra constitucional, há incidência de correção monetária e juros a partir da expedição dos novos precatórios, inclusive alimentares, até o efetivo pagamento.

Interpretando-se a referida norma constitucional, todos os precatórios, inclusive os já emitidos, serão corrigidos, a partir da promulgação da Emenda Constitucional 62/2009, da mesma forma que as cadernetas de poupança. A regra não deve afetar os pagamentos a serem realizados no exercício de 2010, pois a lei orçamentária foi aprovada antes da promulgação da referida emenda constitucional.

Após o recebimento das verbas liberadas pelo Tesouro Nacional, os “TRFs” devem depositar os valores dos precatórios nas suas respectivas contas judiciais, à disposição dos juízos processantes. A remuneração dessas contas é feita, a partir de então, pelo Banco do Brasil, aplicando-se os juros de 0,5% (meio por cento) ao mês mais a “TRD”. Os juros serão calculados até a data do efetivo levantamento (*pro-rata*). De acordo com a Resolução nº 559, no caso específico de precatórios alimentícios não é necessária a expedição de alvará pela Justiça Federal, o procedimento via de regra adotado para autorizar o saque.

No caso de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, será convocada Assembléia Geral dos Quotistas para definirem as providências a serem adotadas.

Após sua aquisição pelo Fundo, os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo não podem ser acrescidos, removidos ou substituído, salvo se os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, venham a deliberar a realização de qualquer tipo de negócio jurídico tendo por objeto os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Conforme acima descrito, mudanças legislativas e judiciais poderão alterar os prazos de pagamento e, eventualmente, os valores de pagamento dos Precatórios adquiridos pelo Fundo, sendo que qualquer destes eventos poderá afetar adversamente o valor das Quotas do Fundo.

O Fundo e os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não contam com qualquer tipo de reforço de garantia ou outro tipo de garantia especial, sendo que a liquidação das Quotas diretamente vinculada ao recebimento de valores decorrentes do pagamento ou alienação dos bens e ativos integrantes de sua carteira.

Os Documentos da Securitização não contêm qualquer tipo de evento que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada do Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como quaisquer outros fatos que possam afetar a regularidade dos fluxos de pagamentos previstos.

### **Inadimplemento, Perdas, Pré-pagamento e Amortização Antecipada**

Considerando a regra constante no art. 100, §1º, da Constituição Federal, os precatórios alimentícios federais incluídos no orçamento até 1º de julho tem como prazo máximo de pagamento o último dia útil do exercício subsequente, em parcela única.

No entanto, a União Federal, nos últimos cinco anos, depositou os precatórios alimentícios antecipadamente, nas seguintes datas:

2005	depositado em	18/02/2005
2006	depositado em	27/01/2006
2007	depositado em	09/03/2007
2008	depositado em	23/01/2008
2009	depositado em	23/01/2009

Nos últimos cinco anos a União Federal e suas Autarquias pagaram todos os precatórios alimentícios que foram orçamentados, motivo pelo qual, não há histórico, nos últimos 5 anos, de inadimplência de créditos de mesma natureza.

A União Federal, visando economia com pagamento de correção monetária e juros, tem depositado os valores orçamentados no início do ano subsequente, com aproximadamente onze meses de antecedência ao prazo máximo legal. Estes eventos de pré-pagamento não afetam negativamente o fundo, pois a taxa de desconto aplicada considera o pagamento do precatório no último dia do ano.

Ademais, considerando a possível antecipação no pagamento dos Direitos Creditórios pela União e suas Autarquias, o Fundo, através de decisão do Consultor de Crédito, poderá antecipar as Datas de Amortização Programadas dentro do mesmo exercício social as quais estejam previstas.

*Vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.*

## **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E E POUPANÇA**

O Sistema Nacional de Preços ao Consumidor - SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). Sua produção foi iniciada em 1991.

O período de coleta do IPCA-E estende-se, em geral, do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência. A periodicidade de sua divulgação é trimestral e abrange as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e o município de Goiânia.

A população-objetivo do IPCA-E abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/ipcae/default.shtm>

Com a EC62/2009, introduziu-se o §12 ao artigo 100 da Constituição, com a seguinte redação: “§12 - A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.”

Pela regra constitucional, há incidência de correção monetária e juros a partir da expedição dos novos precatórios, inclusive alimentares, até o efetivo pagamento.

Interpretando-se a referida norma constitucional, todos os precatórios, inclusive os já emitidos, serão corrigidos, a partir da promulgação da Emenda Constitucional 62/2009, da mesma forma que as cadernetas de poupança. A regra não deve afetar os pagamentos a serem realizados no exercício de 2010, pois a lei orçamentária foi aprovada antes da promulgação da referida emenda constitucional.

*As informações referentes à Administradora, ao Consultor de Crédito, ao Custodiante e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.*

## **ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDORA**

### **Histórico**

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 (vinte dois) anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, trustee em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

### **Estrutura e Administração**

A empresa é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 50 (cinquenta) profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, trustee em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há 12 (doze) anos a Instituição Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR RATING, tendo sido mantida em maio de 2008 a nota de longo prazo AAbr.

### **Administração de Fundos de Investimento**

A Instituição Administradora tem experiência de mais de 12 (doze) anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Instituição Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Instituição Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos Cotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos Cotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.



Atualmente a Oliveira Trust administra Fundos de Investimento de patrimônio superior a R\$ 5 bilhões, encontrando-se entre as 20 (vinte) maiores administradores de recursos em Fundos de Investimento, do país.

No segmento de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a Oliveira Trust administra Fundos em montante superior a R\$ 3 bilhões (data de referência maio/2009).

*Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.*

## **CONSULTOR DE CRÉDITO**

WSUL Gestão Tributária Ltda. foi fundada em 11 de janeiro de 2008 e tem sede na cidade de Porto Alegre, RS. A empresa é especializada na gestão de ativos intangíveis não financeiros, compreendida nesta atividade a cessão ou o direito de uso de créditos judiciais e a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial.

A WSUL Gestão Tributária Ltda. é gerida e administrada exclusivamente pelo sócio Cristiano Wagner, profissional bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio Doce – UNISINOS, em 1998. Como advogado especializou-se em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. A empresa possui larga experiência na prospecção e aquisição de precatórios estaduais vencidos e pendentes de pagamento.

A WSUL Gestão Tributária Ltda. tem uma carteira de clientes composta por empresas de médio e grande porte, dentre as quais vale citar: a Cooperativa Vinícola Aurora Ltda., Santalúcia S.A. – Blue Ville, Ikro Componentes Automotivos Ltda., Pavioli S.A., Cooperativa Tritícola Caçapavana Ltda., dentre outros.

## **ESTRUTURADOR**

A AMPF Consultoria em Investimentos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.041.664/0001-15, cujo nome fantasia é “Next Investimentos”, é uma consultoria especializada na estruturação de produtos financeiros diferenciados como fundos de investimento em direito creditório, fundos de investimento imobiliário e de participações, destinados a clientes qualificados e super-qualificados, visando oferecer retornos acima da média de mercado.

Dispondo de uma equipe dinâmica e multidisciplinar, seus sócios e colaboradores visam identificar as melhores oportunidades, que através de parcerias estratégicas, proporcionam aos seus clientes acesso a produtos exclusivos e rentáveis.

Entre os princípios balizadores da Next Investimentos estão o comprometimento ético e profissional com seus clientes, parceiros e investidores, atuando de forma a criar um ambiente transparente e seguro, para todos os agentes participantes de nossos projetos.

## **CUSTODIANTE**

A custódia do Fundo será prestada pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira, inscrita no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89.

O HSBC, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria e escrituração de ativos.

O Grupo HSBC, sediado em Londres, está presente em 83 países, nos 5 continentes. Possui mais de 10 (dez) mil agências e 312 (trezentos e doze) mil funcionários. Atua em diversas áreas do mercado financeiro no Brasil.

O HSBC atua em 41 (quarenta e um) países, com equipes exclusivas para o negócio de custódia. O volume sob custódia supera US\$ 1,5 trilhões.

No Brasil presta serviços de liquidação e custódia para terceiros desde outubro de 1998. Por meio do Ato Declaratório n. 7873, foi autorizada pela CVM a prestar os serviços de Custódia de Ativos.

O HSBC é habilitado pela ANBID para a prestação dos serviços de custódia qualificada, sendo que participa ativamente no Comitê de Acompanhamento da Auto-regulação e do Conselho de Auto-regulação.

A estrutura de custódia do HSBC é organizada dentro dos padrões internacionais do Grupo HSBC, que são os mesmos para os 41 (quarenta e um) países nos quais o Grupo HSBC oferece estes serviços.

A estrutura da área de custódia é totalmente segregada das áreas de Asset Management e Tesouraria, dentro do conceito de Chinese Wall, de forma a evitar qualquer tipo de conflito de interesse.

O HSBC possui área de operações, também segregada das áreas de produto, evitando também conflito de interesse entre estas áreas.

## **Relacionamento Entre as Partes Envolvidas com o FUNDO e/ou com a Oferta e Conflitos de Interesse**

A ADMINISTRADORA, a CONSULTORA DE CRÉDITO o AUDITOR e o CUSTODIANTE são sociedades independentes e não pertencentes de forma direta ou indireta ao mesmo grupo econômico, também não possuindo qualquer ligação societária.

A Instituição ADMINISTRADORA e o CUSTODIANTE, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum mantêm relações comerciais com outras pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades.

A ADMINISTRADORA, diretamente ou por meio de sociedades integrantes de seu grupo econômico, no curso normal de suas atividades, presta serviços de administração em relação aos fundos de investimento abaixo descritos, nos quais o CUSTODIANTE presta os serviços de custódia:

1. O Gama Fundo De Investimento Em Participações, fundo de investimento em participações inscrito no CNPJ sob o nº 10.513.639/0001-24, com prazo de duração de 10 (dez) anos, onde a Administradora, na qualidade de administradora e gestora do fundo, faz jus a uma remuneração mensal equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo até o montante de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) até o montante de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,07% (sete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) até o montante de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o Patrimônio Líquido apurado no último dia útil de cada mês, devida a primeira no último dia útil do mês da primeira integralização de Cotas e as demais no último dia útil dos meses subsequentes. Enquanto o Fundo tiver seus recursos aplicados exclusivamente em (i) debêntures e em (ii) quotas de fundos de investimento ou títulos públicos, neste caso, no que se refere ao ativo remanescente do Fundo, a Taxa de Administração calculada nos termos deste item 5.1. sofrerá um desconto de 33% (trinta e três por cento).
2. O Gama Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado, fundo de investimento em quotas de fundos de investimento multimercado inscrito no CNPJ sob o nº 10.521.446/0001-15, com prazo de duração de 10 (dez) anos, onde a Administradora, na qualidade de administradora do fundo, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (a) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou (b) 0,0042% (quarenta e dois centésimos de milésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o que for maior.
3. O Sofi Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento em participações inscrito no CNPJ sob o nº 10.516.452/0001-84, com prazo de duração de 10 (dez) anos, onde a Administradora, na qualidade de administradora e gestora do fundo, faz jus a uma taxa de administração equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo até o montante de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) até o montante de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,07% (sete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) até o montante de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o Patrimônio Líquido apurado no último dia útil de cada mês, devida a primeira no último dia útil do mês da primeira integralização de Cotas e as demais no último dia útil dos meses subsequentes.

O Real Minas Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ sob o nº 10.528.349/0001-54, com prazo de duração de 10 (dez) anos, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração mensal equivalente à 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado sobre o Patrimônio Líquido no último Dia Útil de cada mês, devida, a primeira, no último Dia Útil do mês da primeira integralização de Quotas, e as demais, no último Dia Útil dos meses subsequentes.

4. O Real Minas Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Crédito Privado Exclusivo, fundo de investimento em quotas de fundos de investimento, inscrito no CNPJ sob o nº 10.545.384/0001-81, com prazo de duração de 10 (dez) anos, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração mensal equivalente à 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado sobre o patrimônio líquido no último dia útil de cada mês, devida, a primeira, no último dia útil do mês da primeira integralização de Quotas, e as demais, no último Dia Útil dos meses subsequentes.
5. O Ber Capital - Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado (pré-operacional), fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado, inscrito no CNPJ sob o nº 10.739.635/0001-69, com prazo de duração indeterminado, onde a administradora, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração equivalente (i) ao maior valor entre (a) à 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos); ou (b) R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) mensais; e (ii) o valor correspondente à 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos).
6. O Brasil Government Senior Debt Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (pré-operacional), fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.726.863/0001-02, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração até 02 de julho de 2024, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração equivalente ao maior valor entre (i) 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido apurado no último Dia Útil de cada mês; ou (ii) R\$ 9.000,00 (nove mil reais) mensais, nos primeiros 12 (doze) meses de operação do Fundo, e, para os meses subsequentes, R\$ 13.000,00 (treze mil reais) mensais.
7. O BI – INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO PREVIDENCIÁRIO DE RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.697.953/0001-04, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração equivalente a (i) no máximo, 1% (um por cento) ao ano, compreendendo a taxa de administração dos fundos em que o BI – Invest Fundo de Investimento Previdenciário de Renda Fixa Crédito Privado invista, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO do dia útil imediatamente anterior, pagáveis mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos), devida a primeira no último dia útil do mês da primeira integralização das Cotas pelos Cotistas, e as demais no último dia útil dos meses subsequentes; ou (ii) o valor mínimo mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), observado que nos 06 (seis) primeiros meses, será dado desconto de R\$2.000,00 (dois

mil reais), no valor mínimo devido exclusivamente à Administradora, sendo que nos demais meses será cobrado o valor integral; e

8. O Proxservice Fundo De Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.541.769/0001-70, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 20 (vinte) anos, onde a instituição Administradora faz jus a uma remuneração equivalente ao maior valor entre (i) 0,25% a.a. (zero vírgula vinte e cinco por cento ao ano) sobre o valor do Patrimônio Líquido; e (ii) o valor fixo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Ademais, até a data do presente Prospecto, a ADMINISTRADORA não prestava nenhum serviço ou mantinha qualquer relacionamento contratual ou societário com a CONSULTORA DE CRÉDITO e Estruturador, além daqueles descritos neste Prospecto e em razão da constituição e existência do FUNDO e da presente Oferta.

Na data deste Prospecto, não existiam outros conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de origemação, distribuição, custódia, consultoria e administração do FUNDO além do acima descrito.

Na data deste Prospecto, não existiam quaisquer outras relações da Administradora, com o Custodiante, a Agência de Classificação de Risco com a Consultora de Crédito ou com o Estruturador, tais como empréstimos, investimentos ou outras relações, inclusive, societárias, ou ligações contratuais relevantes tais como ligações contratuais relevantes entre os envolvidos na constituição e estruturação do Fundo.

Na data deste Prospecto, não existiam quaisquer outras relações entre o Custodiante, a Consultora e o Estruturador, tais como empréstimos, investimentos ou outras relações, inclusive, societárias, ou ligações contratuais relevantes.

Já quanto aos Cedentes, não é possível precisar as relações existentes entre estes e os prestadores de serviços do Fundo, uma vez que até início de funcionamento do mesmo, os créditos bem como os cedentes não estão determinados.

## ANEXOS



## **Súmula da Agência de Classificação de Risco**

**Rating  
Preliminar****A**

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.

Data: 19/ago/2009  
Validade: 31/ago/2010

**Sobre o Rating****Perspectiva:** Estável**Observação:** -**Histórico:**

Ago/09: Atribuição: A

**FUNDAMENTOS DO RATING**

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 19 de agosto de 2009, atribuiu o **Rating A** para a primeira emissão de Cotas do WTD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Alimentícios Federais (WTD FIDC NP Precatórios Alimentícios Federais). A classificação é válida somente para o Fundo com as características apresentadas no item "Perfil do Fundo".

O WTD FIDC NP Precatórios Alimentícios Federais, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem como objetivo a aquisição de precatórios alimentícios gerados na esfera federal, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, selecionados e avaliados pelo Consultor de Crédito. Os precatórios devem ter trânsito em julgado e não podem estar vinculados a embargos à execução ou ação rescisória.

O Fundo será composto por Cotas Seniores e Subordinadas, podendo participar do Fundo, na qualidade de Cotista, exclusivamente investidores qualificados. O Fundo tem como meta de rentabilidade para as Cotas Seniores 200% do CDI e contará com um PL de até R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais).

A classificação tem como fundamento a metodologia da Austin Rating para avaliação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios. Esta classificação considerou, principalmente, as definições no regulamento dos critérios de elegibilidade e das condições de cessão, como a Parecer Legal individual por cessão, a estrutura de proteção para o valor das Cotas, Parecer Legal da Operação, minuta do Contrato de Prestação de Serviços entre o Consultor e o Fundo, histórico da WSul Gestão Tributária (Consultora) assim como o perfil de risco dos ativos a serem adquiridos pelo Fundo, além de *due diligence* com o Administrador e Consultor do Fundo. O rating considerou a legislação vigente para o pagamento dos precatórios (EC 30/200) bem como para as cessões (presente no Código Civil), sendo que, eventuais alterações no marco legal ou regulatório, poderão impactar no perfil de risco das Cotas avaliadas de forma significativa.

A classificação atribuída considerou, entre outros fatores, as seguintes características: (i) Cada Direito Creditório cedido ao Fundo deverá ser acompanhado de relatório do Consultor de Crédito e Parecer Legal (de empresa sem vínculo com a Consultora), o que favorece a definição do perfil de risco individual do lastro do Fundo. Entretanto, apesar desses documentos serem imprescindíveis para a aquisição dos Direitos Creditórios, como a carteira que dará lastro ao Fundo poderá ser constituída continuamente, a Austin Rating não teve acesso aos mesmos, prejudicando a definição ex-ante do perfil de risco da carteira que comporá o Fundo; (ii) O limite máximo para definição do preço de aquisição de cada Direito Creditório é de 80% do valor orçado, atualizado para vencimentos inferiores a 16 meses, de 75% para vencimentos entre 16 e 24 meses e de 65% para vencimentos superiores a 24 meses. Observando este limite, a taxa de aquisição poderá variar, de acordo com avaliação do Consultor de Crédito, sendo que no caso de definição de preço de aquisição baixo (em relação ao valor presente) proporcionará maior proteção ao valor das Cotas; (iii) O procedimento de cessão envolve o consultor de crédito, que deverá encaminhar a documentação exigida (Relatório do Consultor de Crédito, Resumo de Ações Judiciais e Parecer Legal). Estes são mecanismos que buscam garantir a validade do lastro do Fundo; (iv) está previsto no contrato de prestação de serviços entre o Fundo e o Consultor de Crédito, cláusula de incentivo em que a remuneração devida ao Consultor será

**Analistas:**

Cátia Mota  
Tel.: 55 11 3377 0718  
catia.mota@austin.com.br

Maurício Bassi  
Tel.: 55 11 3377 0709  
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br

## **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios WTD FIDC NP PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

---

parcialmente paga no momento da Cessão ao Fundo e o restante será pago apenas no momento de levantamento de cada precatório. No caso do precatório apresentar algum vício ou erro que acarrete na impossibilidade de recebimento dos valores, o Consultor deverá devolver o valor pago no momento da cessão. Portanto, existe incentivo para que a análise dos créditos cedidos seja ainda mais criteriosa, reduzindo o risco de cessão de créditos problemáticos ao Fundo; (v) os critérios de elegibilidade definem que o lastro será composto por precatórios alimentares, provenientes de ações judiciais contra a União Federal. A Austin Rating observa jurisprudência consolidada favorável ao pagamento de precatórios expedidos na esfera federal, que também serão objeto de aquisição pelo Fundo, além de histórico de pagamentos favorável por parte da União. Esta particularidade define, em alto grau, o perfil de risco de crédito do precatório e, em consequência, do FIDC. O risco de crédito do fundo está, desse modo, correlacionado, em elevado grau, com a capacidade de pagamento da União, bem como em seu histórico de pagamentos desse tipo de obrigação; (vi) os precatórios alimentares não podem ser parcelados, devendo ser pagos, em sua totalidade, no ano posterior de sua inclusão no orçamento. A natureza de curto prazo deste direito creditório permite visualizar, com maior grau de confiança, a capacidade de pagamento da União, ao contrário dos precatórios não alimentares que, por serem parcelados em 10 anos, têm maior vulnerabilidade à deterioração da capacidade de pagamento da União; (vii) proteção proporcionada pela existência de Cotas Subordinadas, que obedeceram à Relação Mínima de 121%, ou seja, participação de aproximadamente 17% do PL; (viii) definição de limites de concentração dispostos no regulamento de até R\$ 600 mil por cada direito creditório. Entretanto, a expectativa é que serão adquiridos créditos com valores que variam de R\$ 100 mil a R\$ 500 mil, ou seja, representando baixa concentração individual aos precatórios. Com isso, mesmo no período inicial em que espera-se que o Fundo conte com PL de R\$ 30.000.000,00, sua participação será baixa, inferior a 2% do PL da carteira, o que, combinada com a participação de Cotas Subordinadas, aumenta a proteção proporcionada às Cotas Seniores; (ix) aquisição exclusiva de precatórios já expedidos pela Justiça Federal, com decisão final transitada em julgado, e não sujeitos à ação rescisória. Assumindo-se estas características, os Precatórios, ativos subjacentes do fundo, constituem ação já julgada que reconhece e formaliza a existência da dívida (assim como seu valor), de maneira inquestionável, a favor do titular do Precatório por parte do devedor, o que garante a existência do lastro para o fundo; (x) o regulamento prevê que a Consultora ou suas afiliadas ou coligadas não podem atuar como contraparte nas ações que geraram o precatório, mitigando o conflito de interesse na avaliação/valor de aquisição do crédito; (xi) parecer legal favorável versando sobre a viabilidade de cessão de precatórios de natureza alimentar.

Por outro lado, a classificação se viu limitada, entre outros aspectos, por: (i) a rentabilidade das Cotas está estreitamente ligada ao preço de aquisição aplicada sobre o valor presente dos Direitos Creditórios. Fica sob responsabilidade do Consultor de Crédito a definição deste preço de aquisição, sendo que no caso de definição do valor no limite máximo de 80% do valor presente do Direito Creditório a rentabilidade das Cotas poderá ser afetada negativamente, no caso do Direito Creditório não performar como o esperado. Entretanto, a Austin Rating entende que o Consultor de Crédito atribuirá uma taxa de desconto condizente com o perfil de risco de performance de cada Direito Creditório; (ii) em linha com o item anterior, o preço de aquisição do precatório está ligado à capacidade de alcance da meta de rentabilidade para as Cotas Seniores, que, neste caso, é significativamente elevada, de 200% do CDI. No caso de erro de precificação do ativo, a remuneração das Cotas pode ser comprometida; (iii) não há substituição do Cedente no pólo ativo da ação, sendo que o direito para saque do montante será feito por procuração pública. Portanto, existe o risco de o cedente agir de má fé e sacar o valor do pagamento do precatório antes do Fundo. Neste caso, o Fundo deverá buscar ressarcimento na esfera jurídica, o que pode extrapolar o prazo do Fundo; (iv) a PEC dos Precatórios, que atualmente transita no Congresso Nacional sob o nº 351, se aprovada com a atual redação, pode afetar o pagamento dos precatórios alimentares, principalmente, das seguintes formas: (a) margem para interpretações diversas, no que toca à compensação de débitos inscritos em dívida ativa; (b) alteração do índice de correção dos valores de precatórios; e (c) possibilidade de aprovação de lei complementar, que estabeleça regime especial de pagamento, sem qualquer restrição quanto ao prazo, limite para vinculações à receita corrente líquida ou incidência de encargos; (v) possibilidade de invalidade ou reversão da cessão de Direitos Creditórios, seja por fraude contra credores, fraude à execução ou fraude à execução fiscal, bem como, por iniciativa

## **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios** **WTD FIDC NP PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

---

do próprio Cedente de reversão da cessão. Esta última hipótese é levantada devido ao crescente número de casos em que os Cedentes procuram reverter a cessão após seu pagamento. Existe histórico de reversão de cessões quando o cedente alega lesão pela cessão, o que poderá frustrar a rentabilidade esperada pelo direito creditório, assim como acarretar em custos ao Fundo; (vi) concentração em um único devedor (União Federal). Embora se entenda que a capacidade de pagamento da União, assim como seu histórico, seja favorável, em caso de inadimplemento deste tipo de obrigação (judicial), os ativos que dão lastro ao fundo serão integralmente afetados; (vii) apesar dos critérios de seleção determinarem a aquisição de precatórios alimentares federais com trânsito em julgado, não podemos atestar que os créditos adquiridos não serão passíveis de outras ações judiciais que possam impactar no valor da causa ou mesmo no fluxo de pagamento das parcelas. Apesar de se tratar de uma decisão judicial com trânsito em julgado, o histórico que a Austin Rating vem observando é de tentativas contínuas da União de frustração ou postergação do pagamento, pela interposição de ações rescisórias. Neste caso, mesmo que a decisão judicial seja a favor do cedente, existe o risco de que o prazo do recebimento dos fluxos de pagamentos seja comprometido; (viii) embora exista opinião favorável do Assessor Legal quanto à viabilidade de cessão de precatórios alimentares, existe interpretação de que estes tipos de créditos não são passíveis de cessão, por terem caráter personalíssimo, sendo que sua cessão mudaria sua natureza para precatório comum. Com isso, seriam aplicadas regras diferentes das dos precatórios alimentares, o que impacta nas características do crédito, particularmente, em relação ao prazo de pagamento, que pode ser efetuado em dez parcelas anuais, acima do prazo do Fundo.

### **ACOMPANHAMENTO DO RATING**

A Austin Rating fará o acompanhamento dos riscos relativos às Cotas do Fundo, especialmente aqueles ligados à qualidade da carteira, divulgando trimestralmente relatório de *rating* contendo sua opinião de crédito atualizada. Esta classificação fica permanentemente sujeita a alterações, sendo de responsabilidade da administradora a comunicação aos cotistas sobre as eventuais mudanças nesta.

### **PERFIL DO FUNDO**

O WTD FIDC NP Precatórios Alimentícios Federais é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas Instruções da Comissão Valores Mobiliários (CVM) nº. 356 de 17 de dezembro de 2001 e nº 444 de 08 de dezembro de 2006. O FIDC conta com as seguintes características:

<b>Tipo de Fundo:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP), constituído sob a forma de condomínio fechado;
<b>Patrimônio Líquido:</b>	até R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais);
<b>Valor Unitário por Cotas:</b>	R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
<b>Classe de Cotas:</b>	Seniores e Subordinadas;
<b>Relação Mínima:</b>	121%;
<b>Prazo:</b>	64 meses;
<b>Objetivo de Remuneração:</b>	200% CDI para as Cotas Seniores;
<b>Público-Alvo:</b>	Investidor Qualificado;
<b>Auditoria:</b>	KPMG Auditores Independentes;
<b>Administradora:</b>	Oliveira Trust DTVM S.A.;
<b>Custodiante:</b>	HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo;
<b>Consultor de Crédito:</b>	WSul Gestão Tributária Ltda;
<b>Assessor Legal:</b>	Motta Fernandes Rocha Advogados;

## **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios WTD FIDC NP PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

---

**Amortização:** Três amortizações para a primeira série, sendo a primeira em 2012 de 15%, a segunda em 2013 de 35% e a terceira em 2014, com resgate do saldo.

O regulamento define como critérios de elegibilidade os seguintes aspectos: (a) o precatório deverá ser emitido contra a União e/ou suas Autarquias; (b) o precatório, de natureza alimentar, deverá ter sido regularmente protocolado, com número de ordem cronológica emitido; (c) inexistência, com referência ao respectivo precatório, de embargos à execução pendente de julgamento final transitado em julgado; (d) inexistência de ação rescisória com referência ao respectivo precatório; (e) parecer jurídico de advogado com notória especialização, assegurando a inexistência de nulidades ou vícios no processo que deu origem ao precatório; e (f) relatório do Consultor de Crédito, com base nas informações disponíveis no site do Tribunal Regional Federal, confirmando os cálculos homologados em juízo e o valor do precatório.

Após noventa dias do início das atividades do Fundo, deverão ser alocados no mínimo 50% do seu patrimônio líquido em direitos creditórios elegíveis. O saldo remanescente não aplicado em Direitos Creditórios elegíveis poderá ser aplicado nas seguintes modalidades de investimentos: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou BACEN; ou (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item 'a'.

Os precatórios serão adquiridos a partir de julho de cada ano, por meio de contato com os detentores de precatórios incluídos no orçamento do ano posterior. O alvo do Fundo são os precatórios com valor entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil, limitando a concentração individual por cada direito creditório, originados nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Consultora fará a análise do detentor do precatório no SCI ou Serasa, além da análise do trâmite da ação que deu origem ao precatório (autores, matéria discutida, sentenças, recursos, trânsito em julgado, embargos à execução, expedição do precatório, entre outros).

### **PERFIL DOS CRÉDITOS**

Entende-se como crédito de natureza alimentar aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez. Segundo a Emenda Constitucional 30, do ano de 2000, os precatórios de natureza alimentar não estão sujeitos a parcelamento, devendo respeitar a ordem cronológica de sua apresentação. De acordo com o Assessor Legal, a realização de Cessão de precatórios alimentares é viável, não havendo impedimentos de ordem jurídica ou lógica. Destaca-se, no entanto, que existe interpretação de que estes tipos de créditos não são passíveis de cessão, por terem caráter personalíssimo, sendo que sua cessão mudaria sua natureza para precatório comum.

Segundo o parecer legal, para que a cessão tenha eficácia, o devedor (União) deve ser comunicado, levando o instrumento de cessão aos autos do processo para que tenha efeito também sobre terceiros. Entretanto, devido ao curto prazo entre a cessão e o pagamento esperado do crédito, a cessão será efetuada por procuração pública.

### **AMBIENTE POLÍTICO E ECONÔMICO**

O governo federal tem conseguido pagar em dia os precatórios, salvo raríssimas exceções de alguns órgãos em liquidação. Algumas entidades, como o Banco Central, por exemplo, decidiram antecipar o pagamento de precatórios para economizar com pagamentos de juros e correção monetária.

Os fatores que têm levado a União a pagar em dia os precatórios são os avanços significativos nas questões relacionados ao nível de solvência interna e externa, ou seja, a melhora na capacidade de pagamento do País, tanto em moeda local como em moeda estrangeira.

É importante destacar que a União tem interesse direto em manter o pagamento dos precatórios em dia, pois caso haja comprovação de que o não pagamento decorreu por má fé, tal ação pode incorrer numa representação junto aos organismos internacionais e, com isso, impedir o País de obter novos financiamentos externos.

## **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios WTD FIDC NP PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

---

A despeito da crise mundial, que tem deteriorado os principais indicadores do nível de atividade (produção, consumo, investimentos, emprego e renda), o Brasil conseguiu encerrar o ano de 2008 com balanço positivo quanto ao seu nível de solvência interna e externa.

Pelo lado doméstico, em moeda local, a relação Dívida / PIB registrou, em 2008, recuo pelo quinto ano consecutivo, e ficou em 36% contra 42,7% do PIB apurados em 2007 e 44,7% em 2006. Em grande parte, o recuo observado ocorreu em virtude do crescimento do PIB, mas também houve contribuição das empresas estatais federais que anotaram superávits e, ainda, pelo recuo da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) da ordem de 7% - fato que não ocorria desde o início desta década. Em tempo, vale destacar que a relação Dívida / PIB atingiu seu pico no Plano Real em setembro de 2002, ao atingir 56%.

As perspectivas para a continuidade do recuo da dívida pública ao longo de 2009, ou ao menos sua estabilidade, seguem positivas, em virtude de pelo menos três pontos: i) estabilidade da taxa de câmbio ao redor de R\$ 2,30/US\$; ii) processo de queda da taxa básica de juros (Selic); e iii) redução do nível da taxa de inflação. Nesse sentido, é importante destacar que os três pontos citados anteriormente (câmbio, Selic e inflação) são indexadores relevantes na composição da DPMFi.

Apesar do cenário prospectivo relativamente otimista para as contas públicas em 2009, é necessário atentar-se que o governo, com o intuito de amenizar os impactos da crise mundial sobre a dinâmica da economia doméstica, tem tomado medidas que reduzem seu potencial de pagamento. No final de 2008, foi anunciada a redução de impostos (ex.: IOF, IPI, etc.), e recentemente houve o aporte de R\$ 100 bilhões no BNDES, com boa parte desse recurso captado no mercado financeiro com emissão de títulos públicos e, por fim, a redução do nível de atividade (produção e vendas) deverá impactar no volume financeiro da arrecadação federal neste ano.

Pelo lado externo, em moeda estrangeira, após o País registrar superávit no saldo em transações correntes no período de 2003 a 2007, em 2008 houve déficit de US\$ 28,3 bilhões. Diferentemente do que ocorria no País até início desta década, quando os investidores temiam um *default*, agora boa parte desse déficit foi constituída pela ampla saída de recursos estrangeiros, via mercado de capitais, em decorrência da crise externa que gerou a necessidade nos investidores de terem de cobrir prejuízos nas economias industrializadas. Este fato reafirma o avanço que o País teve com relação à redução do nível de solvência externa. Um dos pontos importantes a destacar é a manutenção do nível das reservas internacionais entre o período pré-crise (setembro de 2008) e o momento atual. Ou seja, não houve perda significativa de reservas, pois, em setembro, o saldo era de US\$ 207,494 bilhões e recuou para US\$ 203,179 bilhões em outubro (ápice da crise), mas encerrou 2008 com saldo de US\$ 206,806 bilhões.

Vale destacar também que em 2008 o volume dos investimentos estrangeiros diretos no país registrou recorde histórico, ao acumular a cifra de US\$ 45,0 bilhões, superando o período de maior volume, que foi de US\$ 33 bilhões no final da década de 90 com as privatizações. Portanto, este fato reafirma a maior confiança dos investidores internacionais no Brasil. Com relação ao endividamento externo do País, houve ligeira alta de 3,6%, para US\$ 200,2 bilhões, na comparação contra 2007, e, desse total, 50% são de endividamento público, sendo que seu perfil de vencimento é de médio e longo prazo.



## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios WTD FIDC NP PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS

### Classificação da Austin Rating

#### *Investimento Prudente*

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

#### *Investimento Especulativo*

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

**Rating** é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse: [www.austin.com.br](http://www.austin.com.br)

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

## **Regulamento**



-9 SET 09 752471

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO**  
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("Administradora"), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução nº CVM 356"), bem como pela Instrução nº 444, de 8 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM nº 444"), ambas expedidas pela CVM, um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, com a denominação de **"WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS"** ("Fundo");
2. Apesar do diretor responsável pela Administradora perante a Secretaria da Receita Federal, nos termos da regulamentação pertinente, ser o Sr. **Mauro Sergio de Oliveira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25 de maio de 1993, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 197.460.087-49, a Administradora resolve designar como diretor responsável pela administração do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356, conforme alterada, o Sr. **José Alexandre Costa de Freitas**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 78657, expedida pela OAB/RJ em 04/04/1994, inscrito no CPF sob o nº 008.991.207-17, com endereço profissional na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, diretor estatutário da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;

**-9SET 09 752471****REGISTRADO E MICROFILMADO****RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ**

3. Assumir a função de administrador do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado;
4. aprovar a contratação das seguintes instituições para a prestação de serviços ao Fundo: (i) o **HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo**, instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrito no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, para a prestação dos serviços de custódia ao Fundo (“Custodiante”); (ii) a **KPMG Auditores Independentes**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.755.217/0001-29, empresa de auditoria contratada pelo Fundo para realizar a auditoria das demonstrações financeiras do Fundo devidamente registrada na CVM; e (iii) a **Austin Rating Serviços Financeiros**, agência classificadora de risco com sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães, 110 – conj. 73, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou quem vier a lhe suceder, para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo.
5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação vigente para registro do Fundo e da oferta pública das quotas de sua emissão (“Quotas”).
6. Aprovar o regulamento do Fundo, substancialmente no teor e na forma do documento constante do Anexo ao presente instrumento, denominado “Regulamento do WTD - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados Precatórios Alimentícios Federais”.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

-9SET09 752471

REGISTRADO E MICROFILMADO

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo de Investimentos de Valores Mobiliários Registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.


Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.


Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2009.

  
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

Testemunhas:

1.   
Nome: Alan Russo Najman  
RG: 20.419.427-8 (Detran)  
CPF: 101.519.817-94

2.   
Nome: Higor da Silva Biana  
RG: 20.474.310-8  
CPF: 112.027.807-41



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hale  
Oficial Thailer  
Ato Exec. 1858/98-TJ

☐ Aurora I. Hale  
1º Escrevente Substituto  
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. da Costa  
2º Escrevente Substituto  
CTPS 8201 Série 058  
☒ Paulo Alves Barbosa  
3º Escrevente Substituto  
CTPS 013782 Série 91

28 SET 09 754580

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO  
REGULAMENTO DO WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS  
ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do "**WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**", fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado em 09 de setembro de 2009 e cujo Regulamento foi registrado na mesma data sob o nº 752471 perante o 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.



**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01.

**RESOLVE** a Administradora deliberar pela:

28 SET 09 754580

(i) Alteração do item 9.3 do Capítulo IX do Regulamento do Fundo;

(ii) exclusão do item 9.3.1 do Capítulo IX do Regulamento do Fundo e conseqüente renumeração do item subseqüente; e

(iii) Alteração do novo item 9.3.1 do Capítulo IX do Regulamento do Fundo.

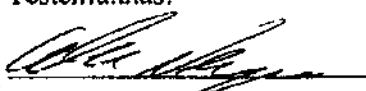
Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

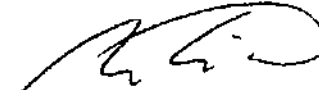
Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2009.

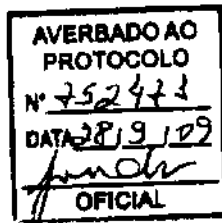
  
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Jose Alexandre Costa de Freitas**  
Diretor

Testemunhas:

1.   
Nome: **Alan Russo Najman**  
RG: **20.419.427-8 (Diretor)**  
CPF: **101.519.617-94**

2.   
Nome: **Higor da Silva Biana**  
RG: **RG: 20.474.310-8**  
CPF: **CPF: 112.027.907-41**



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 189 Gr. 202 - Rio de Janeiro / Tel. 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo = 1912 declarado e inserido no QUE CERTIFICO.  
☐ Dureval Male  
Oficial Titular  
Ass. Exec. 1806/98-TJ  
☐ Aurora L. Neri  
1º Escrevente Substituto  
CTPS 40371 Série 121  
☒ Jose André M. de Costa  
2º Escrevente Substituto  
CTPS 4201 Série 083  
☐ Fabiano Alves Barbosa  
3º Escrevente Substituto  
CTPS 013782 Série 81

30 NOV 09 761390

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO  
REGULAMENTO DO WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS  
ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do "**WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**", fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado em 09 de setembro de 2009, registrado na mesma data sob o nº 752471 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração ao Regulamento registrado no dia 28 de setembro de 2009, sob o nº 754580, ambos perante o 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

30 NOV 09 761390

**RESOLVE** o Administrador deliberar, pelas diversas assembleias do Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2009.

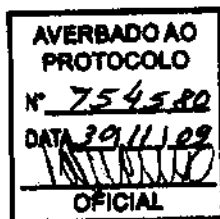
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Sílvia Cristina de Oliveira  
Procuradora

Testemunhas:

1.   
Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**  
RG: **RG: 20.788.384-4**  
CPF: **CPF: 116.871.997-60**

2.   
Nome: **Higor da Silva Blauz**  
RG: **RG: 20.474.310-8**  
CPF: **CPF: 112.027.807-41**



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 108 Gr. 303 - Rio de Janeiro - Tel. 3807-8187  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

<input type="checkbox"/> Darval Hale Oficial Titular Alto Esc. 1886/06-TJ	<input type="checkbox"/> Paulo André M. de Costa 2º Escrevente Substituto CTPS 6201 Série 053
<input type="checkbox"/> Aurora I. Hale 1º Escrevente Substituto CTPS 46371 Série 121	<input type="checkbox"/> Paulo Roberto Barboza 3º Escrevente Substituto CTPS 013782 Série 91



28 DEZ 09 764339

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO  
REGULAMENTO DO WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS  
ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do "**WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**", fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado em 09 de setembro de 2009, registrado na mesma data sob o nº 75247, alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração ao Regulamento registrado no dia 28 de setembro de 2009, sob o nº 754580 e pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração ao Regulamento registrado no dia 30 de novembro de 2009 sob o nº 761390, ambos perante o 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações nos itens 4.1.1, 8.6 e 13.3 alíneas (d), (e), (i) do Regulamento;
- (iii) Inclusão do item 13.3 alínea (l) no Regulamento; e



CUSTAS R\$  
Total 483,11



764339-3-RTD  
Em 28/12/09 às 14:02:40 - 01-10-09-Jar 0177-Fundos 14.00 Porcent 10.00  
Registrado, autenticado e digitalizado em 20/1/2010



- (iv) Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 21 e 26, II, da Instrução OJM nº 356/01.

**RESOLVE** o Administrador deliberar pelas diversas alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

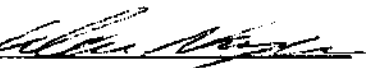
Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

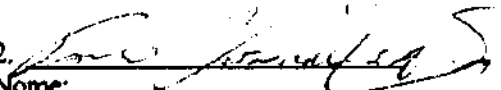
Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2009.

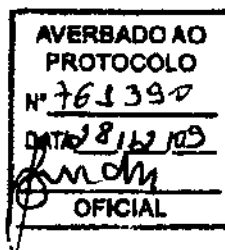
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

Testemunhas:

1.   
Nome: Alan Russo Najman  
RG: 20.419.427-8 (Detran)  
CPF: 101.518.617-94

2.   
Nome: Paulo Henrique Amaral Sá  
RG: 20.788.384-4  
CPF: 116.871.997-60



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados é verdadeiro. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hene  
Oficial Titular  
Ato Exec. 1856/98 T.J.

☐ Aurora L. Hele  
1ª Escrevente Substituto  
CTPS 40371 Série 121

☒ Jose Alexandre Costa de Freitas  
2ª Escrevente Substituto  
CTPS 8201 Série 053

☐ Fabiano Alves Barbosa  
3ª Escrevente Substituto  
CTPS 613782 Série 91

28 DEZ 09 764339

Regulamento do

**WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO -  
PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS**

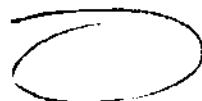
**Índice**

CAPÍTULO I – DO FUNDO .....	3
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES .....	3
CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO .....	12
CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....	12
CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO .....	15
CAPÍTULO VII – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	19
CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO .....	19
CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA .....	21
CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA .....	23
CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE .....	25
CAPÍTULO XII – DO CONSULTOR DE CRÉDITO .....	27
CAPÍTULO XIII – DOS FATORES DE RISCO .....	29
CAPÍTULO XIV – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	38
CAPÍTULO XV – DAS QUOTAS .....	39
CAPÍTULO XVI – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS .....	41
CAPÍTULO XVII – DO VALOR DAS QUOTAS .....	43
CAPÍTULO XVIII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS .....	46
CAPÍTULO XX – DA ASSEMBLÉIA GERAL .....	49
CAPÍTULO XXI – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS .....	53
CAPÍTULO XXII – DO PRAZO DE DURAÇÃO .....	54
CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....	54
CAPÍTULO XXIV – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO .....	56
CAPÍTULO XXV – DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	58
CAPÍTULO XXVI – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS .....	59
CAPÍTULO XXVII – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS .....	60

28 DEZ 09 764339

CAPÍTULO XXVIII – DA ARBITRAGEM E DO FORO.....	61
CAPÍTULO XXIX – DISPOSIÇÕES FINAIS .....	62
ANEXO I - MODELO DE TERMO DE ADESÃO.....	63
ANEXO II - MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA JUSTIÇA FEDERAL - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR- RPV .....	66
ANEXO III - RESOLUÇÃO Nº 559 DE 26/06/2007, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL .....	137

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - RJ



Regulamento do

WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS

## CAPÍTULO I – DO FUNDO

- 1.1. O WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS ("Fundo") é um "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados" constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, conforme estabelecido no Capítulo XXII, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, pela Instrução CVM nº 444 e pelo presente Regulamento.
- 1.2. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados, localizados no Brasil ou no exterior, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409 ("Investidores Qualificados"), que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.
- 1.3. O presente Regulamento e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sua sede.

## CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:
  1. "ADCT": Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
  2. "Administradora": tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO;
  3. "Afiliada": a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;

4. "Agência de Classificação de Risco": Austin Rating Serviços Financeiros, com endereço na Rua Leopoldo Couto Magalhães, 110 – conj. 73, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09;
5. "Agente": qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
6. "Agente de Cobrança": WSUL Gestão Tributária Ltda., sociedade com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mostardeiro, nº 366, conjunto 701, Bairro Independência, inscrita no CNPJ sob o nº 09.314.558/0001-16, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;
7. "Alocação Mínima de Investimento": fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurada mensalmente pela Administradora (exemplo: se Alocação Mínima de Investimento = 0,80, então Alocação Mínima de Investimento = 80%);
8. "Anexo": anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento;
9. "Assembleia Geral": assembleia geral de Quotistas do Fundo;
10. "Autarquias": significa todas as entidades com escopo de prestação de serviço autônomo, criadas por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;
11. "Avaliador": tem o significado que lhe é atribuído no item (23.5) do CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO;
12. "Bacen": Banco Central do Brasil;
13. "Benchmark": o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Seniores;
14. "BM&FBOVESPA": significa a BM&FBOVESPA S.A.;
15. "Capítulo": qualquer capítulo deste Regulamento;

16. "Caixa Econômica Federal": significa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0004, com sede em Brasília, na SBS Quadra 4, Bloco A Lote; 2886709-04, 764338
17. "CBMA": Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA; REGISTRAÇÃO E MICROFILMADO RIO DE JANEIRO, BRASIL - RJ
18. "Cedentes": pessoa natural, identificada pelo seu número de inscrição no CPF que venha a ceder Direitos Creditórios para o Fundo;
19. "CETIP": significa a CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
20. "Circulação": número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
21. "CJF": significa Conselho de Justiça Federal;
22. "CMN": Conselho Monetário Nacional;
23. "CNPJ": Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
24. "Condições da Cessão": condições a serem observadas previamente a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no item (5.4) do CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO;
25. "Constituição Federal": Constituição da República Federativa do Brasil;
26. "Consultor de Crédito": WSUL Gestão Tributária Ltda., sociedade com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mostardeiro, nº 366, conjunto 701, Bairro Independência, inscrita no CNPJ sob o nº 09.314.558/0001-16, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;
27. "Conta Arrecadadora": a conta corrente aberta pelo Fundo na Caixa Econômica Federal para a qual serão depositados diretamente os recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios, sendo que os recursos depositados na Conta Arrecadadora serão transferidos diariamente pela Administradora à Conta Corrente do Fundo;
28. "Conta Corrente do Fundo": conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante;

29. "Contrato de Custódia": "Contrato de Custódia", a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante; **28 DEZ 09 764339**
30. "Contrato de Prestação de Serviços": ~~"Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Creditícia"~~, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Consultor de Crédito; **REGISTRADO E MICROFILMADO**
31. "COSIF": Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
32. "CPF": Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
33. "Critérios de Elegibilidade": critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no item (5.1) do CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO;
34. "Custodiante": HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34 – 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89
35. "CVM": Comissão de Valores Mobiliários;
36. "Data de Amortização Programada": tem o significado que lhe é atribuído no item (18.1) do CAPÍTULO XVIII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS deste Regulamento;
37. "Data de Amortização de Quotas Seniores": tem o significado que lhe é atribuído no item (18.1.3) do CAPÍTULO XVIII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS deste Regulamento;
38. "Data de Aquisição": data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis a cada Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento de Quotas Subordinadas, na conta de valores mobiliários de titularidade do respectivo Cedente, na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do respectivo Termo de Cessão;
39. "Data de Emissão": data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da

cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, com Data Útil.

- 28.07.09 764339  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL RJ
40. "Data de Cálculo": possui a definição indicada no item (17.1) do CAPÍTULO XVII – DO VALOR DAS QUOTAS;
41. "Dia Útil": todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
42. "Direito Creditório": direitos de crédito oriundos de ordens judiciais de pagamento de quantias devidas contra a União e/ou suas Autarquias, de titularidade de cada Cedente, vinculados a um Precatório específico;
43. "Direito Creditório Elegível": todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade;
44. "Diretor Designado": diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei;
45. "Distribuição": 1ª distribuição de Quotas a ser realizada pela Administradora e pelo(s) Distribuidor(es) nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, sendo que os custos de distribuição devidos aos Distribuidores não serão considerados como encargos do Fundo;
46. "Distribuidor": instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição pública de Quotas Seniores;
47. "Documentos Comprobatórios": são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia da petição inicial, sentença de primeiro grau, acórdão do Tribunal Regional Federal, acórdão do Superior Tribunal de Justiça (se houver), acórdão do Supremo Tribunal Federal (se houver), certidão de trânsito em julgado, ofício de requisição do precatório ou outros documentos a critério do Consultor de Crédito;
48. "Documentos da Securitização": são, conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) cada Termo de Cessão; (iv) o Contrato de Custódia; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços;



49. "Empresa de Auditoria": KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.613/0001-29, ou sua sucessora, contratada nos termos deste Regulamento;
50. "Evento de Avaliação": tem o significado que lhe é atribuído no item (23.1), do CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO;
51. "FGC": Fundo Garantidor de Créditos;
52. "Fundo": tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do CAPÍTULO I – DO FUNDO;
53. "IBGE": Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
54. "IGP-M": Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
55. "Início das Atividades": data de publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Seniores, vinculadas à 1ª Distribuição;
56. "Instrução CVM nº 356": Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
57. "Instrução CVM nº 409": Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
58. "Instrução CVM nº 444": Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;
59. "Investidores Qualificados": tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2) do CAPÍTULO I – DO FUNDO;
60. "IPCA-E": Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
61. "IRRF" – significa o Imposto de Renda Retido na Fonte. O imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante Precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante efetivamente pago.

62. "Laudo de Avaliação": tem o significado que lhe é atribuído no item (23.4) do CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO;
63. "Manual de Procedimentos" significa o Manual de Procedimentos da Justiça Federal – Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV, datado de maio de 2005, o qual é parte integrante deste Regulamento como seu "Anexo II";
64. "Natureza Alimentícia": significa, nos termos do § 1º-A, do art. 100 da CF, os débitos decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado;
65. "Ofícios Requisitórios de Pagamento": ofícios expedidos à União e/ou suas Autarquias, pelo Presidente do Tribunal que proferiu a sentença executória, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas nos Precatórios, nos termos da legislação aplicável;
66. "Outros Ativos": ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se expressamente Direitos Creditórios ou operações com instrumentos derivativos;
67. "Parcela Recebida": valor decorrente do pagamento, no todo ou em parte da parcela única, dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo, inclusive na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo;
68. "Patrimônio Líquido": tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do CAPÍTULO XIV – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO;
69. "Periódico": o periódico "Valor Econômico", que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (26.2) do Capítulo XXVI;
70. "Pessoas": pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
71. "PSS" – Plano de Seguridade do Servidor Público, previsto na Lei nº 10.887 de 18 de junho de 2004

28 DEZ 09 764339

72. "PIS": Programa de Integração Social;
73. "Potencial de Cessão": o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo;
74. "Prazo de Duração": tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1) do Capítulo XXII;
75. "Precatórios": instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, de Natureza Alimentícia, expedidos pelos juízes das execuções, lastro dos Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal que proferiu a sentença exequenda, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União e/ou suas Autarquias (condenada ao pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado);
76. "Preço de Aquisição": preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo a cada Cedente, em moeda corrente nacional e/ou, na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, conforme definido em cada Termo de Cessão, o qual deverá observar os parâmetros definidos nos itens (6.3.1) a (6.3.3);
77. "Programa de Securitização": mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire dos Cedentes Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e/ou suas Autarquias e promove a amortização ou o resgate das Quotas, sendo que o Programa de Securitização será considerado como estando em seu "curso ordinário" enquanto não se encontrem em execução os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, conforme estabelecidos neste Regulamento;
78. "Prospecto": o prospecto preliminar e definitivo de distribuição de Quotas do Fundo;
79. "Quotas", "Quotas Seniores" e "Quotas Subordinadas": as quotas, quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso;
80. "Quotistas", "Quotistas Seniores" e "Quotistas Subordinados": os titulares das Quotas, das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso;
81. "Relação Mínima": fração cujo numerador é o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o denominador é o somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, calculada mensalmente

pela Administradora (exemplo: se Relação Mínima for 1,05, então Relação Mínima = 105%);

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL RJ

82. "Regulamento": o presente regulamento;
83. "Relatório do Consultor de Crédito": tem o significado que lhe é atribuído na alínea (c) do item (12.2) do Capítulo XXII.
84. "Resolução nº 559": significa a Resolução nº 559 de 26/06/2007, do Conselho da Justiça Federal, que regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos, a qual revogou a Resolução nº 438 de 30/05/2005, do Conselho da Justiça Federal, a qual é parte integrante deste Regulamento como seu "Anexo III";
85. "Reserva de Caixa": tem o significado que lhe é atribuído no item (21.2) do Capítulo XXI;
86. "Resolução CMN nº 2.682": Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
87. "Resolução CMN nº 2.907": Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
88. "SELIC": Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
89. "Série Específica": tem o significado que lhe é atribuído na alínea "e" do item (15.3) do Capítulo XV;
90. "SIAF": Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAF;
91. "STF": Supremo Tribunal Federal;
92. "Taxa de Administração": tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
93. "TED": Transferência Eletrônica Disponível;
94. "Termo de Adesão": documento preparado na forma do "Anexo I", a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;

95. **"Termo de Cessão"**: termo de cessão, lavrado por instrumento público, entre cada Cedente e o Fundo, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade de cada Cedente;
96. **"União"**: União Federal;
97. **"Valor Orçamentado Atualizado"**: significa o valor atualizado de cada Precatório no momento da aquisição pelo Fundo do Direito Creditório.
98. **"Valor das Quotas Seniores EX-AMORTIZAÇÃO"** significa o valor de cada Quota Sênior na respectiva Data de Amortização de Quotas Seniores, já deduzido dos valores pagos aos titulares de Quotas Seniores, na respectiva data; conforme definido no item (18.1) do Capítulo XVIII deste Regulamento; e
99. **"Valor Referencial"**: tem o significado que lhe é atribuído no item (24.1) do Capítulo XXIV.

### **CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO**

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, durante o prazo de vigência do Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.
- 3.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e suas Quotas somente podem ser resgatadas após o fim do prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no Capítulo XXII, ressalvados os casos de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, conforme previstos no Capítulo XXIII, e de amortizações de Quotas previsto no Capítulo XVIII.

### **CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

- 4.1. É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira

estabelecidos neste Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO

- 4.1.1. O Fundo somente poderá, considerada ~~pro forma~~ a respectiva aquisição de Direitos Creditórios, concentrar até 20% (vinte por cento) do valor de seu Patrimônio Líquido, alocado em Direitos Creditórios, em Direitos Creditórios adquiridos de um único Cedente, sendo que caberá à Administradora verificar o atendimento ao limite acima estabelecido quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.
- 4.2. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou co-obrigação dos Cedentes. Os Cedentes não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União e/ou suas Autarquias. Os Cedentes são somente responsáveis pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no respectivo Termo de Cessão.
- 4.3. A Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União, suas Autarquias, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.
- 4.4. Observados os limites de concentração definidos neste Capítulo e respeitada a Alocação Mínima de Investimento, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em qualquer das seguintes modalidades de investimento (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e/ou (b) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.
- 4.5. É vedado ao Fundo:
- a) realizar operações em mercados derivativos; e
  - b) aplicar seus recursos em cotas de "Fundos de Desenvolvimento Social".
- 4.6. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.
- 4.7. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.
- 4.8. O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria

Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas.

28 DEZ 09 761338  
REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAMPEL - RJ

- 4.8.1. Sem prejuízo do disposto no item (5.4) da Cláusula V, o Fundo não poderá contratar quaisquer operações para composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte o Consultor de Crédito, suas afiliadas ou coligadas.
- 4.9. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios, observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento, independentemente de autorização ou manifestação prévia dos titulares de Quotas em Circulação, desde que computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios em moeda corrente nacional, a Relação Mínima seja equivalente a, no mínimo, 121% (cento e vinte e um cento) e o Fundo atenda à Reserva de Caixa e, observado o disposto na Instrução CVM nº 356, à Alocação de Investimento Mínima. Não há obrigatoriedade de (i) reenquadramento da Relação Mínima caso o valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo seja igual ao valor do Patrimônio Líquido e (ii) aportes adicionais de capital no Fundo caso o valor das Quotas Subordinadas seja igual a 0 (zero) e a subordinação por estas oferecida deixe de existir.
- 4.10. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante nos termos da legislação aplicável.
- 4.11. O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (Benchmark) de 200% da variação do CDI, conforme os critérios estabelecidos no Capítulo XVII. O Benchmark aplica-se às Quotas Seniores, sendo que não há Benchmark predeterminado para as Quotas Subordinadas.
- 4.12. As aplicações no Fundo não contam com garantia dos Cedentes, da Administradora, do Consultor de Crédito, do Custodiante, do Distribuidor, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

**CAPÍTULO V - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO**

28 DEZ 09 764339

- 5.1. O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):
- a) cópia do Relatório do Consultor de Crédito enviado pelo Consultor de Crédito ao Administrador;
  - b) a data estimada para o pagamento do respectivo precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo, com base exclusivamente nas informações constantes no Relatório do Consultor de Crédito; e
  - c) após a primeira integralização de Quotas Seniores, o valor contábil de cada Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo, não poderá ser superior a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).
- 5.2. O Consultor de Crédito deverá encaminhar à Administradora, previamente à aquisição do respectivo Direito Creditório, os seguintes documentos do Cedente, todos válidos e emitidos há menos de 30 (trinta) dias, considerando a sede ou domicílio do Cedente:
- a) cópia autenticada do Cédula de Identidade e do CPF; e
  - b) na hipótese de pessoa separada ou divorciada no curso da ação judicial que deu origem ao Precatório, cópia da carta de sentença.
- 5.3. O Consultor de Crédito poderá subscrever e integralizar Quotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios em favor do Fundo, desde que os Direitos Créditos atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão previstos no Capítulo V deste Regulamento.
- 5.4. Sem prejuízo da necessidade de verificação pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam cumulativamente as seguintes condições, verificadas previamente a cada cessão, pelo Consultor de Crédito ("Condições da Cessão"):
- a) o Precatório deverá ser emitido contra a União e/ou suas Autarquias;
  - b) o Precatório deverá ter sido regularmente protocolado, com número de ordem cronológica emitido e o Precatório deverá ser de natureza alimentar;



28 DEZ 09 764339

**REGISTRADO E MICROFILMADO**  
no respectivo Procartório;

f) Relatório do Consultor de Crédito, com base nas informações disponíveis no site do Tribunal Regional Federal, confirmando os cálculos homologados em juízo e o valor do precatório.

5.6. O Custodiante, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não se encontra obrigado a verificar o atendimento às Condições de Cessão descritas no item (5.5) acima.

**CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DO PREÇO DE AQUISIÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES**

**Seção I – Dos Procedimentos de Cessão**

**28 DEZ 09 764339**

REGISTRADO E MICROFILMADO

- 6.1. A cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de Termo(s) de Cessão, lavrado(s) por instrumento público, devidamente apresentado aos respectivos juízes.
- 6.2. Na mesma data em que for assinado o Termo de Cessão, o Cedente outorgará procuração por instrumento público ao cessionário (Fundo), autorizando-o especificamente a fazer o saque, com o registro expresso do número do título do precatório.
- 6.3. As negociações para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo serão realizadas a taxas de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, parágrafo 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356.
  - 6.3.1 Caso a data de vencimento do Direito Creditório Elegível seja inferior ao período de 16 (dezesseis) meses contado da respectiva Data de Aquisição, o Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível será sempre igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) do Valor Orçamentado Atualizado.
  - 6.3.2 Caso a data de vencimento do Direito Creditório Elegível ocorra no período de 24 (vinte e quatro) meses e 16 (dezesseis) meses contado da respectiva Data de Aquisição, o Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível será sempre igual ou inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do Valor Orçamentado Atualizado..
  - 6.3.3 Caso a data de vencimento do Direito Creditório Elegível esteja a mais de 24 (vinte e quatro) meses da respectiva Data de Aquisição, o Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível será sempre igual ou inferior a 65% (sessenta e cinco) do Valor Orçamentado Atualizado.
  - 6.3.4 Na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo, o Preço de Aquisição incidirá sobre o Valor Orçamentado Atualizado do Precatório, devidamente corrigido e atualizado pelo IPCA-E, ou eventual índice oficial de correção que o venha a substituir, do qual serão descontados os valores referentes ao IRRF e do PSS, tendo como base às alíquotas vigentes na respectiva Data de Aquisição.
  - 6.3.5 O valor orçamentado do Precatório significa o valor reconhecido pelo Poder Público em seu orçamento para pagamento da dívida, sendo que até a expedição do Precatório, cada crédito é calculado de acordo com os critérios estabelecidos na respectiva decisão judicial, quanto

ao índice de correção monetária e a forma de cômputo de juros. Após a expedição do Precatório, os critérios de correção monetária e cômputo de juros são uniformes para todos os Precatórios, sendo o Valor Orçamentado ~~Atualizado~~ equivalente ao valor orçamentado original atualizado na forma descrita na Seção "Direitos Creditórios".

- 6.4. O Preço de Aquisição será pago à vista pelo Fundo ao respectivo Cedente, em moeda corrente nacional na data da efetiva aquisição pelo Fundo, dos Direitos Creditórios Elegíveis, por meio de crédito na conta corrente de titularidade do respectivo Cedente, indicada no respectivo Termo de Cessão, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.
- 6.5. A cessão será comunicada ao juízo competente com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União e/ou suas Autarquias sejam intimadas judicialmente do ato realizado e identificação do Fundo como cessionário e novo credor do Direito Creditório.

## Seção II – Do Recebimento de Valores

- 6.6. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela União na Caixa Econômica Federal, em conta remunerada individualizada. O tribunal competente envia comunicado desta operação ao Juízo da execução. Nos termos do art. 17 da Resolução nº 559, os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia são feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.
- 6.7. O Conselho da Justiça Federal divulga a data em que estarão disponíveis para saque os valores vinculados aos precatórios.
- 6.8. É responsabilidade da WSUL Gestão Tributária Ltda., na qualidade de Consultor de Crédito e de Agente de Cobrança, acompanhar a divulgação da data em que será possível o depósito na Conta Arrecadadora, agendar com a Caixa Econômica Federal, reunir os documentos necessários para o depósito na Conta Arrecadadora na condição de procurador do credor original, e, acompanhar o procedimento de depósito na Conta Arrecadadora dos recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

## CAPÍTULO VII - DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

28 DEZ 09 764339

- 7.1. O Fundo poderá adquirir do(s) Cedente(s) a totalidade de cada Direito Creditório. As principais características, incluindo o marco regulatório específico, e os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos a estes vinculados encontram-se descritos no Manual de Procedimentos e na Resolução nº 559.
- 7.2. Nos termos da alínea "a" do item (23.1) do Capítulo XXIII, qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, por qualquer motivo, inclusive na hipótese de contestação pela União e/ou suas Autarquias, será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente será convocada Assembléia Geral dos Quotistas, para definir as providências a serem adotadas, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo.

## CAPÍTULO VIII - DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Administradora"), que será responsável pelas atividades de administração da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos Quotistas Seniores, definidos nos Documentos da Securitização, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 8.3. A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar

todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos que integram a carteira.

2805208 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO

- 8.4. A Administradora deverá calcular e colocar à disposição do Consultor de Crédito e dos Quotistas, por meio de relatório disponível em seu *website*, diariamente, o valor da Relação Mínima e da Alocação Mínima de Investimento.
- 8.5. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da legislação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora, pode:
- a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Direitos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições deste Regulamento;
  - b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação;
  - c) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
  - d) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto no Capítulo XXVII;
  - e) tomar, independentemente de qualquer procedimento adicional, todas as medidas acautelatórias, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e de seus Quotistas, observado o disposto no Capítulo XXVII e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo;
  - f) constituir procuradores desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da *cláusula ad judicia* e daquelas

outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

28 DEZ 09 764339

- 8.6. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado. Deverá constar do relatório informação identificando os Cedentes dos Direitos Creditórios que vierem a ultrapassar previstos no Anexo III-A da Instrução CVM nº 400.
- 8.7. A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Consultor de Crédito e com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na eventual cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios pela União e/ou suas Autarquias, conforme descrito no Capítulo VI.
- 8.8. A Administradora deverá calcular, mensalmente, o valor da Reserva de Caixa, observado o disposto no item 21.2 do capítulo XXI deste Regulamento.

## CAPÍTULO IX - DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

- 9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Securitização, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$9.000,00 (nove mil reais); ou (ii) o valor correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento), incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último Dia Útil de cada mês calendário ou no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento de qualquer valor aos Quotistas do Fundo a título de amortização ou de resgate de suas respectivas Quotas, o que ocorrer primeiro, provisionada todo Dia Útil com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos) ("Taxa de Administração"). A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos deste item, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.

- 28 DEZ 09 764.339  
REGISTRADO E PUBLICADO
- 9.2. Os valores em reais definidos no item (9.1) acima serão atualizados pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da primeira subscrição de Quotas Subordinadas, ou na menor periodicidade admitida em lei, pela variação acumulada do IGP-M.
- 9.3. Adicionalmente, será devido à Administradora, que destinará integralmente esse valor ao Consultor de Crédito, uma remuneração correspondente a 5% (cinco por cento) do Valor Orçamentado Atualizado dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo (i) 4% (quatro por cento) pagos no último dia útil de cada mês, relativo às aquisições ocorridas até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês; e (ii) 1% (um por cento) pagos, na data de efetivo levantamento dos respectivos Precatórios.
- 9.3.1 No caso de compra do Direito Creditório com algum vício ou erro que impossibilite o Fundo de receber o pagamento do Direito Creditório, o Consultor de Crédito devolverá ao Fundo os valores que foram recebidos por conta exclusivamente do item 9.3
- 9.4. Parcela da Taxa de Administração será destinada ao pagamento da remuneração do Consultor de Crédito, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços e conforme autorizado pelo artigo 56, §2º, da Instrução CVM 356.
- 9.5. Os tributos incidentes sobre o valor da Taxa de Administração previsto nos itens (9.1), (9.3) e (9.10) acima (Imposto Sobre Serviços (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e outros que porventura venham a incidir), serão a ela acrescidos, nas alíquotas vigentes à época do pagamento.
- 9.6. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 9.7. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 9.8. O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos

demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra de Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

- 9.9. A Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, prestará à Administradora, serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade da Instituição Administradora; e (ii) elaboração e atualização do *website* onde serão disponibilizadas aos Cotistas, todas as informações pertinentes ao Fundo.
- 9.10. No caso de participação e implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas, será devida uma remuneração adicional à Administradora equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Administrador, de "relatório de horas" enviado aos cotistas.

## CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1. Os titulares da maioria das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas em Circulação poderão solicitar, em votação em separado, realizada entre os titulares de Quotas da mesma classe no curso de Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, a substituição da Administradora. Para tanto, os Quotistas que solicitarem a substituição da Administradora deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo as razões e os fundamentos da substituição e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas Seniores, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior ao valor da Taxa de Administração em vigor.



52.071019

- 10.2. Na hipótese do item (10.1) anterior, os Quotistas titulares da maioria das quotas em circulação, cuja classe não esteja solicitando a substituição da Administradora, terão o direito de escolher, na referida Assembléia Geral, em votação em separado, qualquer das instituições apresentadas pelos Quotistas que estejam solicitando a sua substituição, para exercer as funções da Administradora.
- 10.3. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou seu representante, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Capítulo XXIII.
- 10.4. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pela maioria dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos dos itens (10.1) ou (10.3) deste Capítulo.
- 10.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da Assembléia Geral, realizada nos termos dos itens (10.1) ou (10.3) deste Capítulo, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

- 10.6. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (10.4), tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

2005709 764339  
REGISTRADO E MICROFILMADO  
E.O. DE SANTO PAULO - SP - RJ

## CAPÍTULO XI - DO CUSTODIANTE

- 11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.
- 11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
  - b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
  - c) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
  - d) tendo em vista a natureza dos Direitos Creditórios alvo do Fundo e a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante fará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios, ou seja, dos Documentos Comprobatórios;
  - e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:
    - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
    - ii) cópias autenticadas dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios dos Cedentes para o Fundo e demais documentos relacionados às

rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização; e

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, 28 DE DEZEMBRO DE 2009

iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;

- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem "d" acima;
- g) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo pagos pela União e/ou suas Autarquias, na forma descrita no Capítulo VI;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos respectivos Termos de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

11.3. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;

28 DEZ 09 266338

REGISTRADO E  
MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - RJ

- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto;
  - d) somente acatar ordens de pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.
- 11.4. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.
- 11.5. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 120 (cento e vinte) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

## **CAPÍTULO XII – DO CONSULTOR DE CRÉDITO**

- 12.1. O valor a ser pago ao Consultor de Crédito será deduzido da Taxa de Administração, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços.
- 12.2. São obrigações do Consultor de Crédito, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Análise Creditícia e deste Regulamento:
- a) realizar a prospecção comercial com o objetivo de identificar detentores de Precatórios que tenham interesse na cessão de seus direitos ao Fundo;
  - b) negociar o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, considerando as taxas e valores praticados no mercado para este tipo de ativo e os termos e condições deste Regulamento;
  - c) realizar a análise das Condições de Cessão e dos documentos referentes a cada Cedente, nos termos dos itens (5.2) e (5.5) do Capítulo V, enviando à Administradora, por escrito,

relatório informando (i) que os Direitos Creditórios foram prévia e formalmente selecionados e avaliados em conformidade com o Regulamento do Fundo; (ii) que foram atendidas todas as Condições de Cessão previstas no item (5.5) deste Regulamento; (iii) a data estimada para o pagamento do respectivo precatório; (iv) que não há nada que obste à aquisição dos respectivos Direitos Creditórios do respectivo Cedente; e (v) a confirmação dos cálculos homologados em juízo e o valor do precatório, com base nas informações disponíveis no site do Tribunal Regional Federal ("Relatório do Consultor de Crédito");

- d) após aceitas as condições do negócio de cessão de crédito, preparar minuta de instrumento público e procuração por instrumento público e remeter tais documentos para o respectivo Cedente de forma que este possa fazer suas considerações finais e confirmar seu interesse em ceder os respectivos Direitos Creditórios ao Fundo;
- e) agendar com o tabelionato e o respectivo Cedente, o local, o dia e a hora para realização da cessão de crédito;
- f) montar dossiê com os Documentos Comprobatórios referentes a cada cessão e remetê-lo à Administradora;
- g) Nos termos do item (6.5) do Capítulo VI, fazer peticionar ao juízo de origem do Precatório informando a cessão de crédito ocorrida, juntar o instrumento de cessão, requerendo que seja intimado a União Federal e/ou suas Autarquias e o setor de precatórios do Tribunal Regional Federal para que tomem ciência da cessão;
- h) fazer acompanhar o andamento processual com vistas a estar ciente do despacho proferido pelo juiz acerca da cessão ocorrida, e, se necessário, ingressar com as medidas judiciais necessárias para garantir os direitos do Fundo sobre os Direitos Creditórios de sua titularidade, desde que, estas medidas não ensejem qualquer encargo ao Fundo;
- i) acompanhar a partir do início do ano em que estiverem orçamentados os Precatórios de titularidade do Fundo, publicação pelo Conselho da Justiça Federal de previsão de data de depósito dos respectivos Precatórios;
- j) acompanhar os representantes da Administradora quando do levantamento dos Direitos Creditórios perante a Caixa Econômica Federal;

k) informar à Administradora e ao Custodiante qualquer inadimplimento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, por qualquer motivo.

l) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXVI deste Regulamento;

m) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e

n) fazer a guarda física dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante.

12.3. Para as demais ações judiciais ou administrativas que devam ser adotadas em defesa dos interesses do Fundo, aplica-se o disposto no Capítulo XXVII deste Regulamento.

### **CAPÍTULO XIII – DOS FATORES DE RISCO**

13.1. Os Direitos Creditórios Elegíveis e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, os Distribuidores ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos.

13.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios em pagamento pelo

resgate de suas Quotas, nos termos do Capítulo XXIV, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial dos respectivos Direitos Creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguirem, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração ou nos demais casos previstos no Regulamento, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
- c) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese prevista no Capítulo XXIV, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Neste caso, além de correrem os riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário conforme descrição contida na alínea (a) acima, os Quotistas poderão incorrer em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.
- d) **Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo.** Durante o seu prazo de vigência e observados os termos e condições deste Regulamento e dos respectivos Termos de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade de um ou mais Cedentes que atendam aos Critérios de Elegibilidade e as Condições da Cessão, independentemente de autorização ou manifestação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Precatórios de titularidade do Fundo (i.e.,

não pagamento pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e de todos os seus Quotistas.

28 DEZ 09 764339  
REGISTRADO E MICROFILMADO

- e) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- f) **Riscos relativos à impossibilidade de utilização de instrumentos derivativos.** Devido à impossibilidade de utilização, pela Administradora, de instrumentos derivativos, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas.
- g) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- h) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 50% (cinquenta) do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- i) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no item (17.1) do Capítulo XVII. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem



deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Consultor de Crédito, do Custodiante, dos Cedentes, do Distribuidor e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

- j) **Risco do exercício de poder de voto pelos Quotistas Subordinados.** A aprovação das matérias definidas na alínea "e" do item (15.4) do Capítulo XV dependerá dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas, em votação em separado no curso da mesma Assembléia Geral.
- k) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo XXI, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos de custeio do Fundo decorrerão da Reserva de Caixa e das subscrições e integralizações de Quotas Subordinadas com a finalidade específica de capitalizar, na hipótese de déficit, a Reserva de Caixa. Ademais, o pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal, os quais não são considerados como despesas ordinárias de custeio do Fundo. A Administradora, o Custodiante, os Cedentes (sem prejuízo, caso aplicável, das obrigações do Consultor de Crédito quando este cumular a posição de Cedente e titular de Quotas Subordinadas, definidas no item (16.6) Capítulo XVI), o Distribuidor e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

- l) **Desalinhamento de Interesses entre o Consultor de Crédito, na qualidade de titular das Quotas Subordinadas e os titulares de Quotas Seniores.** Considerando-se que (i) somente o Consultor de Crédito e suas Afiliadas poderão adquirir Quotas Subordinadas, (ii) o pagamento de valores a título de amortização e resgate das Quotas Subordinadas somente se realizará após o pagamento de certos valores aos titulares de Quotas Seniores, sendo o Consultor de Crédito titular do patrimônio líquido residual do Fundo; e (iii) caberá ao Consultor de Crédito referendar a análise do consultor legal do Fundo, nos termos da alínea "d" do item (5.2) do Capítulo V, não há nada que impeça que o Consultor de Crédito recomende ao Fundo a aquisição de Direitos Creditórios que apresentem um perfil de risco e retorno mais agressivo daquele eventualmente seria adotado pelo Consultor de Crédito caso este não fosse titular das Quotas Subordinadas.
- m) **Pagamento dos Direitos Creditórios e Negociação das Quotas no mercado Secundário.** A União pode efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios até o dia 31 de dezembro do exercício social para o qual o pagamento do respectivo crédito tenha sido orçado. Considerando-se que quando da determinação do Preço de Aquisição do crédito assumir-se-á que seu pagamento ocorrerá no dia 31 de dezembro, o valor das Quotas poderá sofrer significativa apreciação caso a União efetue o pagamento dos Direitos Creditórios antes desta data, sendo que, nesta hipótese, o valor da Quota, antes do pagamento pela União, não refletirá esta expectativa de valorização.

13.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Invalidade da cessão, fraude e existência de encargos sobre os Direitos Creditórios.** O mercado para negociação dos Direitos Creditórios é de natureza informal e, desse modo, poderá não ser evidenciado caso os Direitos Creditórios tenham sido cedidos para diversas pessoas, ou caso outras fraudes tenham sido cometidas, tais como fraude à execução, fraude contra credores, ou qualquer tipo de violação anterior a direito de credores que implique na anulação ou ineficácia da cessão posterior do crédito. Também poderá não ser evidenciado caso os Direitos Creditórios tenham sido objeto de quaisquer garantias, ônus, penhor, opção, direito de preferência ou qualquer outra obrigação legal, contratual, pessoal, real, judicial ou extrajudicial, bem como quaisquer reclamações de qualquer natureza, que tenham os mesmos efeitos materiais que os descritos acima. Desse modo, a titularidade do Fundo quanto aos Direitos Creditórios poderá não ser reconhecida ou não ser válida, e,

2805728-764338

consequentemente, o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios poderá não ser possível. Caso um terceiro também alegue ser o legítimo titular dos Direitos Creditórios, poderá ocorrer uma disputa judicial para resolver o litígio. Adicionalmente, não é possível assegurar que nenhum terceiro irá contestar a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, baseado na invalidade ou fraude na cadeia da cessão decorrente de ações ou omissões do respectivo Cedente, como cedente anterior, ou devido à existência de qualquer dos ônus acima mencionados, decorrente de ações ou omissões do respectivo Cedente.

- b) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser pagos pela União e/ou suas Autarquias, em uma única parcela, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos de qualquer Precatório de titularidade do Fundo, alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado, ou outras matérias relacionadas à origem do crédito, e com isso atrasar os pagamentos. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- c) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação dos Cedentes ou de qualquer outra Pessoa. Os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas não assumirão qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União e/ou suas Autarquias, sem prejuízo de sua responsabilidade pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no respectivo Termo de Cessão. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e/ou de suas Autarquias.
- d) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009, houve alterações na forma de pagamento de

28 DEZ 09 764339

precatórios, e a própria Constituição passou a determinar o critério de atualização e de cômputo de juros aos débitos representados por precatórios. Nada garante que não se tenha, no futuro, a promulgação de nova emenda constitucional acerca de matérias relacionadas a precatórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- e) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição dos Cedentes, pelo Fundo, no pólo ativo da ação judicial a qual o respectivo Precatório esteja vinculado. Como os Direitos Creditórios referem-se a precatórios de natureza alimentar, há ainda possibilidade de a União exigir, por ocasião dos levantamentos das quantias pagas, seja feito desconto integral do imposto de renda e demais descontos porventura devidos pelos credores originais em sua integralidade, o que poderá ensejar a diminuição do valor recebido pelo Fundo.
- f) **Riscos relacionados ao recebimento de valores.** No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada. Em seguida, é enviado comunicado desta operação ao juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados, conforme descrito no item (6.6) do Capítulo VI,

28 DEZ 09 764339

sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da Justiça Brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, o Fundo terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescida da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados pelo respectivo Precatório. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas.

- g) **Risco relacionado a não substituição dos Cedentes.** A Cessão dos Direitos Creditórios será formalizada mediante assinatura de Termo de Cessão, lavrados por instrumento público. Na mesma data, o Cedente outorgará procuração por instrumento público ao Fundo, autorizando-o especificamente a realizar o saque do Direito Creditório. No entanto, como não há ou haverá a substituição dos Cedentes no pólo ativo da ação, especialmente em razão do curto espaço de tempo entre o pagamento do Preço de Aquisição e a data de vencimento do Direito Creditório, não há como impedir que o Cedente compareça a Caixa Econômica Federal e efetue o saque do Direito Creditório antes do Fundo.
- h) **Risco de não inclusão dos pagamentos dos Direitos Creditórios no orçamento Federal.** A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo Federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento dos Precatórios, lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, poderá ocorrer atraso no pagamento dos respectivos Direitos Creditórios. Assim, um eventual entrave burocrático terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito, o que poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- i) **Risco quanto à mudança de natureza do Precatório.** A cessão de crédito é autorizada pela Constituição e pela legislação vigente, e não existe vedação expressa à

28 DEZ 09 764339

transferência de titularidade de precatórios alimentares. Cabe ressaltar, todavia, que existe entendimento doutrinário e jurisprudencial minoritário no sentido de que os precatórios de natureza alimentar teriam caráter personalíssimo e, por essa razão, a cessão a terceiros mudaria sua natureza para precatório comum. Trata-se de tese que nunca ganhou força, e parece sepultada pelos Tribunais, mas qualquer discussão nesse sentido poderia acarretar, ao menos em tese, eventual alongamento do prazo de pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

- j) **Não obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima.** Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso o valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo seja igual ao valor do Patrimônio Líquido. Não há qualquer tipo de obrigatoriedade de aportes adicionais de capital no Fundo caso o valor das Quotas Subordinadas seja igual a 0 (zero) e a subordinação por estas oferecida deixe de existir.
- k) **Cobrança dos Direitos Creditórios, Possibilidade de Aporte Adicional pelos Quotistas e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os titulares das Quotas aporem os valores adicionais, necessários para a sua adoção e/ou manutenção, por meio da integralização da Série Específica, a ser realizada por todos os titulares de Quotas em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo XXVII, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do aporte a que se refere aquele Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Os

28 DEZ 09 764339

Cedentes, a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, o Distribuidor e/ou quaisquer de suas respectivas afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos e por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares de Quotas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os titulares das Quotas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XXVII. Consequentemente, conforme descrito no Regulamento, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.

- l) **Risco de Natureza.** Cada precatório tem origem em um processo judicial, e sua expedição depende do encerramento das discussões acerca da obrigação da União de pagar, bem como acerca do valor devido. No entanto, o sistema processual vigente permite que a parte do processo possa, a qualquer momento, alegar erros materiais ou vícios que afetem a validade do precatório. Ainda que esse tipo de alegação seja improcedente, a simples discussão pode ensejar, em alguns casos, atrasos no levantamento das quantias depositadas em juízo em pagamento do Precatório.

- 13.4. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, a Administradora, o Consultor de Risco, o Custodiante, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvadas os casos comprovados de dolo e má-fé.

#### CAPÍTULO XIV – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 14.1. Entender-se-á por Patrimônio Líquido do Fundo a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades ("Patrimônio Líquido").
- 14.2. Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido da carteira do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

28 DEZ 09 764339

CAPÍTULO XV – DAS QUOTAS

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, 28 DEZ 09

- 15.1. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas nos itens (15.3) e (15.4) deste Capítulo, respectivamente, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, ressalvado o disposto no Capítulo XXIII. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Custodiante.
- 15.2. As Quotas do Fundo serão de 2 (duas) classes distintas, em série única: (a) 1 (uma) classe de Quotas Seniores, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições, no prazo máximo fixado pela CVM quando da concessão do seu respectivo registro; e (b) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições, em número indeterminado, em série única, a serem subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Consultor de Crédito, sem a necessidade de aprovação dos Quotistas titulares das Quotas Seniores em Circulação, devendo, para tanto, ser observados os termos e as condições previstas neste Regulamento.
- 15.3. Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) tem prioridade e goza de preferência em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
  - b) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota com este valor nominal;
  - c) serão amortizadas na forma definida no Capítulo XVIII, sendo que na última Data de Amortização será realizado o resgate integral das Quotas Seniores;
  - d) tem seu valor apurado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, deste Regulamento;
  - e) nos termos do Capítulo XXVII, o Quotista Sênior poderá ser obrigado a subscrever e integralizar, na proporção de suas Quotas, série específica de quotas seniores ("Série Específica"), para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, nas hipóteses previstas no Capítulo XXVII deste Regulamento



28 DEZ 09 764339

- f) os créditos dos titulares das Quotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Quotas Seniores em Circulação, sendo que todas as Quotas Seniores serão amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, nas mesmas datas observado as Datas de Amortizações Programadas; e
- g) à exceção da deliberação concernente à realização de nova Distribuição de Quotas Subordinadas, as quais poderão ser emitidas por decisão da Administradora, observado o disposto na alínea "f" do item (15.4), a qual poderá ser realizada, independentemente de autorização ou manifestação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação, tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

15.4. Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) somente serão adquiridas pelo Consultor de Crédito;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observados os termos deste Regulamento;
- c) tem o preço unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota com este valor nominal;
- d) tem seu valor calculado conforme o disposto no item (17.2) do Capítulo XVII deste Regulamento;
- e) nos termos do Capítulo XXVII, o Quotista Subordinado poderá ser obrigado, na proporção de suas Quotas, a subscrever e integralizar a Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, bem como no caso do desenquadramento da Relação Mínima;
- f) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito (i) de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos titulares de Quotas Seniores, no curso de Assembléia Geral, as matérias tratadas no item (17.6), nas alíneas "b", "c", "e" e "i" do item (20.1) e, com referência à escolha dos avaliadores, nos termos dos

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E ASSOCIADO  
28 DEZ 09 764339

itens (23.5) e (24.2); e (ii) exercer o seu direito de voto, tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da respectiva Assembleia Geral, quando da implementação, pelo Fundo, dos procedimentos relativos à substituição, a qualquer título, da Administradora, do Custodiante e do Consultor de Crédito, nos termos deste Regulamento; e

- g) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, em Assembleia Geral dos titulares de Quotas Subordinadas, convocada especialmente para este fim, a emissão e a realização de Distribuições de novas Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas, nos termos da alínea "h" do item (20.1) do Capítulo XX.

15.5. Na hipótese prevista nas alíneas "e" e "f" do item (15.4) anterior, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para essa classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria nas Assembleias Gerais.

15.6. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Quotistas do Fundo.

15.7. O Fundo não cobrará dos Quotistas taxas de ingresso, saída, ou performance.

## **CAPÍTULO XVI – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS**

16.1. As Quotas deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição, caso aplicável, e os termos e condições da legislação aplicável.

16.2. Observado o disposto no item (16.4) abaixo, Fundo poderá manter em Circulação até 100 (cem) Quotas Seniores.

16.3. Na 1ª Distribuição, o Fundo poderá emitir, no mínimo, 1 (uma) Quota Sênior e, no máximo, 100 (cem) Quotas Seniores, no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e, no mínimo, 1 (uma) Quota Subordinada e, no máximo, 35 (trinta e cinco) Quotas Subordinadas, no valor de até R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). As Quotas não subscritas, no curso da 1ª Distribuição, deverão ser canceladas.

28 DEZ 09 764339

16.4. Observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, o Fundo somente emitirá Quotas Seniores, em uma ou mais ~~Distribuições~~, desde que computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, das Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização e a cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) a Relação Mínima, calculada, *pro forma*, em cada Data de Emissão, seja equivalente a, no mínimo, 121% (cento e vinte e um) e a Alocação de Investimento Mínima seja equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento); e
- b) o Fundo atenda a Reserva de Caixa e, conforme o caso, a Alocação de Investimento Mínima.

16.4.1. Os Distribuidores, de comum acordo com a Administradora, poderão adotar o procedimento diferenciado, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos Distribuidores, sendo que os Quotistas que vierem a efetivamente adquirir Quotas do Fundo deverão fazê-lo sempre em igualdade de preços e condições, sempre observado as disposições do Regulamento. A Administradora realizará a distribuição das Quotas, em regime de melhores esforços, sem o pagamento de comissões específicas.

16.5. Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor, de todas as Quotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas Seniores.

16.6. As Quotas Subordinadas serão integralmente subscritas e integralizadas pelo Consultor de Crédito.

16.7. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição, Termo de Adesão, tanto na hipótese de aquisição primária ou secundária de Quotas, e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (e-mail). Do Termo de Adesão constará a outorga de poderes especiais à Administradora para que esta aja em nome do respectivo Quotista e celebre, em seu nome e por sua conta e ordem, todos os

28 DEZ 09 764339

documentos necessários à subscrição e à integralização da Série Específica, nos termos do item (27.1) e seguintes do Capítulo XVII. Caberá à cada Quotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

- 16.8. As Quotas Seniores deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, e para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP., cabendo ao respectivo intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas, e à Administradora a adesão deste aos termos do presente Regulamento.
- 16.9. Caberá à Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas em sistemas de negociação.
- 16.10. A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.
- 16.11. Ressalvada a hipótese prevista no item (18.3) do Capítulo Dezoito, os recursos captados por meio da emissão de Quotas Seniores deverão ser precipuamente utilizados na aquisição de Direitos Creditórios. É vedada a utilização dos recursos, em moeda corrente nacional, decorrentes da emissão de Quotas, na amortização ou resgate de Quotas Seniores em Circulação.

## CAPÍTULO XVII - DO VALOR DAS QUOTAS

- 17.1. A partir do primeiro dia útil posterior a 1ª Data de Emissão, as Quotas Sênior, o valor de cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil ("Data de Cálculo"), para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que, sendo esse equivalente ao menor dos seguintes valores:

- i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- ii) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_t = VQS_{t-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{Sobretaxa}}{100} \right) + 1 \right\};$$

onde:

28 DEZ 09 764339

- $VQS_T$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado para a data " $T$ ".  
RIO DE JANEIRO, 28 DEZEMBRO DE 2009
- $VQS_{T-1}$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data " $T$ " (de acordo com a equação acima). Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, " $VQS_{T-1}$ " será igual a " $P$ ";
- $VAP_{T-1}$  valor unitário da amortização programada de Quotas Seniores efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores, no Dia Útil imediatamente anterior à data " $T$ ";
- $DI_{T-1}$  taxa média diária do fechamento da Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data " $T$ ", calculada e divulgada pela CETIP. Exemplo: Se a Taxa DI for 10,50%, então  $DI_{T-1} = 10,50$ ; e
- Sobretaxa* percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado para cálculo do valor das Quotas Sênior, equivalente a 200 (duzentos).

- 17.2. A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação, calculado na forma do item (17.1) acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração.
- 17.3. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no item (17.1) deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Consultor de Crédito, do Custodiante, dos

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO

- Cedentes, do Distribuidor e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.
- 17.4. Quando da emissão da Série Específica, a Administradora deverá observar todos os termos e condições da legislação aplicável, incluindo, sem limitação, os normativos e orientações da CVM.
- 17.5. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pelo último indexador conhecido até a data do respectivo evento. Nesse caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Quotas na Data de Amortização de Quotas Seniores imediatamente subsequente à data de divulgação do indexador que seria aplicável.
- 17.6. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do correspondente indexador por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, em seu lugar, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Seniores, observado o quorum estabelecido no item (20.11) do Capítulo XX. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas, presentes na Assembleia Geral, terão o direito de aprovar ou rejeitar a adoção do parâmetro aprovado pelos titulares de Quotas Seniores, por meio de deliberação alcançada em votação em separado dos titulares de Quotas Seniores.
- 17.7. A variação da Taxa DI e a *Sobretaxa* das Quotas Seniores somente serão considerados para fins de determinação do valor das Quotas Seniores quando do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas.
- 17.8. As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, conforme opção da cada Distribuidor. As Quotas Subordinadas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, que serão cedidos e precificados conforme disposto no respectivo Termo de Cessão e neste Regulamento.

28 DEZ 09 764339

**CAPÍTULO XVIII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS**

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, 2009

18.1. No curso ordinário do Programa de Securitização, e sem prejuízo do disposto no item (18.1.1) abaixo, as Quotas Seniores serão amortizadas nos dias 28 de dezembro de 2012, 28 de dezembro de 2013 e em 28 de dezembro de 2014 ("Datas de Amortização Programada"), por seu valor calculado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXI, sendo que o valor agregado de cada evento de amortização de Quotas Seniores será equivalente ao menor dos seguintes valores:

a)  $VAn = VQSnT - (R\$1.000.000,00 - VAE) + (PA \times R\$1.000.000,00),$

onde:

VAn = valor da Amortização referente a cada Quota Sênior na data de amortização "n"

VQSnT = valor unitário de cada Quota Sênior, para efeito de cálculo de seu valor de integralização e amortização de cada Quota Sênior, calculado de acordo com o critério de atualização definido no item (17.1) do Capítulo XVII deste Regulamento.

VAE = Valor de cada Quota Sênior na última Data de Amortização de Quotas Seniores, apurado após o efetivo pagamento realizado aos Quotistas ("Valor das Quotas Seniores EX-AMORTIZAÇÃO");

PA = percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior, definido para cada Data de Amortização Programada, a saber:

Datas de Amortização Programadas	PA (%)
28 de dezembro de 2012	15%
28 de dezembro de 2013	35%
28 de dezembro de 2014	50%

ou

28 DEZ 09 764339

- b) o (i) somatório dos recursos em moeda corrente nacional recebidos pelo Fundo, exclusivamente decorrentes do recebimento de bens e direitos integrantes da carteira do Fundo, sendo expressamente excluídos aqueles advindos da integralização de Quotas, no período compreendido entre o 1º (primeiro) dia do respectivo exercício social e a Data de Amortização Programada para o referido exercício social, que não estejam alocados na Reserva de Caixa e/ou comprometidos com o pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo; (ii) dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião.

18.1.1. Por decisão do Consultor de Crédito, e desde que considerado *pro-forma* a amortização pretendida, o Fundo atenda aos índices previstos nas alíneas "a" e "b" do item (16.4) deste Regulamento, todas as Quotas Seniores poderão ser amortizadas antecipadamente dentro do mesmo exercício social em que estejam previstas as respectivas Datas de Amortização Programadas, independente da realização de Assembléia de Quotistas. Caso ocorra tal antecipação na Data de Amortização, a Administradora deverá informar os quotistas do Fundo mediante publicação, às expensas do Fundo, de aviso no periódico do Fundo, bem como mediante o envio de correio eletrônico (e-mail) aos quotistas, com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência.

18.1.2. O Consultor de Crédito, a Administradora e o Custodiante não são responsáveis pelo não recebimento ou ciência, pelo Quotista, da comunicação informando da antecipação das Datas de Amortização Programadas, na hipótese de o Quotista não ter mantido seus dados cadastrais e endereço eletrônico atualizados perante o Agente Escriurador e a Administradora.

18.1.3. Caso tenha ocorrido um evento de antecipação das Datas de Amortização Programadas, será considerada como "Data de Amortização de Quotas Seniores" a data em que tiver ocorrido o efetivo pagamento da amortização aos titulares de Quotas Seniores.

18.2. O valor da amortização apurado na forma do item (18.1) acima tem como limite máximo o valor da Quota Sênior, calculado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, na Data de Amortização de Quotas Seniores.

18.3. As Quotas Subordinadas serão amortizadas em até 3 (três) Dias Úteis após o pagamento de cada amortização de Quotas Seniores, conforme estabelecido no item (18.1) deste Capítulo,



28 DEZ 09 764339

desde que o Fundo encontre-se adimplente com relação a todas as obrigações para com as Quotas Seniores. Sempre observada a ordem de aplicação de recursos prevista no Capítulo XXI, o valor de cada amortização de Quotas Subordinadas equivalerá ao montante necessário para que, considerada, *pro-forma*, a amortização pretendida, a Relação Mínima seja equivalente a, no mínimo, 121% (cento e vinte e um por cento), sempre observada a ordem de aplicação de recursos prevista no Capítulo XXI.

- 18.4. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.
- 18.5. Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.
- 18.6. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora em nada afetarão as amortizações e os resgates de Quotas. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas coincidir com feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.
- 18.7. A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (ii) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas neste Regulamento.
- 18.8. Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- 18.9. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XXI. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios, por meio dos procedimentos de dação em pagamento previstos no Capítulo XXIV. As Quotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate integral de todas

28 DEZ 09 764339

as Quotas Seniores, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, CAPITAL - RJ

## **CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

- 19.1. Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados, observados os critérios definidos neste Capítulo.
- 19.2. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento.
- 19.3. Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BM&FBOVESPA ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 19.4. As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.
- 19.5. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

## **CAPÍTULO XX – DA ASSEMBLÉIA GERAL**

- 20.1. Observados os respectivos *quora* de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

2805739 764339

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo, e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) deliberar sobre a alteração de qualquer dos Documentos da Securitização;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e, no curso ordinário do Programa de Securitização, a alienação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora (i.e., liquidação antecipada do Fundo), por conta e ordem do Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e do Custodiante e do Consultor de Crédito, observados os termos e condições deste Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- h) aprovar a emissão e a realização de Distribuições de novas Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas, com exceção da emissão de Quotas prevista no item (16.3) do Capítulo XVI; e
- i) deliberar sobre a alienação, total ou parcial, de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, nos termos do item (23.4) e seguintes do Capítulo XXIII.

20.1.1. A substituição do Consultor de Crédito deverá ser aprovada por votos de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas em Circulação.

20.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

- 20.3. A primeira convocação da Assembleia Geral será por meio de anúncio publicado no Periódico concomitantemente com envio de e-mail endereçado a cada Quotista ou seu representante, cadastrado na Administradora, no qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 20.4. A presidência da Assembleia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembleia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Seniores.
- 20.5. A Assembleia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de quotas em circulação.
- 20.6. A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 25% (vinte e cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 20.7. Independentemente de quem tenha convocado a Assembleia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente e o representante do Consultor de Crédito deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar as informações que lhes forem solicitadas.
- 20.8. A Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo, de 12 (doze) dias, contado de sua convocação.
- 20.8.1. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de *quorum* de instalação, a Assembleia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 7 (sete) dias, contado da nova convocação feita por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de e-mail enviado ao Quotista ou seu representante cadastrado na Administradora.
- 20.8.2. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quotas em circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 1 (um) Quotista.

28 DEZ 09 264339

- 20.9. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas e FOROCLAMADO  
RIO DE JANEIRO - RJ
- 20.10. A Assembleia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 20.11. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas em Circulação que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação e, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas presentes que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação não for exigido por este Regulamento.
- 20.12. Para efeito da constituição de quaisquer dos *quorums* de instalação ou deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, da Administradora, do Consultor de Crédito, dos Cedentes, de suas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.
- 20.13. Os Quotistas Subordinados, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembleias Gerais.
- 20.14. Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.
- 20.15. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quorums* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão a todos os Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados, devendo ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembleia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.
- 20.16. A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

**CAPÍTULO XXI – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**

28 DEZ 09 764339

21.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- c) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores e da Série Específica, observados os termos e as condições deste Regulamento; e
- e) na amortização e/ou no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

21.2. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período compreendido entre, conforme o caso, (a) a data de início e o dia 30 de junho do 2º ano calendário imediatamente subsequente à data de início ou (b) a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o dia 30 de junho do 2º ano calendário imediatamente subsequente a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido do montante de R\$15.000,00 (quinze mil reais) a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas

dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios ("Reserva de Caixa").

28 BEI-00-76/339  
REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - PORTAL - RJ

- 21.3. Quando do recebimento dos recursos decorrentes do pagamento dos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo, no exercício social no qual deva ocorrer uma amortização de Quotas Seniores, expressamente excluídos àqueles advindos da integralização de Quotas, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicados em Outros Ativos, os recursos necessários ao pagamento da próxima amortização programada de Quotas Seniores na respectiva Data de Amortização Programada, observado o disposto no item (18.1) do Capítulo.

## CAPÍTULO XXII - DO PRAZO DE DURAÇÃO

- 22.1. O prazo de duração do Fundo é de 64 (sessenta e quatro) meses, contado a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão, ou após o término dos procedimentos previstos no Capítulo XXIV, o que ocorrer antes ("Prazo de Duração"). O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto no Capítulo XXIII a seguir.

## CAPÍTULO XXIII - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

- 23.1. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas Seniores reunidos em Assembleia Geral, qualquer das seguintes ocorrências ("Eventos Avaliação"):
- a) qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, ou contestação pela União e/ou suas Autarquias com relação ao pagamento dos Precatórios;
  - b) caso qualquer dos Cedentes descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no respectivo Termo de Cessão e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente inadimplente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido e, a exclusivo critério da Administradora, possa comprometer a boa ordem legal, financeira e operacional do Fundo;

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO

- c) amortização e/ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- d) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
- e) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento;
- f) rebaixamento, pela Agência de Classificação de Risco, da classificação de risco das Quotas Seniores em até 2 níveis, considerando-se a tabela de classificação empregada pela agência;
- g) caso os Quotistas Seniores não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor para as Quotas Seniores, nos termos do item (17.6) do Capítulo XVII; ou
- h) caso seja verificado, pela Administradora o desenquadramento da Relação Mínima.

23.2. Caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, a Administradora deverá (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral dos Quotistas, nos termos do Capítulo XX, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

23.3. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do item (23.2) anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, observado o *quorum* de deliberação definido no item (20.11) do Capítulo XX, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas, proporcional, inteiro ou fracionado, por seu valor apurado na forma dos itens (17.1) e (17.2) do Capítulo XVII.

23.4. Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. O Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador escolhida na forma do item (23.5) abaixo. Os



2855708 764328  
resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador (conforme abaixo definido) deverão ser consubstanciados em laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação").

- REGISTRADO E MICROFILMADO  
PRO DE JACQUES CHAGNOLLE, RJ
- 23.5. A maioria dos titulares de Quotas Seniores e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas deverão, consensualmente, escolher somente 01 (uma) Pessoa responsável pela preparação do Laudo de Avaliação ("Avaliador"), observado o que vier a ser deliberado por cada classe de Quotistas, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, em votações em separado realizadas entre os titulares de Quotas de cada classe.
- 23.6. Caso os Quotistas, presentes à Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador no curso de 3 (três) Assembléias Gerais convocadas consecutivamente pela Administradora, o Avaliador deverá ser escolhido pela Administradora monocraticamente. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.
- 23.7. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do item (23.2) deste Capítulo, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, por meio da dação de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, observado, nos que sejam aplicáveis, o disposto no Capítulo XXIV.

#### CAPÍTULO XXIV – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 24.1. Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no item (23.3) do Capítulo XXIII, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto no item (17.1) do Capítulo XVII ("Valor Referencial"). Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se

houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas observado o disposto no item (29.2) abaixo.

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E NÃO PROFISSIONAL

- 24.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (24.1) anterior, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação, a ser realizado por avaliador independente escolhido de acordo com o procedimento aplicável à escolha do Avaliador, definido no item (23.5) do Capítulo XXIII. Após a conclusão dos procedimentos de avaliação, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o seu resultado aos Quotistas e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (24.3) a seguir.
- 24.3. Para fins do disposto no item (24.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item (24.2) deste Capítulo. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos efetivamente atribuídos a ele. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança/recebimento dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 24.4. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido no item (24.3) deste Capítulo e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.
- 24.5. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXI.

**CAPÍTULO XXV – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

28 DEZ 09 764339

25.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) despesas com a contratação de agência de classificação de risco;
- i) taxas de custódia de ativos do fundo;
- j) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma da alínea “g” do item (20.1) do Capítulo XX.

25.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

28 DEZ 09 764339

**CAPÍTULO XXVI – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

- 26.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, nos termos do item (23.1) do Capítulo XXIII deste Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.
- 26.2. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no Periódico, qual seja o “Valor Econômico”, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº 356, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável; (b) de correspondência enviada ao representante do Quotista indicado na forma do item (16.7) do Capítulo Dezesesseis; ou (c) correio eletrônico nas demais hipóteses de comunicações entre a Administradora e os Quotistas. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora.
- 26.3. A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:
- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
  - b) o valor da Relação Mínima e da Alocação Mínima de Investimento;
  - c) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
  - d) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 26.4. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO

RIO DE JANEIRO - BRASIL - RJ

**CAPÍTULO XXVII – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS**

- 27.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares da maioria das Quotas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização da Série Específica, a ser realizada por todos os titulares de Quotas em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.
- 27.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, dos Quotistas, não estando a Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, os Cedentes, o Distribuidor e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 27.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos na Assembléia Geral prevista no item (27.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização da Série Específica, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação. A Administradora poderá celebrar os respectivos boletins de subscrição, por conta e ordem dos Quotistas, utilizando-se dos poderes outorgados no Termo de Adesão, sempre com estrita observância ao que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.
- 27.4. O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando da amortização da Série Específica, por meio dos procedimentos definidos no Capítulo XXI.

- 2805708 764339
- 27.5. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será dada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 27.6. A Administradora, o Consultor de Crédito, o Custodiante, os Cedentes, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 27.7. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

#### **CAPÍTULO XXVIII – DA ARBITRAGEM E DO FORO**

- 28.1. Qualquer desacordo, disputa, dúvida ou reclamação originária deste Regulamento ou da interpretação de seus termos e condições, incluindo aquelas relativas aos Quotistas e à Administradora deverá ser resolvida, de forma definitiva, por arbitragem, tal como definida na Lei nº 9.307/96.
- 28.2. A arbitragem será administrada pelo CBMA, a cujo regulamento se submeterá.
- 28.3. A arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e será conduzida em língua portuguesa, por árbitro único, nomeado de acordo com o disposto no regulamento do CBMA.

28 DEZ 08 764339

- 28.4. Sem prejuízo do disposto no item (28.1) acima, os Quotistas e/ou a Administradora reservam-se o direito de demandar em juízo para (a) compelir os outros a observar(em) o procedimento de arbitragem previsto neste Regulamento, (b) executar qualquer decisão arbitral nos termos deste Capítulo, (c) utilizar, a seu exclusivo critério, qualquer outra medida de urgência e/ou de preservação de direitos, em caso de iminência de dano irreparável em momento anterior ao da nomeação do árbitro, ou (d) dirimir os litígios que, por força de lei, não possam ser objeto de arbitragem.
- 28.5. Para os efeitos do item (28.4) acima, fica eleito como competente o foro central da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

### **CAPÍTULO XXIX – DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 29.1. O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.
- 29.2. As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo XXIV, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.
- 29.3. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas.
- 29.4. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de julho e terminando em 30 de junho, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 30 de junho do próximo ano.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2009.

  
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

## ANEXO I

## MODELO DE TERMO DE ADESÃO

28 DEZ 99 764339

## Termo de Adesão ao Regulamento

REGISTRADO E MICROFILMADO

RIO DE JANEIRO, 28 DE DEZEMBRO DE 1999

**Termo de Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais Alimentícios Federais**

À

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Alexandre Freitas

Eu, [•] [nome completo], [com sede] [residente] na [•] inscrito(a) no [CNPJ] [CPF] sob o nº [•] (“Outorgante”), na qualidade de investidor do WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS (“Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”), tendo como Diretor Designado o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do regulamento do Fundo e do prospecto [preliminar/definitivo] de distribuição de suas quotas, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido, bem como ciente da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.
- II. Estar de acordo e ciente de que:
  - a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem qualquer garantia, inclusive da Administradora, do Consultor de Crédito, dos Distribuidores das Quotas do Fundo, de seu Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
  - b) não obstante a manutenção por parte da Administradora de sistema de gerenciamento de riscos, não é possível eliminar-se o risco de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Consultor de Crédito, os Distribuidores das Quotas do

63



Fundo, seu Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para as quotas do Fundo, para os Direitos Creditórios subjacentes ou para outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas ou da eventual liquidação do Fundo, entre outros eventos exemplificativamente descritos no Capítulo XIII do Regulamento do Fundo, os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;

- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do [•];
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal "Valor Econômico", nos termos do item (26.2) do Capítulo XXVI do regulamento do Fundo;
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo;
- g) nos termos do Capítulo XXVIII do Regulamento do Fundo, qualquer desacordo, disputa, dúvida ou reclamação originária do Regulamento do Fundo ou da interpretação de seus termos e condições, incluindo aquelas relativas aos Quotistas, à Administradora e o Consultor de Crédito, somente deverá ser resolvida, de forma definitiva, por arbitragem, tal como definida na Lei nº 9.307/96. A arbitragem será administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA ("CBMA"), a cujo regulamento se submeterá. A arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e será conduzida em língua portuguesa, por árbitro único, nomeado de acordo com o disposto no regulamento do CBMA; e

28 DEZ 09 764339

- h) a taxa de administração do Fundo encontra-se descrita no Capítulo IX regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e por inteiro e compreendida.

- III. O subscritor deste documento, por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do art. 684 do Código Civil brasileiro, a Administradora, na qualidade de administradora do Fundo, como sua bastante procuradora para, por conta e ordem do outorgante, firmar todos e quaisquer instrumentos, documentos, contratos, formulários, boletins de subscrição necessários à subscrição e integralização da Série Específica, emitida nos exatos termos do capítulo XXVII do Regulamento, podendo, inclusive, inter alia, efetuar registros, lavrar escrituras e firmar, por conta e ordem do Outorgante, todo e qualquer tipo de documento, contrato, termo e formulário, perante qualquer pessoa, de direito público ou privado, e realizar todo e qualquer ato ou procedimento necessário à celebração e formalização dos instrumentos jurídicos acima referidos. A outorga de poderes especiais pelo Outorgante à Administradora, nos termos deste instrumento, é condição dos negócios avençados no Regulamento e do ingresso, primário ou secundário, do Outorgante como titular de Quotas. A Administradora poderá substabelecer, no todo ou em parte, os poderes a este outorgados neste termo de adesão. O presente mandato é passado pelo prazo de 10 (dez) anos contado da presente data.
- IV. Nos termos do item (1.2) do Capítulo I do regulamento do Fundo, o investidor declara ser um investidor institucional qualificado, de acordo com a legislação e/ou regulamentação aplicável a ofertas de títulos e valores mobiliários em sua respectiva jurisdição.
- V. Nos termos do item (1.2.) do Capítulo I do regulamento do Fundo, o investidor declara ser um Investidor Qualificado, conforme definido na alínea "f" do item II acima.

Finalmente, nos termos do item (16.7) do capítulo XVI do Regulamento do Fundo, as comunicações a mim enviadas pela Administradora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [•] [qualificar], no seguinte e-mail [•].

(Local e data)

Nome:

Cargo:

ANEXO II

28 DEZ 09 764339

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS", constituído em 9 de setembro de 2009 pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.*

**Manual de Procedimentos da Justiça Federal – Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV**

NEL TIPO DE TÍTULO E DOCUMENTOS  
DE OFÍCIO

28 DEZ 09 764339

**REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV**

REGISTRADO E MICROFILMADO

**PRECATÓRIOS E**  
MANUAIS DE PROCEDIMENTOS  
DA JUSTIÇA FEDERAL

28 DEZ 09 764339

#### EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de Precatórios (instituído pela Portaria n. 051, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

#### 2ª edição revista e atualizada

#### EQUIPE DE REVISÃO

Grupo que promoveu a atualização do *Manual de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV*, bem como incluiu novas orientações com base nas normas legais vigentes, sob a coordenação do Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva:

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador do Grupo)
- Lella Maria Moreira Paixoto (TRF - 1ª Região)
- Marcio da Silva Albuquerque (TRF - 1ª Região)
- André Costa Sousa (TRF - 2ª Região)
- Leonardo Santos Carvalho (TRF - 2ª Região)
- Rogério Brenicci (TRF - 3ª Região)
- Regina Maria Carvalho Ellezer (TRF - 3ª Região)
- Sérgio Tinoco Cordeiro Filgueiras (TRF - 3ª Região)
- Álvaro Madsen (TRF - 4ª Região)
- Miriam Ribeiro Alves (TRF - 4ª Região)
- Maria Tereza Della Santa (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Araújo Filho (TRF - 5ª Região)
- Ricardo César Almeida da Silva (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (1ª Secretária - CJP)
- Gustavo Bicalho Ferreira da Silva (2º Secretário - CJP)
- Ricardo Manhães Seabra (CJP)
- Barão Mello da Silva (CJP)

#### 1ª edição

#### EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de precatórios (instituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador)
- Juíza Federal Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz (Subcoordenadora)
- Hylton Pereira (Primeiro Secretário)
- Lella Maria Moreira Paixoto (Segunda Secretária)
- Geovania Carneiro de Lima (TRF - 1ª Região)
- Romildo Narciso Volotão (TRF - 2ª Região)
- Luiz Alberto de Almeida e Silva (TRF - 2ª Região)
- Andréa Regina dos Santos (TRF - 3ª Região)
- Maria Aparecida Martinez Cilliano (TRF - 3ª Região)
- Humberto Schmitt Vieira (TRF - 4ª Região)
- Regildo Amaral Mildbradt (TRF - 4ª Região)
- José David Vendramin (TRF - 4ª Região)
- Ilka Maria Anselmo Nogueira (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Arruda Filho (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (CJP)

28 DEZ 09 764339



Conselho da Justiça Federal  
REPRODUÇÃO E MICROFILMADO  
PROIBIDO - BRASIL - RJ

# **PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV**

**2ª edição**

**revista e atualizada**

**MANUAIS DE PROCEDIMENTOS  
DA JUSTIÇA FEDERAL**

**MAIO 2005**

28 DEZ 09 764339

**Coordenação editorial**

Subsecretaria de Divulgação e Editoração da Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas do  
Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - RJ

**Diagramação**

Enivaldo Sizino dos Santos

**Capa**

Heider Marcelo Pereira

Enivaldo Sizino dos Santos

**Impressão**

Divisão de Serviços Gráficos da

Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal

Copyright © Conselho da Justiça Federal

ISBN 85-85572-73-6

Tiragem: 2000 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que  
indicada a fonte.

C955m

Conselho da Justiça Federal

Precatórios e requisições de pequeno valor - RPV / Conselho da Justiça  
Federal; Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva, coord. 2. ed. rev. e atual. -  
Brasília : CJP, 2005.

71 p. (Manuais de procedimentos da Justiça Federal).

ISBN 85-85572-73-6

1. Precatório 2. Execução 3. Fazenda Pública. I. Silva, Ricardo  
Perlingeiro Mendes da, coord. II. Título III. Série.

CDU: 347.952

28 DEZ 09 764339

**SUMÁRIO**

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, 28 DE DEZEMBRO DE 2009

Apresentação (2ª edição) .....	7
Apresentação (1ª edição) .....	8
I – Contexto atual .....	10
1 Normas gerais .....	10
1.1 Constituição Federal – CF .....	10
1.2 Lei Complementar nº 101/2000 .....	12
1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO .....	13
1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA .....	13
1.5 Lei nº 10.259/2001 .....	13
1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004) .....	13
1.7 Lei nº 11.033/2004 .....	14
1.8 Resolução/CJF nº 438/2005 .....	14
II – Aspectos orçamentários .....	14
1 Caracterização do débito judicial como despesa pública .....	14
1.1 Definições .....	14
1.1.1 Orçamento público .....	14
1.1.2 Despesa pública orçamentária .....	15
1.1.3 Débito judicial .....	15
2 Classificação do débito judicial no orçamento federal .....	15
2.1 Classificação institucional .....	15
2.2 Classificação quanto à espécie da requisição .....	16
2.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	16
2.2.2 Precatório – PRC .....	17
2.3 Classificação quanto à natureza da despesa .....	17
2.4 Classificação quanto à forma de pagamento .....	19
2.4.1 Pagamento em parcela única .....	19
2.4.2 Pagamento de forma parcelada .....	19
3 Regras para o parcelamento .....	19
3.1 Débitos judiciais da Fazenda Pública Federal .....	19
3.1.1. Art. 78, caput, do ADCT (EC nº 30/2000) .....	19
3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos .....	20
3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público .....	20
4 Elaboração do Orçamento .....	20
4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal .....	20
4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	21
4.1.2 Precatórios – PRC .....	22
4.1.3 Prazos .....	22
4.1.3.1 Para o Projeto da LDO .....	22
4.1.3.2 Para o Projeto da LOA .....	22
4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades de direito público .....	23
4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	23
4.2.2 Precatórios – PRC .....	23
5 Estágios da execução orçamentária e financeira .....	24
6 Retificações e devoluções no orçamento .....	24
6.1 Retificações .....	24
6.2 Devoluções .....	25



7 Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores	28 DEZ 09	764.338	25
7.1 Restos a pagar			25
7.2 Despesas de exercícios anteriores			26
III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento	REGISTRADO E MICROFILMADO		26
1 Espécies de requisição de pagamento			26
2 Procedimentos para expedição de requisição de pagamento			27
2.1 Requisições expedidas pelas varas comuns federais e estaduais			27
2.2 Requisições expedidas pelos juizados especiais federais			31
IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais			33
1 Classificação, verificação dos dados obrigatórios e lançamento			33
1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios			33
1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento			33
1.1.2 Classificação e análise de dados			33
1.2 Lançamento			34
1.2.1 Dados de lançamento			34
1.2.2 Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados			34
2 Elaboração e trâmite da proposta orçamentária			35
3 Repasse de verba ao juízo da execução ou ao beneficiário do crédito			36
3.1 Atualização monetária e juros			36
3.1.1 Atualização monetária			36
3.1.2 Juros			37
V – Procedimentos posteriores aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor			37
1 Comunicação ao juízo requisitante e às partes			37
1.1 Imposto de renda retido na fonte			38
VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF			38
1 Competência no âmbito da Justiça Federal			38
1.1 Principais atribuições			39
1.1.1 Atribuições genéricas			39
1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais			40
2 Encaminhamento dos bancos de dados pelos Tribunais Regionais Federais à SPO/CJF			40
2.1 Precatórios			40
2.2 Requisições de Pequeno Valor			41
3 Liberação dos recursos financeiros aos Tribunais Regionais Federais			41
3.1 Precatórios			41
3.2 Requisições de Pequeno Valor			41
Anexos			43
Constituição Federal art. 100			45
Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000			46
Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002			48
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001			49
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003			54
Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004			55
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000			64
Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005			65
Resolução nº 439, de 30 de maio de 2005			71

APRESENTAÇÃO

28 DEZ 09 764339

(2ª edição revista e atualizada)

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, 1997 - RJ

A legislação que disciplina o pagamento das condenações judiciais pela Fazenda Pública é mutável pela própria natureza. A respeito dela não se pode fazer a crítica fácil de que as reiteradas alterações legislativas instabilizam a ordem jurídica. A Lei das Diretrizes Orçamentárias é anual. Anual também é a Lei do Orçamento. As normas jurídicas nelas embutidas não teriam o menor sentido se fossem mera repetição das regras anteriores. Isso tem sido muito proveitoso no que diz respeito ao cumprimento das obrigações da Fazenda Pública Federal, cujo regime jurídico vem se aperfeiçoando. A Lei nº 10.524, de 2002, por exemplo, determinou a descentralização das dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Indireta aos Tribunais Regionais Federais. Leis como essas agilizaram sobremaneira os procedimentos nesse tema, e repercutiram naqueles instituídos administrativamente no âmbito do Conselho da Justiça Federal. Havia, nessas circunstâncias, necessidade de adaptação dos atos normativos à nova disciplina legal.

O resultado disso foi a revisão do Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003. Pequenos acréscimos foram feitos autonomamente, como fruto da experiência cotidiana, entre estes aquele que uniformiza em todas as Regiões os critérios que asseguram a ordem cronológica dos pagamentos. O trabalho é importante porque tem efeitos práticos. A Fazenda Pública Federal, ao contrário de outras pessoas jurídicas de direito público, está em dia com o pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes de condenações judiciais. Neste exercício pagou todas as prestações de natureza alimentícia no mês de fevereiro; aquelas de natureza comum foram satisfeitas no mês de março. O conhecimento dos trâmites legais é indispensável para que isso aconteça, e este é o propósito renovado nesta atualização. Embora endereçado principalmente aos servidores da Justiça Federal, o Manual poderá ser útil também às partes, advogados e procuradores.

Todo este trabalho deve ser creditado aos funcionários da Justiça Federal, principalmente aqueles que criaram a edição originária deste Manual, bem assim aqueles que agora a revisaram e atualizaram – sempre sob a coordenação do MM. Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva.

Ministro Ari Pargendler

APRESENTAÇÃO 28 DEZ 09 764339

(1ª edição)

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, CAPITAL, RJ

A presente revisão é fruto da concretização de uma das atividades do Grupo de Trabalho destinado à uniformização dos procedimentos pertinentes ao pagamento de Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

O Grupo foi constituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, alterada pela Portaria Presidencial nº 24, de 30 de março de 2005, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do egrégio Conselho da Justiça Federal. É composto por representantes dos cinco Tribunais Regionais Federais, da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal, e coordenado por juízes federais. Todos os participantes estão diretamente envolvidos nos procedimentos relativos ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado e na assessoria aos presidentes dos tribunais nessa matéria.

As atividades desenvolvidas nas reuniões realizadas desde sua criação consistem em apresentação de soluções de problemas de cunho procedimental e orçamentário, comuns a todas as Regiões, elaboração de minutas de atos normativos, acompanhamento e elaboração de projetos de lei, sugestões de medidas destinadas à desburocratização do processo de solicitação de créditos orçamentários e seu pagamento, mediante a troca de experiências vivenciadas pelos integrantes, adequação dos procedimentos às inovações legislativas, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Emendas Constitucionais nº 30/2000 e 37/2002.

O objetivo principal deste *Manual* é uniformizar, servindo como fonte de consulta, os principais procedimentos utilizados para a apresentação e pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça Federal.

Para tanto, os capítulos foram desenvolvidos de forma didática, possibilitando sua utilização pelos seus destinatários imediatos: servidores e juízes de primeiro e segundo graus.

O presente *Manual* está dividido em seis títulos:

I – Contexto atual – reúne todas as normas legais e administrativas afetas à matéria tratada neste *Manual*.

II – Aspectos orçamentários – traz uma visão genérica sobre os principais aspectos orçamentários, no que se refere ao pagamento das decisões judiciais e elaboração de proposta orçamentária. Além disso, apresenta, de forma sucinta, a legislação disciplinadora da matéria aqui abrangida.

28 DEZ 09 764339

III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento – descreve os elementos necessários à correta elaboração das requisições de pagamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos atos normativos correlatos.

IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais pertinentes ao processamento das requisições de pagamento – explica as principais etapas do procedimento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, inclusive a elaboração de banco de dados para compor a proposta orçamentária, atualização monetária dos créditos solicitados e transferência de recursos financeiros.

V – Procedimentos posteriores à transferência de verbas das requisições de pagamento – explica os procedimentos na 1ª Instância, posteriores ao recebimento do crédito orçamentário do TRF.

VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal – trata da solicitação de créditos e liberações financeiras.

Espera-se que este *Manual* possa auxiliar seus usuários, cumprindo uma das finalidades de sua criação. Lembramos que as rotinas aqui descritas estão sujeitas às alterações legais.

*O Grupo de Trabalho*

28 DEZ 09 764339

**I - CONTEXTO ATUAL**REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, 03 DE SET. 2009**1. NORMAS GERAIS****1.1 Constituição Federal**

O processamento dos débitos judiciais passou por uma significativa mudança, a partir do exercício financeiro de 2001, resultante, basicamente, da edição da Emenda Constitucional nº 30/2000, que alterou a redação do art. 100 da CF e acrescentou o art. 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A EC nº 30/2000 inovou no tocante à atualização do débito até a data de efetivo pagamento, conforme § 1º, art. 100, da CF e distinguiu os débitos judiciais em duas espécies: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV), permitindo que lei específica estabelecesse sua definição.

*Art. 100, caput: A exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*

*§ 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de Direito Público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

*§ 2º: As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.*

*§ 3º: O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.*

28 DEZ 09 764339  
Outra significativa alteração introduzida pela EC nº 30/2000 diz respeito ao parcelamento do pagamento dos precatórios, em parcelas anuais, no prazo máximo de dez anos, nos termos do caput do art. 78 do ADCT, abaixo transcrito:

*Art. 78, caput: Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.*

*Art. 33, caput: Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.*

*Parágrafo único. Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento no disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.*

A EC nº 37/2002 introduziu, no texto constitucional, vedação de expedição de precatório complementar ou suplementar, bem como de fracionamento do valor da execução, de modo a evitar que parte do pagamento se faça por meio de precatório e parte por meio de RPV, nos seguintes termos:

*Art. 100, § 4º: São vedadas as expedições de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.*

Além da regra acima, a referida Emenda acrescentou os arts. 86 e 87 ao ADCT, que excepcionam a regra do parcelamento dos precatórios, nos seguintes termos:

Art. 86, caput: Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais;

II - ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional.

Art. 87, caput: Para efeito do que dispõe o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judicial, que tenham valor igual ou inferior a:

I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;

II - trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.

Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.

## 1.2 Lei Complementar nº 101/2000

A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe a necessidade de serem identificados todos os beneficiários das requisições de pagamento, conforme o art. 10, abaixo transcrito:

28 DEZ 09 764339

*Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.*

### 1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Regulamenta as disposições a respeito de elementos essenciais à inclusão do débito no orçamento, tais como: regras de parcelamento, atualização monetária, incidência de juros etc.

### 1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA

Trata-se de um instrumento de gestão e controle que estima a receita e fixa a despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

### 1.5 Lei nº 10.259/2001

Com vigência a partir de janeiro de 2002, a Lei nº 10.259/2001, além de instituir os juizados especiais federais, define o novo limite dos débitos considerados de pequeno valor, fixando-o em 60 salários-mínimos por beneficiário.

*Art. 3º, caput: Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças.*

*Art. 17, § 1º: Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).*

### 1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004)

Institui, por conta de imposto de renda, a retenção de 3% (três por cento), a ser feita por instituição bancária oficial, sobre os rendimentos pagos, em cumprimento da decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor.



1.7 Lei nº 11.033/2004

28 DEZ 09 764339

Condiciona o levantamento de valores decorrentes do precatório judicial de natureza comum à apresentação ao Juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

1.8 Resolução/CJF nº 438/2005

Datada de 30 de maio de 2005, altera e consolida as normas anteriormente existentes, bem como uniformiza procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

## II – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

O estudo dos aspectos envolvidos com o processamento dos débitos judiciais passa, necessariamente, por questões de ordem financeira e orçamentária consagradas na CF e em diversas normas complementares.

### 1. CARACTERIZAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL COMO DESPESA PÚBLICA

O conceito de "débito judicial" é oriundo de dispositivos constitucionais, notadamente do § 1º do art. 100 da CF, que vinculam a sua formação à necessidade de crédito específico e de prévia inclusão no orçamento das entidades devedoras de verba necessária ao seu pagamento.

*Art. 100, § 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

#### 1.1 Definições

##### 1.1.1 Orçamento público

Orçamento público é um instrumento de controle e programação de trabalho do governo, contendo o planejamento dos gastos, fixando despesas e estimando receitas individualizadas por unidades orçamentárias, materializado em lei ordinária de validade anual, de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

28 DEZ 09 764339

O modelo orçamentário brasileiro, fundamentado nos arts. 145 a 169 da CF, está previsto na Lei nº 4.320/64, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), integradas entre si.

### 1.1.2 Despesa pública orçamentária

Despesa pública orçamentária é o recurso público com destinação específica, previamente fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O pagamento de obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública for condenada, depende de orçamento prévio, como exigido pela Constituição Federal em seu art. 100.

### 1.1.3 Débito judicial

Débito judicial é toda obrigação de pagamento, constituída como despesa pública, oriunda de condenação em sentença judicial transitada em julgado, cuja satisfação depende de prévia inclusão no orçamento das entidades de direito público.

## 2. CLASSIFICAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL NO ORÇAMENTO FEDERAL

A inscrição das requisições de pagamento no orçamento da União é resultado de procedimentos administrativos que objetivam classificar os débitos judiciais de acordo com:

- a) a instituição devedora;
- b) a espécie de requisição;
- c) a natureza orçamentária da despesa; e
- d) a forma de pagamento.

Como resultado dessa classificação, os dados são apresentados por meio de bancos de dados que contêm a indicação, individualizada por credor, de todos os elementos exigidos nas normas em vigor.

### 2.1 Classificação institucional

A classificação institucional compreende os órgãos orçamentários e suas respectivas unidades orçamentárias.

Lei nº 4.320/64, art. 14: Constituir unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a quem será consignado dotações próprias.

É representada por um código composto de cinco algarismos, sendo que os dois primeiros identificam o órgão e os três últimos, a unidade orçamentária.

Exemplo de codificação => 12.103

1ª e 2ª dígitos => Órgão (12 = Justiça Federal)

3ª a 5ª dígitos => Unidade orçamentária (103 = TRF da 2ª Região)

Essa classificação evidencia as unidades responsáveis pela execução dos créditos consignados no orçamento.

## 2.2 Classificação quanto à espécie da requisição

Débito judicial é gênero de duas espécies: PRECATÓRIOS e REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.

### 2.2.1 Requisição de Pequeno Valor (RPV)

Trata-se de requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, que não se submete à sistemática de pagamento por precatório.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor (RPV) aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I - sessenta salários-mínimos, se a devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II - quarenta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT); e

III - trinta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

28 DEZ 09 764339

## 2.2.2 Precatório (PRC)

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

É a requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, cujo crédito deve ser incluído no orçamento das entidades de Direito Público, para pagamento ao longo do exercício seguinte.

## 2.3 Classificação quanto à natureza da despesa

A classificação da natureza dos débitos judiciais resulta da conjugação do disposto no *caput* do art. 100 da CF com as demais normas vigentes.

O juiz da execução indicará, nas requisições, os seguintes dados:

I – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (requisição de pequeno valor ou precatório);

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT.

Por conseguinte, a separação dos valores por grupo de natureza de despesa deve sempre estar representada nas classificações das despesas presentes na Lei Orçamentária Anual, subdivididas em despesas de pessoal, outras despesas correntes e inversões financeiras.

Dessa forma, os precatórios e as requisições de pequeno valor são consignados no orçamento da União com as seguintes categorias, exemplificativamente:

## a) Natureza alimentícia – Pessoal (art. 100, § 1º A, da CF)

Elemento de despesa: 3.1.90.91

- Salários
- Vencimentos
- Proventos
- Pensões
- Indenizações por morte
- Indenização por invalidez

Observação: excetuam-se dessa classificação os débitos de natureza alimentícia decorrentes de benefícios previdenciários requeridos em face do fundo do regime geral da Previdência Social, que terão a classificação de elemento de despesa 3.3.90.91.

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, 04 DE ABRIL DE 2010

b) Natureza comum – Outras despesas correntes

Elemento de despesa: 3.3.90.91

- Aluguéis
- Contratos
- Outras indenizações
- Repetições de indébito

c) Desapropriação – Inversão financeira

Elemento de despesa: 4.5.90.91

- Desapropriações de imóveis

Para classificação da natureza da despesa orçamentária, deve-se considerar a categoria econômica, o grupo de despesa respectivo, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. A classificação da natureza da despesa, conforme o *Manual Técnico de Orçamento*, é composta de:

a) Categoria econômica da despesa, subdividida em:

· Despesa corrente: classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

· Despesa de capital: classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital.

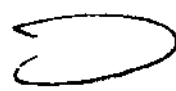
b) Grupo de natureza da despesa: agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

c) Modalidade de aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

d) Elemento de despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gastos, tais como vencimentos e vantagens fixas, diárias, material de consumo, serviços de terceiros, dentre outros, de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

Essa classificação é representada por um código composto de seis algarismos (= > 3.1.90.91, 3.3.90.91 ou 4.5.90.91) como exemplificado a seguir:

**Exemplos de codificação 3.1.90.91:**



28 DEZ 09 764339

1º dígito = > Categoria econômica (3 = despesas correntes)

2º dígito = > Grupo de despesas (1 = pessoal e encargos sociais)

3º e 4º dígitos = > Modalidade de aplicação (90 = aplicação direta)

5º e 6º dígitos = > Elemento de despesa (91 = débitos judiciais)

## 2.4 Classificação quanto à forma de pagamento

As regras atuais, introduzidas pela EC nº 30/2000 e regulamentadas pelas resoluções do CJF, permitem as seguintes formas de pagamento:

### 2.4.1 Pagamento em parcela única

Trata-se de regra aplicável aos débitos definidos em lei como de pequeno valor, aos de natureza alimentícia, aos de que trata o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações, aos que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo e aos que decorram de ações iniciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999.

### 2.4.2 Pagamento de forma parcelada

O parcelamento diz respeito, exclusivamente, aos débitos de natureza comum, àqueles não definidos em lei como de pequeno valor, e àqueles originários de desapropriação, pendentes de pagamento na data de promulgação da EC nº 30/2000 e que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999.

## 3. REGRAS PARA O PARCELAMENTO

### 3.1 Débitos Judiciais da Fazenda Federal

#### 3.1.1 Art. 78, caput, do ADCT (EC nº 30/2000):

*Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.*

28 DEZ 09 764339

### 3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos

REGISTRADO E MICROFILMADO

Em relação aos débitos judiciais da Fazenda Federal sujeitos ao parcelamento, aplicam-se as regras dos atos normativos vigentes, nos seguintes termos:

a - os créditos individualizados por beneficiário, cujo valor seja superior a 60 (sessenta) salários-mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a esse valor, excetuando-se o resíduo, se houver;

b - os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores individualizados ultrapassem o limite imposto à requisição de pequeno valor, serão divididos em duas parcelas, iguais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver; e

c - os juros legais, à taxa de 6% a.a. (seis por cento ao ano), serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela.

### 3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público

No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal, Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), o parcelamento obedecerá ao disposto nos arts. 78 e 87 do ADCT, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo ente federativo.

## 4. ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O processo de inclusão dos débitos judiciais no orçamento se dá anualmente nos prazos definidos em lei.

### 4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal

Os procedimentos adotados se basam não só nos dispositivos da CF como também nas determinações da LDO e representam, basicamente, os seguintes estágios:

1º – Proposição orçamentária inicial, proveniente dos TRFs:

2805709 764328  
Cada unidade gestora (Tribunais Regionais Federais) encaminha, sob forma de banco de dados, a relação de dados cadastrais dos precatórios à setorial orçamentária (CJF) para consolidação em um só banco de dados da Justiça Federal.

2ª - Conversão em projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Executivo:

O Conselho da Justiça Federal encaminha os bancos de dados consolidados ao órgão de planejamento do Poder Executivo (Secretaria de Orçamento Federal – SOF – do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) que, por sua vez, consolida as propostas de toda esfera federal e as encaminha, sob forma de projeto de lei, ao Legislativo.

3ª - Aprovação, sanção e publicação da LOA:

Aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, a proposta orçamentária é transformada em Lei Orçamentária Anual que, promulgada, estima a receita e fixa a despesa.

4ª - Disponibilidade dos respectivos créditos às unidades orçamentárias:

A SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminha, através do Sistema Integrado de Administração Financeira Federal (Siafi), os créditos orçamentários para registro em cada unidade devedora.

Por força do que dispõe a LDO, as dotações orçamentárias das autarquias e das fundações públicas, destinadas ao pagamento de requisições judiciais, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, são integralmente descentralizadas aos tribunais que proferirem as decisões exequêndas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.

A referida descentralização é feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após a publicação da lei orçamentária e dos créditos adicionais.

4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Os recursos orçamentários para pagamento das RPVs advêm de estimativas anuais, para inclusão na LOA do exercício seguinte.

Esse procedimento permite que se consigne aos TRFs créditos necessários para atender, no prazo de 60 dias, contados da apresentação no Tribunal, todas as RPVs que sejam apresentadas ao longo do exercício.



#### 4.1.2 Precatórios - PRC

28 DEZ 09 764339

No caso dos precatórios, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na LOA de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1º de julho do ano seguinte (CF, art. 100, § 1º).

Imediatamente após a apresentação dos bancos de dados ao Conselho da Justiça Federal, o Tribunal deverá encaminhar aos órgãos e entidades devedoras a relação de débitos a serem incluídos no orçamento, a fim de que estes verifiquem eventuais divergências a serem comunicadas à SOF/MP, conforme determinado na LDO.

Com a publicação da LOA, os créditos orçamentários são consignados às entidades e descentralizados integralmente aos tribunais, conforme determina a LDO.

Considerando as regras vigentes, os recursos financeiros correspondentes são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao órgão setorial de programação financeira da Justiça Federal para posterior liberação aos tribunais.

#### 4.1.3 Prazos

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina, em seu art. 35, § 2º, II e III, os prazos descritos abaixo:

##### 4.1.3.1 Para o projeto da LDO

*Art. 35, § 2º, II: O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.*

##### 4.1.3.2 Para o projeto da LOA

*Art. 35, § 2º, III: O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.*

Os prazos constitucionais são limites impostos ao encaminhamento dos projetos de lei por parte do chefe do Executivo. Administrativamente, para que os mesmos possam ser

28 DEZ 09 764339

cumpridos, os setores de orçamento definem prazos internos para apresentação das propostas orçamentárias.

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Outros prazos definidos para o processamento dos débitos judiciais dizem respeito ao período de inscrição dos requisitórios para pagamento:

a) Para precatórios:

*Art. 100, § 1º, da CF: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (grifo nosso)*

b) Para RPVs:

Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias, fundações de direito público e demais órgãos incluídos no orçamento geral da União, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições em ordem cronológica, contendo os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal.

#### 4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades

##### 4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Em se tratando de débitos judiciais de outras entidades, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo pagamento, que deverá ser realizado em conta de depósito judicial à disposição do respectivo juízo, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT e nas leis específicas dos respectivos entes da Federação.

##### 4.2.2 Precatórios - PRC

Quanto aos débitos judiciais de outras entidades sujeitos a pagamento por precatório, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao respectivo TRF.

Nesse caso, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na Lei Orçamentária do respectivo ente da Federação de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, superiores

aos limites fixados no art. 87 do ADCT e nas respectivas leis específicas, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho do ano determinado e 1º de julho do ano seguinte.

Encerrado o período previsto na CF (art. 100, § 1º), o TRF encaminhará ofício à entidade devedora, requisitando os recursos financeiros, que deverão estar disponíveis até 31 de dezembro do exercício em cujo orçamento o débito for incluído.

Uma vez publicada a Lei Orçamentária e havendo recurso financeiro disponível, a entidade devedora deverá realizar depósito à disposição do TRF que expediu a requisição de pagamento.

## 5. ESTÁGIOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira dos precatórios e RPVs passa por quatro estágios (Lei nº 4.320/64 e Resoluções do CJF):

**1ª - Fixação:** compreende o período de inclusão dos débitos no orçamento, descrito no capítulo II, item 4.1 deste *Manual*.

**2ª - Empenho:** é o ato emanado de autoridade competente que cria, para a entidade devedora, obrigação de pagamento. Não se admite realização de despesa sem prévio empenho.

**3ª - Liquidação:** consiste na apropriação da despesa após a identificação do beneficiário e a verificação do crédito a ser pago, tendo por base o requisitório expedido e os dados cadastrados do débito.

**4ª - Depósito:** os valores executados são depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

## 6. RETIFICAÇÕES E DEVOLUÇÕES NO ORÇAMENTO

### 6.1 Retificações

O orçamento, embora seja um instrumento rígido e formal, excepcionalmente está sujeito a retificações durante sua execução. A legislação orçamentária prevê a possibilidade da abertura de créditos adicionais para atender a situações não previstas ou insuficientemente dotadas.



28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E INDEXADO  
FILMADO  
PROSEC. GERAL - CAPITAL - RJ

Os recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais, quando não dotados ou insuficientemente dotados, poderão ser acrescidos de créditos adicionais.

Esses créditos adicionais supõem erro na estimativa do índice de correção monetária ou erro material ocorrido no Tribunal. A respectiva obtenção depende de ato legislativo, salvo remanejamento de créditos já existentes e não utilizados.

No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração de natureza do crédito ou outra que implique em aumento da despesa prevista no orçamento, devendo ser cancelada e expedida novamente.

## 6.2 Devoluções

Representam estornos resultantes de cancelamentos totais ou parciais de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, bem como de outras entidades.

Havendo cancelamento de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, o montante originário dos créditos, desde que do mesmo exercício financeiro, retornam à dotação orçamentária correspondente, recolhendo-se ao Tesouro os rendimentos; quando disserem respeito a exercícios anteriores, os respectivos valores e rendimentos também serão recolhidos ao Tesouro.

Havendo cancelamentos de depósitos decorrentes de obrigações de outras entidades, os recursos lhe serão devolvidos, com os rendimentos, independentemente de ocorrerem no mesmo exercício financeiro ou em outro, total ou parcialmente, conforme a abrangência do cancelamento.

## 7. RESTOS A PAGAR E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 7.1 Restos a pagar

Restos a pagar são débitos empenhados, inscritos como obrigações a pagar no exercício financeiro subsequente, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64:

*Art. 36: Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro (...)*

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO, 15 DE DEZEMBRO DE 2009 - RJ

## 7.2 Despesas de exercícios anteriores

*Art. 37 da Lei nº 4.320/64: As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.*

O presidente do Tribunal, como ordenador de despesa, no ano em que as despesas devam ser pagas, é a autoridade competente para, mediante pronunciamento expresso, reconhecer como devido o débito.

### III - PROCEDIMENTOS AFETOS A EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO

#### 1. ESPÉCIES DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

As requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos, como visto no item 2.2 do Título II: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

São considerados precatórios as requisições de pagamento cujo valor do crédito por beneficiário, atualizado, seja superior a:

- 60 salários-mínimos, nos casos de entidades federais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 17, § 1º, Lei nº 10259/2001);
- 40 salários-mínimos, nos casos de entidades estaduais e distritais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT); ou
- 30 salários-mínimos para entidades municipais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT).

Os créditos de valores iguais ou inferiores aos limites acima mencionados serão processados por RPV, respeitada a regra estabelecida no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 37/2002.

28 DEZ 09 764339

Se numa mesma ação, a condenação não for uniforme em relação aos litisconsortes, enquadrando-se em relação a alguns dentro do limite da RPV e quanto a outros exorbitando dele, as requisições de pagamento deverão ser feitas de acordo com o respectivo montante; as execuções que excederem o limite da RPV serão pagas mediante precatório, e aquelas que ficarem dentro desse limite serão pagas por RPV.

Os débitos de pequeno valor subdividem-se entre aqueles provenientes dos juizados especiais federais (JEFs), oriundos de ações que seguiram o rito previsto na Lei nº 10.259/2001 e as Requisições de Pequeno Valor (RPV), originárias das Varas Federais ou Estaduais com competência delegada.

O procedimento e a forma de requisições de pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado devem obedecer aos requisitos e forma de processamento previstos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nas Resoluções do Conselho da Justiça Federal; deve também ser observada a regulamentação interna específica dos Tribunais Regionais Federais, se houver.

## 2. PROCEDIMENTOS PARA EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da execução e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal e as Resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como a regulamentação interna de cada Tribunal.

### 2.1 Requisições expedidas pelas Varas Comuns Federais e Estaduais:

#### Requisitos:

a) Número do processo de execução: informar o número do processo originário da requisição de pagamento. Será informado o número do processo de conhecimento, quando a fase de execução for processada nos mesmos autos e sob o número do processo de execução que deu origem a requisição de pagamento, se processada em outros autos.

b) Data do ajuizamento do processo de conhecimento: Informar a data de protocolo da petição inicial da ação de conhecimento. Especial atenção deve ser dada aos casos de execuções provenientes de ações civis públicas, que podem gerar mais de uma execução. A finalidade da data de ajuizamento é definir o parcelamento do precatório.

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data do ajuizamento da ação de execução.

28 DEZ 09 764339

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se da relação de direito material que deu causa à ação, a qual já está previamente identificada desde a distribuição do processo, à vista da Tabela de Assuntos.

Esse campo auxilia na fixação da classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento, bem como permite levantamentos estatísticos acerca do tipo de ação que está originando os débitos.

Nem sempre a obrigação mencionada nesse campo corresponde ao crédito requisitado. Por exemplo, numa ação de anulação de lançamento fiscal, a relação material controvertida tem natureza tributária. Se bem sucedida, o efeito da sentença será duplice: constitutivo-negativa do lançamento fiscal; condenatória da entidade pública em relação aos honorários de advogado. Nesse contexto, a natureza da obrigação a que se refere o pagamento é tributária, mas a requisição de pagamento tem por objeto honorários de advogado, que podem ter natureza alimentícia, dependendo do entendimento do juiz da causa.

Observação: em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT. Se houver, nos autos originários, comprovação de que o imóvel era residencial e único na época da imissão na posse, explicitar na requisição para que o pagamento seja efetuado em duas parcelas.

d) Nomes das partes e de seus procuradores: tanto no PRC quanto na RPV, temos como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão "e outro(s)", se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e números no CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

20 DEZ 09 764339

f) Natureza do crédito: Indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentar. O reflexo dessa indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3).

Quando os beneficiários, ou um deles, tiverem, numa mesma execução, créditos de natureza comum e créditos de natureza alimentícia, o pagamento deverá ser processado por meio de requisições autônomas.

Se, ao invés disso, uma só requisição for emitida, abrangendo créditos de natureza diferente, será ela processada de acordo com a natureza do crédito principal.

A parcela da condenação, comprometida como honorários de advogado por força de ajuste contratual, não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para os efeitos da espécie de requisição. Conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

g) Espécie da requisição: indicar uma das seguintes espécies (vide capítulo II, item 2.2):

1) RPV: nos casos em que o valor total da execução, de cada beneficiário, não seja superior ao limite do pequeno valor.

2) Precatório: quando o valor total da execução, por beneficiário, for superior ao limite de pequeno valor.

h) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: Informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

i) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: este dado se destina à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais, quando da elaboração de proposta orçamentária anual, do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a data do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.



28 DEZ 09 764339

j) Data do trânsito em julgado da sentença ou acordo no processo de conhecimento: fica vedada a expedição de requisição em execução provisória de sentença (S. 1º do art. 100 da CF).

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data referente no próximo item.

l) Data da preclusão à oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado decisão ou sentença de liquidação:

1) se, após a regular citação ou intimação do devedor, não forem opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos, informar a data da preclusão.

2) se houve embargos à execução ou impugnação aos cálculos, informar a data de trânsito em julgado da decisão que julgou o incidente.

m) Valor total, por beneficiário, do crédito executado:

Em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar ou suplementar:

1) **Requisição originária:** é aquela que requisita o valor total proposto na execução.

2) **Requisição complementar:** é aquela utilizada para o pagamento de diferenças:

a) de **juros** resultantes da mora no período entre a data-base do cálculo de liquidação e o dia 1º de julho (data da atualização), quando se tratar de precatório, e se for requisição de pequeno valor, do aludido termo inicial até a data da respectiva apresentação no Tribunal;

b) de **correção monetária**, no período entre a data da sentença de liquidação e o dia 1º de julho (data da apresentação), quando o indexador adotado judicialmente for maior do que o IPCA-E, e se for requisição de pequeno valor, o aludido termo inicial até a respectiva apresentação no Tribunal.

3) **Requisição parcial:** é aquela expedida para os casos de valor incontroverso, ou seja, o valor não-embargado ou não-impugnado.

4) **Requisição suplementar:** é aquela emitida para o pagamento de valor residual que deixou de constar da requisição originária porque, sobre a respectiva certeza e liquidez, ainda não havia trânsito em julgado; ou ainda aquela expedida para o pagamento de créditos não incluídos na requisição originária em razão de erro material.

28 DE JUL 09 764339  
5) Valor total da execução: Informar o valor total apurado, por beneficiário, na conta de liquidação em que se baseou a decisão executada, ou seja, o valor já apurado na primeira conta sobre a qual não pairam discussões. Sobre esse valor, na requisição parcial, na complementar ou suplementar, deve ser baseada a fixação do procedimento: precatório ou requisição de pequeno valor.

Na requisição parcial, na complementar e na suplementar, a espécie de requisição, se precatório ou RPV, será identificada pelo valor total da execução na data da primeira requisição.

Quando se tratar de requisições de pagamento parciais, suplementares e complementares, deve ser informado, além do valor a ser pago por beneficiário, o valor total da execução por beneficiário, bem como a data-base, para verificação do cumprimento do § 4º do art. 100 da Constituição Federal, a fim de impedir o fracionamento da execução, de forma a evitar que parte do pagamento se faça por requisição de pequeno valor e parte mediante precatório. Das razões acima expostas, depreende-se que, para fins de classificação da espécie de requisição, deve-se considerar o *valor total do crédito executado por beneficiário*, e não o valor que está sendo requisitado. Conseqüentemente, é facultada a expedição de requisitório complementar ou suplementar, desde que observado o valor total da execução para definição da espécie de requisição.

No caso de requisição de pagamento complementar ou suplementar de valor superior ao limite de 60 salários-mínimos, se a data da primeira requisição, processada como RPV, for anterior a 13.06.2002, não se aplica a vedação contida no § 4º *in fine* do art. 100 da CF, sob pena de cercear o credor de seu direito de receber o crédito. Se posterior, Incabível o pagamento hora por PRC ora RPV, devendo ser considerada a totalidade do crédito para definição do procedimento.

## 2.2 Requisições expedidas pelos Juizados Especiais Federais

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da causa e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal, na Lei que trata dos juizados especiais federais e nas resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como na regulamentação interna de cada Tribunal, devendo dela constar os seguintes dados:

a) Número do processo: neste campo, deve ser informado o número do processo originário da requisição de pagamento.

b) Data do ajuizamento: informar a data do ajuizamento da ação.

28 DEZ 09 764339

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se do assunto da ação. Esta informação auxilia a classificação orçamentária, bem como permite estatísticas acerca do tipo de ação que está originando os débitos. (Vide item 2.1, c, deste capítulo.)

d) Nomes das partes e de seus procuradores: têm-se como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão "e outro(s)", se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e respectivos números de CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os respectivos CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) Natureza do crédito a que se refere o pagamento: indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentícia. O reflexo desta indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3)

g) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

h) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: esse dado destina-se à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais quando da elaboração do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

i) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão: deve ser informada a referida data. Nos casos de sentença homologatória de acordo, deve ser informada a data da sentença.

## IV - PROCEDIMENTOS ADOTADOS NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

28 DEZ 09 764339

## REGISTRADO E MICROFILMADO

Como já mencionado no item 2.2 do título anterior, as requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos: precatórios (PRC) e requisições de pequeno valor (RPV). De acordo com essa divisão teremos algumas particularidades quando do seu processamento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais.

## 1. CLASSIFICAÇÃO, VERIFICAÇÃO DOS DADOS OBRIGATORIOS E LANÇAMENTO

Este capítulo tem como objetivo traçar somente as principais etapas de processamento e algumas de suas implicações, uma vez que cada Tribunal possui peculiaridades próprias de acordo com a respectiva realidade.

## 1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios

Um dos requisitos previstos em Resolução do CJF diz respeito à definição da natureza do crédito e da espécie da requisição. Por essa indicação será definido o procedimento a ser adotado no processamento da requisição.

Acrescentamos ainda ser indispensável a verificação, em cada TRF, da existência de eventual modelo a ser utilizado pelo respectivo juízo da execução, uma vez que, tendo por base esse documento, será realizada a análise pelo setor competente.

## 1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento

Apresentada a requisição de pagamento perante cada Tribunal, essa receberá um número de protocolo, que firmará a ordem cronológica de pagamento, caso atendidos os requisitos legais.

## 1.1.2 Classificação e análise de dados

O procedimento de classificação e análise de dados representa, primeiramente, a definição da espécie de requisição, se RPV ou PRC, a fim de que a mesma se transforme em um processo e ganhe um número de registro. No caso das RPs, nem todas as Regiões realizam o registro de um processo por requisição recebida, podendo reuni-las em um único expediente para, posteriormente, elaborar a requisição para pagamento mensal.

A análise dos dados implica, também, verificação da ausência de um dos requisitos exigidos por lei e/ou ato normativo, ou a incorreção, quando possível, dos mesmos. Por exemplo, no caso da falta de um dado indispensável, previsto em Resolução, o ofício será devolvido ao juízo de origem para regularização, independentemente de lançamento.

28 DEZ 09 764339

A ausência ou a incorreção de algum campo de preenchimento obrigatório implicará cancelamento do registro da requisição, com a consequente devolução da mesma ao juízo da execução, passando a integrar o sistema de dados informatizado do Tribunal somente para fins de consulta.

Na constatação de que todos os dados necessários estão presentes na requisição, esta será analisada à luz de ato normativo, registrada, e terá seus dados lançados no sistema informatizado do Tribunal.

## 1.2 Lançamento

### 1.2.1 Dados de lançamento

No sistema informatizado de cada Tribunal Regional Federal serão lançados os dados referentes ao registro do processo (partes, procuradores, CPF e número), alguns elementos do processo de origem (data de ajuizamento do processo originário, natureza da obrigação ou assunto) e outras informações constantes do ofício requisitório de pagamento (valor solicitado para cada beneficiário com a data dos respectivos cálculos, natureza do crédito e data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão).

Essas informações objetivam a percepção dos créditos por parte dos Jurisdicionados, bem como a exatidão dos pagamentos a serem realizados pela Fazenda Pública, com um resultado justo e equilibrado também no cumprimento das decisões judiciais.

Além de todos os elementos fornecidos pelo juízo da execução, os tribunais deverão lançar outros dados que comporão a proposta orçamentária, em cumprimento às definições do Conselho da Justiça Federal, embasadas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas determinações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São exemplos: elementos para a classificação do débito judicial no orçamento, código da entidade executada, categoria econômica, grupo e elemento de despesas, modalidade de aplicação, código das Varas no Siafi etc.

### 1.2.2 – Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados

#### a) Requisições de pequeno valor:

Todas as requisições de pagamento de pequeno valor recebidas no Tribunal entre os dias 1º e 30 de determinado mês, se regulares, terão seus dados lançados em bancos de dados que deverão ser encaminhados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, até o sétimo dia útil de cada mês; delas constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, série Especial, calculado pelo

28 DEZ 09, 764339  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-E/IBGE), fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até o período de recebimento (1ª a 30 de cada mês) da requisição no Tribunal. (VOT 11 - RJ)

Alguns tribunais divulgam tabela para embasar a verificação de valores, a fim de não haver necessidade de elaboração de novos cálculos antes da requisição.

b) Precatórios:

Todas as requisições de pagamento, cujos procedimentos forem definidos como precatórios, recebidas no Tribunal no período compreendido entre 2 de julho de um ano até 1ª de julho do outro ano, se regulares, terão seus dados lançados e seus créditos incluídos em proposta orçamentária para pagamento no exercício seguinte, a ser encaminhada à SPO/CJF, no prazo definido pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na proposta orçamentária encaminhada por meio de banco de dados, constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo IPCA-E/IBGE, conforme disciplinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até 1ª de julho do ano em que for elaborada a proposta.

## 2. ELABORAÇÃO E TRÂMITE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Todos os procedimentos narrados no item 1 deste capítulo são etapas da elaboração da proposta orçamentária, quer das RPVs quer dos PRCs.

Assim, podemos fixar como etapas da elaboração:

- conferência da requisição de pagamento;
- registro e lançamento dos dados e elementos necessários no sistema informatizado;
- verificação de eventual duplicidade de solicitação do crédito;
- atualização dos valores requisitados; e
- migração para banco de dados.

Em continuação, teremos o seguinte trâmite:

- envio do banco de dados às áreas de orçamento dos TRFs para conferência;

- remessa do banco de dados pela área de orçamento dos TRFs a SPO/CJF;

REGISTRADO E MICROFILMADO  
- conferências, pela SPO/CJF, e consolidação das propostas encaminhadas pelos TRFs, a fim de formar uma ordem cronológica única; e

- remessa da proposta orçamentária pela SPO/CJF à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento.

### 3. REPASSE DE VERBA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO OU AO BENEFICIÁRIO DO CRÉDITO

Aprovado o orçamento para o pagamento das decisões judiciais transitadas em julgado, os recursos financeiros são gradativamente liberados e repassados aos tribunais, para que sejam realizados os pagamentos dos créditos solicitados, na estrita ordem cronológica de sua apresentação, sendo que os de natureza alimentícia têm precedência sobre os de natureza comum.

#### 3.1 Atualização monetária e juros

Após a inclusão em proposta, os valores requisitados serão atualizados a partir de 1º de julho respectivo até a data do efetivo pagamento, conforme preconizado pelo art. 100 da Constituição Federal, pelo mesmo índice utilizado quando da elaboração da proposta orçamentária - o IPCA-E/IBGE.

##### 3.1.1 Atualização monetária

###### a) Requisições de Pequeno Valor:

No caso das RPVs, a atualização dar-se-á a partir do mês anterior ao encerramento da respectiva requisição mensal até o mês do pagamento (com o índice divulgado no mês anterior).

b) Precatórios não parcelados (alimentícios, créditos não superiores ao limite do pequeno valor e créditos superiores a esse limite, cuja ação originária tenha sido proposta após 31/12/1999):

No caso dos precatórios não passíveis de parcelamento, a atualização dar-se-á a partir do mês de encerramento da respectiva proposta orçamentária anual (julho) até o mês em que efetivado o pagamento (com o índice divulgado no mês anterior). O critério será praticamente o mesmo utilizado para as RPVs.

Quanto à transferência do numerário destinado à quitação do depósito por parte da Fazenda, este também será depositado em conta remunerada de instituição bancária oficial, da mesma forma que as RPVs.

2802209 764339  
REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - RJ

c) Precatórios parcelados (natureza comum, desapropriação e créditos superiores ao limite do pequeno valor, cuja ação originária tenha sido proposta até 31/12/1999);

No caso de parcelamento, devemos atentar para dois pontos específicos: valor mínimo de cada parcela e incidência de juros, de 6% ao ano, a partir da segunda parcela.

c.1) Valor mínimo de cada parcela:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias vem repetindo a cada ano a norma de que nenhuma parcela poderá ser inferior ao limite do pequeno valor, exceto o resíduo. Dessa forma, se tivermos um crédito atualizado de R\$10.000,00 contra a Fazenda Federal, cujo procedimento adotado foi o PRC, mesmo que a natureza desse crédito seja comum, seu pagamento, pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$ 300,00, não será parcelado.

Dispõe ainda o art. 78 do ADCT que o pagamento desses precatórios será feito em até dez parcelas, e não necessariamente em dez. Assim, exemplificativamente, um crédito atualizado de R\$20.000,00 contra a Fazenda Federal, seu pagamento dar-se-á pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$300,00, em duas parcelas. A primeira no valor de R\$18.000,00, além da correção monetária e, a segunda, no valor de R\$2.000,00, corrigida monetariamente e acrescida de juros de 6% ao ano.

Sempre que alterado o valor do salário-mínimo, os tribunais farão o reparcèlement dos créditos oriundos dos precatórios, automaticamente.

### 3.1.2 Juros

A incidência de juros dar-se-á somente nos casos de precatórios parcelados, a partir do pagamento da segunda parcela até a quitação total do crédito, tendo como termo inicial o mês de janeiro e termo final o mês anterior ao do pagamento, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## V - PROCEDIMENTOS POSTERIORES AOS DEPÓSITOS EFETUADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

### 1. COMUNICAÇÃO AO JUÍZO REQUISITANTE E ÀS PARTES



28 DEZ 09 764339

Os depósitos dos valores destinados aos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor serão feitos em instituição bancária oficial, sem conta remunerada individualizada. O Tribunal enviará comunicado desta operação ao juízo da execução, que identificará as partes.

O juízo da execução deverá comunicar ao Presidente do Tribunal, de imediato, qualquer fato que impeça o saque, a fim de que este determine o bloqueio dos valores até decisão final.

Os saques dos depósitos efetuados pelo Tribunal, sem expedição de alvará, regem-se pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários. Essa modalidade de saque se aplica às requisições de pequeno valor expedidas pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005 e aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004, mantido o levantamento por alvará para os precatórios e requisições de pequeno valor, expedidos pelas varas estaduais com competência delegada.

Já o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum dependerá de alvará judicial, a ser expedido mediante a apresentação ao juízo da causa de Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como de Certidão de Regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a entidade pública devedora.

*(Conforme Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Precatórios, visando à uniformização dos procedimentos atinentes ao cumprimento do art. 19 da Lei nº 11.033/2004 – Processo Administrativo/CJF/STJ nº 2005.16.1748, julgado em 24.02.2005).*

#### 1.1 Imposto de renda retido na fonte

Nos termos da Lei nº 10.833/2003, alterada pela Lei nº 10.865/2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição bancária responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do saque. Fica dispensado da retenção do imposto o beneficiário que declarar, perante a instituição financeira depositária, que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no Simples (art. 27, §§ 1º e 2º).

### VI – PROCEDIMENTOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CJF

#### 1. COMPETÊNCIA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL

De acordo com o art. 2º da Lei nº 8.472/92, as atividades de planejamento, orçamento e finanças, na Justiça Federal, devem ser organizadas em forma de sistema, tendo como órgão central o Conselho da Justiça Federal.



2805700-764300  
Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da mencionada Lei, editada a Resolução nº 94, de 11/06/93, que estabeleceu a organização e as diretrizes básicas de funcionamento do sistema de planejamento, orçamento e finanças da Justiça Federal.

Esse sistema tem como órgão central a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, como órgãos setoriais os Tribunais Regionais Federais e como órgãos seccionais as seções judiciárias.

Ao órgão central do sistema compete coordenar, planejar e orientar as atividades relacionadas com a administração dos recursos orçamentários e financeiros da Justiça Federal de 1ª e 2ª graus e da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

## 1.1 Principais atribuições

### 1.1.1 Atribuições genéricas

a) Promover a padronização e racionalização dos procedimentos orçamentários, financeiros e operacionais em todos os níveis de atividade do Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças da Justiça Federal;

b) Propor normas com vistas a regulamentar os atos de administração dos recursos orçamentários e financeiros, bem como sua execução no âmbito da Justiça Federal;

c) Coordenar e orientar as atividades de elaboração dos orçamentos anuais, plurianuais, de créditos adicionais e das alterações no detalhamento da despesa, bem como a programação financeira de desembolso, de acordo com a legislação pertinente;

d) Examinar, consolidar e encaminhar as propostas orçamentárias ao Secretário-Geral para posterior aprovação pelo Conselho da Justiça Federal e pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça;

e) Elaborar e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional a programação financeira da Justiça Federal, com base na legislação vigente;

f) Elaborar e publicar, conforme determinam a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e as Leis de Diretrizes Orçamentárias, o cronograma anual de desembolso mensal dos recursos financeiros da Justiça Federal;

28 DEZ 09 764339

g) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais e Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, com base na programação financeira aprovada e nas prioridades indicadas e apuradas nos cronogramas de desembolso das Unidades.

### 1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais

São também da responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal:

a) Verificar se os bancos de dados relativos aos precatórios da Administração Direta e Indireta, enviados pelos Tribunais Regionais Federais para inclusão na Proposta Orçamentária, estão de acordo com a LDO e as Resoluções do CJF, bem como com a estrutura aprovada em reuniões do Grupo de Trabalho constituído por Portaria do Presidente do Conselho da Justiça Federal;

b) Encaminhar os referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento às determinações das leis de diretrizes orçamentárias;

c) Verificar se os bancos de dados das requisições de pequeno valor, enviadas mensalmente pelos tribunais, estão de acordo com a LDO, Resoluções do Conselho da Justiça Federal, bem como com as recomendações do aludido Grupo de Trabalho;

d) Orientar, analisar, consolidar e encaminhar as solicitações de créditos adicionais relativas às sentenças judiciais transitadas em julgado à Secretaria de Orçamento Federal;

e) Promover a migração dos dados para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) em cumprimento às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

f) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais para pagamento dos precatórios e requisições de pequeno valor, com base na programação financeira aprovada e nos cronogramas elaborados por data de autuação, para cumprimento da ordem cronológica.

## 2. ENCAMINHAMENTO DOS BANCOS DE DADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS À SPO/CJF

### 2.1 Precatórios

28 DEZ 09 764338

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos aos precatórios à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, observando as exigências da LDO, a estrutura previamente aprovada e o prazo interno estabelecido com base no prazo final estipulado pela LDO, para o envio dos referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal.

## 2.2. Requisições de pequeno valor

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos às requisições de pequeno valor, mensalmente, até o 7º dia útil do mês posterior ao do recebimento, com base na LDO, Resoluções do Conselho, de acordo com a estrutura previamente aprovada.

## 3. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS AOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

### 3.1 Precatórios

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.1 do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará nos tribunais se houve alterações nos bancos de dados de precatórios, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

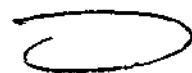
### 3.2 Requisições de pequeno valor:

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.2. do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará se estão de acordo com a LDO, com as Resoluções do Conselho, bem como com a estrutura predefinida, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

Estão anexadas ao presente *Manual* as normas vigentes.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DO GRUPO

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
FIO DE JACINTO DE CASTILHO - RJ

## Anexos

Presidência da República

28 DEZ 09

764339

Casa Civil REGISTRADO E MICROFILMADO

RIO DE JANEIRO, CAPITAL, RJ

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

(...)

Art. 100. à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Presidência da República  
28 DEZ 09 764339  
Casa Civil  
REGISTRADO E MICROFILMADO  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000**

Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórios judiciais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100. ...."

"§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente."(NR)

"§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado." (AC)\*

"§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito."(NR)

"§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado."(NR)

"§ 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público." (AC)

"§ 5º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade." (AC)

Art. 2º É acrescido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o art. 78, com a seguinte redação:

"Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais

28 DEZ 09 764339  
RECEBIDO E LIQUIDADO  
Transitórias e suas complementações e os que já tiveram os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos." (AC)

"§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor." (AC)

"§ 2º As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora." (AC)

"§ 3º O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da lmissão na posse." (AC)

"§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação." (AC)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 13 de setembro de 2000



Presidência da República 09 764339

### Case Given

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37, DE 12 DE JUNHO DE 2002**

**Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal**

e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88

**ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

*As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:*

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º, renumerando-se os subsequentes:

"Art. 100. ....

**§ 4º** São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

....."(NR)

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**Brasília, em 12 de junho de 2002**

Presidência da República 28 DEZ 09 764339

**Casa Civil REGISTRADO E MICROFILMADO**

### Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.**

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

**Art. 3º** Compete ao Juizado Especial Federal Civil processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

**§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:**

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a Impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

**Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.**

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

28 DEZ 09 764339

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Civil:

I - como autores, as pessoas físicas e as ~~microempresas e empresas de pequeno porte~~, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II - como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do caput, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

2805709 764339  
REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Reglão será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequentemente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no § 7º, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os habeas corpus e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer julgo de retratação ou declará-los prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta Lei, será processado e julgado segundo o estabelecido nos §§ 4º a 9º do art. 14, além da observância das normas do Regimento.

Art. 16. O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

28 DEZ 09 764339

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quando certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade competente para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por decisão do Tribunal Regional Federal. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo período de dois anos, admitida a recondução. O exercício dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Código de Processo Penal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

Art. 19. No prazo de seis meses, a contar da publicação desta Lei, deverão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na capital dos Estados, no Distrito Federal e em outras cidades onde for necessário, neste último caso, por decisão do Tribunal Regional Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual.

Art. 21. As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da Turma Recursal ou na Região.

§ 2º A designação dos juizes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antigüidade e merecimento.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão coordenados por Juiz do respectivo Tribunal Regional, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando exigirem as circunstâncias, poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal, com antecedência de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá limitar, por até três anos, contados a partir da publicação desta Lei, a competência dos Juizados Especiais Cíveis, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Competirá aos Tribunais Regionais Federais prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento dos Juizados Especiais.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor seis meses após a data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Paulo de Tarso Tamos Ribeiro*

*Roberto Brant*

*Gilmar Ferreira Mendes*

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ**LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.**

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 27. O Imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal.

§ 1º Fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no SIMPLES.

§ 2º O imposto retido na fonte de acordo com o **caput** será:

I - considerado antecipação do imposto apurado na declaração de ajuste anual das pessoas físicas; ou

II - deduzido do apurado no encerramento do período de apuração ou na data da extinção, no caso de beneficiário pessoa jurídica.

§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, bem como apresentar à Secretaria da Receita Federal declaração contendo informações sobre: (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

I - os pagamentos efetuados à pessoa física ou jurídica beneficiária e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

II - os honorários pagos a perito e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

III - a indicação do advogado da pessoa física ou jurídica beneficiária. (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de fevereiro de 2004 (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

(...)

Brasília, 29 de dezembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Presidência da República

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
CASA CIVIL

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.**

Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nº 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004;

e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas: (Vigência)

I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III - 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV - 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:

I - os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II - em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do caput deste artigo serão contados a partir:

a) de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.

§ 2º No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:

I - os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;



28.057.08 764339

II - na hipótese de fundos de investimentos com prazo de carência de até 90 (noventa) dias para resgate de quotas com rendimento, a incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o inciso I deste parágrafo ocorrerá na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento, sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

III - por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento);

II - aos títulos de capitalização, no caso de resgate sem ocorrência de sorteio, cujos rendimentos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento).

§ 4º Ao fundo ou clube de investimento em ações cuja carteira deixar de observar a proporção referida no art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, aplicar-se-á o disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º deste artigo, a partir do momento do desenquadramento da carteira, salvo no caso de, cumulativamente, a referida proporção não ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira, a situação for regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias e o fundo ou clube não incorrer em nova hipótese de desenquadramento no período de 12 (doze) meses subsequentes.

§ 5º Consideram-se incluídos entre os rendimentos referidos pelo art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, os predeterminados obtidos em operações conjugadas, realizadas nos mercados de opções de compra e de venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box), no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão.

§ 6º As operações descritas no § 5º deste artigo, realizadas por fundo ou clube de investimento em ações, não integrarão a parcela da carteira aplicada em ações, para efeito da proporção referida no § 4º deste artigo.

§ 7º O Ministro da Fazenda poderá elevar e restabelecer o percentual a que se refere o art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Art. 2º O disposto no art. 1º desta Lei não se aplica aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e semelhantes, inclusive **day trade**, que permanecem sujeitos à legislação vigente e serão tributados às seguintes alíquotas:

I - 20% (vinte por cento), no caso de operação **day trade**;

II - 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses.

§ 1º As operações a que se refere o **caput** deste artigo, exceto **day trade**, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre os seguintes valores:

I - nos mercados futuros, a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;

28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

II - nos mercados de opções, o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;

III - nos contratos a termo:

a) quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento, a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;

b) com liquidação exclusivamente financeira, o valor da liquidação financeira previsto no contrato;

IV - nos mercados à vista, o valor da alienação, nas operações com ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo:

I - não se aplica às operações de exercício de opção;

II - aplica-se às operações realizadas no mercado de balcão, com intermediação, tendo por objeto os valores mobiliários e ativos referidos no inciso IV do § 1º deste artigo, bem como às operações realizadas em mercados de liquidação futura fora de bolsa.

§ 3º As operações **day trade** permanecem tributadas, na fonte, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Fica dispensada a retenção do imposto de que trata o § 1º deste artigo cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).

§ 5º Ocorrendo mais de uma operação no mesmo mês, realizada por uma mesma pessoa, física ou jurídica, deverá ser efetuada a soma dos valores de imposto incidente sobre todas as operações realizadas no mês, para efeito de cálculo do limite de retenção previsto no § 4º deste artigo.

§ 6º Fica responsável pela retenção do imposto de que tratam o § 1º e o inciso II do § 2º deste artigo a Instituição Intermediadora que receber diretamente a ordem do cliente, a bolsa que registrou as operações ou entidade responsável pela liquidação e compensação das operações, na forma regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 7º O valor do imposto retido na fonte a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser:

I - deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês;

II - compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes;

III - compensado na declaração de ajuste se, após a dedução de que tratam os incisos I e II deste parágrafo, houver saldo de imposto retido;

IV - compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

§ 8º O imposto de renda retido na forma do § 1º deste artigo deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional até o 3º (terceiro) dia útil da semana subsequente à data da retenção.

28 DEZ 09 764339

Art. 3º Ficam isentos do Imposto de renda:

I - os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro ativo financeiro cujo valor das alienações, realizadas em cada mês, seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o conjunto de ações e para o ouro ativo financeiro respectivamente;

II - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário.

Art. 4º Não se aplica o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei às pessoas jurídicas de que trata o art. 77, inciso I, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, aos investidores estrangeiros referidos no art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e às entidades ou fundos optantes pelo regime especial de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, que permanecem sujeitos às normas previstas na legislação vigente.

Art. 5º Na transferência de titularidade de ações negociadas fora de bolsa, sem intermediação, a entidade encarregada de seu registro deverá exigir o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração do alienante sobre a inexistência de imposto devido, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

§ 1º Quando a transferência for efetuada antes do vencimento do prazo legal para pagamento do imposto devido, a comprovação de que trata o caput deste artigo deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o vencimento do referido prazo, ao final do qual, caso não tenha sido realizada, a entidade deverá comunicar o fato à Secretaria da Receita Federal na forma e prazo por ela regulamentados.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a entidade à multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido.

Art. 6º Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

§ 12. ....

XII - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

....." (NR)

"Art. 28. ....

VI - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

....." (NR)

28 DEZ 09 764339

Art. 7ª As pessoas jurídicas que auferiram as receitas de que trata o inciso XXIII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ficam obrigadas a instalar o equipamento emissor de cupom fiscal em seus estabelecimentos, na forma disciplinada pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

Art. 8ª A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao 3º (terceiro) e 4º (quarto) trimestres-calendário de 2004, apurar o Imposto de Renda com base no lucro real trimestral, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos 2 (dois) primeiros trimestres, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 9ª Os incisos I e II do art. 1ª da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1ª .....

I - de 1ª de janeiro de 2004 a 30 de setembro de 2004: quinzenal; e

II - a partir de 1ª de outubro de 2004: mensal.

....." (NR)

Art. 10. Os itens 1 e 2 da alínea c do inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52. ....

I - .....

c) .....

1. em relação aos fatos geradores que ocorrerem no período de 1ª de janeiro de 2004 até 30 de setembro de 2004: até o último dia útil do decêndio subsequente à quinzena de ocorrência dos fatos geradores; e

2. em relação aos fatos geradores que ocorrerem a partir de 1ª de outubro de 2004: até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores;

....." (NR)

Art. 11. Sem prejuízo do disposto no inciso I do § 10 do art. 8ª e no inciso I do caput do art. 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, será facultado o lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento para a realização de operações com os valores mobiliários de que tratam os referidos incisos, desde que seja mantido controle, em separado, pela instituição interveniente, dos valores mobiliários adquiridos por intermédio das contas correntes de depósito à vista e de investimento. (Vigência)

§ 1ª Os valores referentes à liquidação das operações com os valores mobiliários de que trata o caput deste artigo, adquiridos por intermédio de lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento, serão creditados ou debitados a essa mesma conta.

28 DEZ 09 764339

§ 2º As instituições intervenientes deverão manter controles em contas segregadas que permitam identificar a origem dos recursos. ~~Que não sejam investidos em ações e produtos derivados provenientes da conta corrente e da conta para investimento.~~ **RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RJ**

Art. 12. Será dada ciência ao sujeito passivo do ato que o excluir do parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de que tratam os arts. 1º e 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mediante publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Fica dispensada a publicação de que trata o caput deste artigo nos casos em que for dada ciência ao sujeito passivo pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 13. Fica instituído o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, nos termos desta Lei.

Art. 14. As vendas de máquinas, equipamentos e outros bens, no mercado interno, ou a sua importação, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva em portos na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação.

§ 1º A suspensão do Imposto de Importação e do IPI converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 2º A suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS converte-se em operação, inclusive de importação, sujeita a alíquota 0 (zero) após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 3º A aplicação dos benefícios fiscais, relativos ao IPI e ao Imposto de Importação, fica condicionada à comprovação, pelo beneficiário, da quitação de tributos e contribuições federais e, no caso do IPI vinculado à importação e do Imposto de Importação, à formalização de termo de responsabilidade em relação ao crédito tributário suspenso.

§ 4º A suspensão do Imposto de Importação somente será aplicada a máquinas, equipamentos e outros bens que não possuam similar nacional.

§ 5º A transferência, a qualquer título, de propriedade dos bens adquiridos no mercado interno ou importados mediante aplicação do REPORTO, dentro do prazo fixado nos §§ 1º e 2º deste artigo, deverá ser precedida de autorização da Secretaria da Receita Federal e do recolhimento dos tributos suspensos, acrescidos de juros e de multa de mora estabelecidos na legislação aplicável.

§ 6º A transferência a que se refere o § 5º deste artigo, previamente autorizada pela Secretaria da Receita Federal, a adquirente também enquadrado no REPORTO será efetivada com dispensa da cobrança dos tributos suspensos desde que, cumulativamente:

I - o adquirente formalize novo termo de responsabilidade a que se refere o § 3º deste artigo;

28 DEZ 09 764339

II - assuma perante a Secretaria da Receita Federal a responsabilidade pelos tributos e contribuições suspensos, desde o momento de ocorrência dos suspensores.

§ 7º O Poder Executivo relacionará as máquinas, equipamentos e bens objetos da suspensão referida no **caput** deste artigo.

Art. 15. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal estabelecerá os requisitos e os procedimentos para habilitação dos beneficiários ao REPORTO.

Art. 16. O REPORTO aplica-se às aquisições e importações efetuadas até 31 de dezembro de 2007.

Art. 17. As vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota O (zero) ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

Art. 18. Por um prazo de 10 (dez) anos a contar da vigência da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino seja porto localizado na Região Norte e Nordeste do país, exceto para as embarcações de casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis, cujo prazo será de 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 19. O levantamento ou a autorização para depósito em conta bancária de valores decorrentes de precatório judicial somente poderá ocorrer mediante a apresentação ao juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo:

I - aos créditos de natureza alimentar, inclusive honorários advocatícios;

II - aos créditos de valor igual ou inferior ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.

Art. 21. Os arts. 13, 19 e 20 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. ....

§ 1º A falta de pagamento de 2 (duas) prestações implicará a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa da União ou o

28 DEZ 09, 764339

prosseguimento da execução, vedado o parcelamento, com exceção do previsto no § 2º deste artigo.

REGISTRADO E MICROFILMADO

§ 2º Salvo o disposto no art. 11 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, "que trata do parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dá outras providências", será admitido o parcelamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União, observado o seguinte:

I - ao formular o pedido de parcelamento, o devedor deverá comprovar o recolhimento de valor correspondente a 20% (vinte por cento) do débito consolidado;

II - rescindido o parcelamento, novas concessões somente serão aceitas no caso de o pedido vir acompanhado de comprovação do recolhimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do débito consolidado;

III - aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de parcelamento, naquilo que não o contrariar, as demais disposições relativas ao parcelamento previstas nesta Lei." (NR)

"Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexistir outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente, reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, hipótese em que não haverá condenação em honorários, ou manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.

§ 4º A Secretaria da Receita Federal não constituirá os créditos tributários relativos às matérias de que trata o inciso II do caput deste artigo.

§ 5º Na hipótese de créditos tributários já constituídos, a autoridade lançadora deverá rever de ofício o lançamento, para efeito de alterar total ou parcialmente o crédito tributário, conforme o caso." (NR)

"Art. 20. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 2º Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

28 DEZ 09 764339

§ 4º No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o inciso II do caput deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas." (NR)

Art. 22. O art. 17 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. ....

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil expedirão instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo." (NR)

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - na hipótese dos arts. 1º a 5º e 7º, a partir de 1º de janeiro de 2005;

II - na hipótese do art. 11, a partir de 1º de outubro de 2004;

III - na data de sua publicação, nas demais hipóteses.

Art. 24. Ficam revogados o art. 63 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a partir de 1º de janeiro de 2005, e o § 2º do art. 10 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

Brasília, 21 de dezembro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho



Presidência da República

28 DEZ 99

764339

Casa Civil

REGISTRADO E MICROFILMADO  
CASA CIVIL - 1A. DIVISÃO - 001/001111

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas  
para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

(...)

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

(...)

Brasília, 4 de maio de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Pedro Malan*

*Martus Tavares*

RESOLUÇÃO Nº 438, DE 30 DE MAIO DE 2005. 28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal, de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada no dia 30 de maio de 2005, resolve:

#### Titulo I

#### Das Requisições de Pagamento

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (DE n° 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, e seus honorários sucumbenciais deverão ser considerados como parcela autônoma, não sujeita ao rateio entre credores para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da Instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I - número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

II - natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III - nomes das partes e de seus procuradores;

28 DEZ 09 764339

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

REGISTRADO E INSCRITO

RIO DE JANEIRO, 28 DEZ 2009

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado.

§1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

§2º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação



das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

## Título II

### Da Ordem Cronológica de Pagamento

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O Juízo da execução, em se tratando de precatório, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

28 DEZ 09 764336  
Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão causa mortis, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.

### Título III

#### Do Saque e Levantamento dos Depósitos

Art. 17. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

§1º Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.

§2º Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará.

§3º Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.

Art. 18. O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.

Art. 19. Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.

Art. 20. Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará pelo Juízo da execução.

### Título IV

#### Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 2º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.

28 DEZ 09 764336

Art. 22. Ficam revogadas as Resoluções nºs 263, de 21 de maio de 2002; 271, de 08 de agosto de 2002; 373, de 25 de maio de 2004; 399, de 26 de outubro de 2004, e 429, de 14 de abril 2005.

Art. 23. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*  
Presidente



28 DEZ 09 764339  
RESOLUÇÃO Nº 439, DE 30 DE MAIO DE 2005.

REGISTRADO E MICROFILMADO  
Aprova a revisão do Manual de Procedimentos para  
a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e  
Requisições de Pequeno Valor - RPV.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo nº 2004160655, em sessão de 30 de maio de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do anexo Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV.

Art. 2º A Secretaria do Conselho da Justiça Federal Incumbir-se-á da impressão do Manual e de sua remessa a todos os juízes federais de primeiro e segundo graus.

Art. 3º O Manual deverá ser disponibilizado, por meio da *Internet*, na página do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro Edson Vidigal  
Presidente





28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CARPAIX - RJ

**ANEXO III**

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "WTD - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PRECATÓRIOS ALIMENTÍCIOS FEDERAIS", constituído em 9 de setembro de 2009 pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.*

**Resolução nº 559 de 26/06/2007, do Conselho da Justiça Federal**



137



28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

*Conselho da Justiça Federal*

RESOLUÇÃO Nº 559, DE 26 DE JUNHO 2007.

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada em 15 de junho de 2007, resolve:

**Título I**

**Das Requisições de Pagamento**

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§ 1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§ 2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§ 3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO

*Conselho da Justiça Federal* - RJ

- ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, quando se tratar de honorários sucumbenciais, e seus honorários devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§ 1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado, bem como qualquer cessão de crédito, não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor, ou tampouco altera o número de parcelas do precatório comum, devendo ser somado ao valor do requerente para fins de cálculo da parcela.

§ 3º Em se tratando de RPV com renúncia, o valor devido ao requerente somado aos honorários contratuais não pode ultrapassar o valor máximo para tal modalidade de requisição.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I - número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;



28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

*Conselho da Justiça Federal*

- II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;
- III – nomes das partes, nome e número no CPF ou no CNPJ de seu procurador;
- IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;
- V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);
- VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;
- VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;
- VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;
- IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;
- X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado;
- XI – em havendo destaque de honorários contratuais ou cessão parcial de crédito, os valores do credor originário, advogado ou cessionário, deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio ou utilizado outro meio que permita a vinculação.

§ 1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

- I – número do processo e data do ajuizamento da ação;
- II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;
- III – nomes das partes, nome e número no CPF ou no CNPJ de seu procurador;
- IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;
- V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);
- VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;
- VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;



28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
CIVIL DO TRIBUNAL FEDERAL - RJ

### *Conselho da Justiça Federal*

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão;

IX – em havendo destaque de honorários contratuais ou cessão parcial de crédito, os valores do credor originário, advogado ou cessionário, deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio ou utilizado outro meio que permita a vinculação.

§ 2º As requisições de pagamento parceladas que contenham destaques para honorários contratuais e cessão de crédito deverão conter apenas um autor com seus respectivos destaques.

§ 3º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

## **Título II**

### **Da Ordem Cronológica de Pagamento**

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O juiz da execução, em se tratando de precatórios ou requisições de pequeno valor, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.



28 DEZ 09 764339

REGISTRADO E MICROFILMADO  
DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE - RJ

### *Conselho da Justiça Federal*

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§ 1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§ 2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. No caso de penhora, arresto, sequestro ou sucessão *causa mortis*, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.

### **Título III**

#### **Do Saque e Levantamento dos Depósitos**

Art. 17. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

§ 1º Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.

§ 2º Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará ou meio equivalente.

§ 3º Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.

Art. 18. O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.

Art. 19. Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.



REPOSITO DE TITUL. E DOCUMENTOS  
30 074010

28 DEZ 09 764339

*Conselho da Justiça Federal* MICROFILMADO

Art. 20. Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará ou meio equivalentes pelo Juízo da execução.

**Título IV**

**Disposições Finais e Transitórias**

Art. 21. O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 1º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.

Art. 22. O § 2º do art. 6º, o inciso XI do art. 6º e o inciso IX do § 1º do art. 6º, bem como o art. 12 em sua nova redação, entram em vigor no dia 02 de julho de 2007.

Art. 23. Revoga-se a Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005 e demais disposições em contrário.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**Ministro BARROS MONTEIRO**  
Presidente

Publicada no Diário Oficial da União  
Em 28/06/2007 Seção I pág. 123

Parecer



## MOTTA, FERNANDES ROCHA

### ADVOGADOS

Nelson Cláudio Motta  
Pedro Paulo Cristofaro  
Osvaldo de Moraes Bastos Sobrinho  
Alair de Lima Filho  
Helo Saboya  
Lutz Leonardo Cantidiano  
Maria Lucia Cantidiano  
Julian Fonseca Peña Chediak  
Eduardo Garcia de Araujo Jorge  
Paulo Penava Santos  
Vanilda Fátima Matoline Hin  
André Cantidiano  
Omar Simões  
Lutz Eduardo Cavalcanti Corrêa  
Alexandra Garçhot  
Márcio Monteiro Gea  
Claudia Gottsfritz

Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner  
Marcio Marçal F. de Souza  
Hélla Márcia Gomes Pinheiro  
José Alexandre Corrêa Meyer  
Carlos Eduardo Meneses Côrtes  
Michael Altit  
Viviane Paladino  
Larissa Possato  
Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo  
Gustavo Golabefra de Oliveira  
José Hugo Campbell Alquéres  
Catarina Iazzetti Ferreira  
Flavio Aldred Ramacciotti  
André Lutz de Lima Daibes  
Cecília Mignone Modesto Lessi  
Isabel Cantidiano  
Julio Mala Vidal

Pedro Marcos Amul Buicão  
Carla Cid Varela Madeira  
Rodrigo de Campos Maia  
Beatriz Villas Boas P. Trevo  
Eduardo Messias Altemani  
Caio Machado Filho  
Ranato de Góes Ribeiro  
Bruno Pierin Furlati  
Daniel Kalansky  
Marco Antonio Guérios Borna  
Juliana Alves do Nascimento

CONSULTORES:  
J. A. Penava Santos  
José Botafogo Gonçalves

São Paulo, 23 de dezembro de 2009.

À

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205.

Rio de Janeiro – RJ

*Ref.: Emissão e Distribuição Pública de Quotas Seniores do WTD – Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Alimentícios Federais ("Fundo"), em fase de constituição, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a "Administradora")*

Prezados Senhores,

Assessoramos a Administradora na preparação dos instrumentos jurídicos relacionados à constituição do Fundo. Fomos solicitados pela Administradora a apresentar, em linhas gerais, com base na legislação brasileira vigente nesta data, parecer jurídico nos termos do parágrafo 1º, do art. 7º da Instrução CVM nº 444/06.

#### **I. Precatórios Alimentares – Conceito**

SÃO PAULO

ALAMEDA SANTOS, 2.335 | 10º E 11º ANDARES | CEP 01419-002  
SÃO PAULO | SP | BRASIL | TEL 55 11 3082 9394 | FAX 3082 3272  
mfra@mfra.com.br | www.mfra.com.br

RIO DE JANEIRO

AV. ALMIRANTE BARROSO, 52 | 5º ANDAR | CEP 20031-000  
RIO DE JANEIRO | RJ | BRASIL | TEL 55 21 2533 2200 | FAX 2262-2459  
mfra@mfra.com.br | www.mfra.com.br

**MOTTA, FERNANDES ROCHA**  
**ADVOGADOS**

Os direitos creditórios a serem cedidos ao Fundo são decorrentes de ações judiciais em que figura como ré a União, tendo por objeto a obtenção de pagamento de valores devidos pela União de natureza alimentar.

Em 9 de dezembro de 2009 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 62, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal, que trata dos precatórios, e também acrescentou o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que regula o pagamento dos precatórios em atraso até a data de publicação da referida emenda constitucional, ocorrida em 10/12/2009.

Como regra geral, os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, são feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação da requisição de pagamento à entidade de direito público devedora. Cada requisição forma um precatório, que deverá ser pago (se apresentado até 1º de julho) até o final do exercício seguinte.

O artigo 100 da Constituição Federal, em seus §§1º e 2º, define o que são créditos de natureza alimentar e especifica regras específicas de pagamento:

*“§1º - Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.*

*§2º - Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.”.*

**MOTTA, FERNANDES ROCHA**  
**ADVOGADOS**

Dada a impossibilidade financeira do Poder Público pagar a todos os credores de precatórios, inclusive alimentares, em um único momento, ao longo do tempo evoluiu-se para a formação de fila autônoma de precatórios de natureza alimentícia, situação consolidada com o advento da Súmula nº 655, publicada em 13/10/2003, ainda em vigor:

*"Súmula 655 - A exceção prevista no art. 100, 'caput', da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza".*

## II - Parcelamentos

Ao longo do tempo, entidades de direito público deixaram de cumprir o comando constitucional e não liquidaram os precatórios nos prazos previstos.

Quando da promulgação da atual Constituição, um primeiro parcelamento foi previsto no artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prevendo-se a liquidação de todos os débitos pendentes em até 8 anos.

Inúmeros precatórios não foram pagos nem assim, e os novos precatórios emitidos foram, em grande parte, pagos com atrasos, sem correção monetária, ou liquidados de forma apenas parcial, ensejando o acúmulo de grande dívida pública em precatórios.

Com a Emenda Constitucional nº 30/2000 criou-se novo parcelamento de precatórios, com a introdução do artigo 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prevendo um mecanismo excepcional de pagamento de precatórios (exceto os alimentares e os créditos de pequeno valor) em 10 parcelas anuais, para os precatórios existentes até 31/12/1999 ou decorrentes de ações ajuizadas até aquela data:

*"Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios*

**MOTTA, FERNANDES ROCHA**  
**ADVOGADOS**

*pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos”.*

Por não se sujeitarem a esse regime excepcional do artigo 78 do ADCT, os precatórios alimentares continuaram a ser pagos da mesma forma anterior, ou seja, conforme o artigo 100 da Constituição Federal, de uma só vez, até o fim do exercício seguinte, respeitando ordem cronológica própria dos créditos de natureza alimentícia.

No âmbito federal, não há notícia, até a presente data, de atrasos nos pagamentos dos precatórios comuns ou dos alimentares, ao contrário do que ocorrem em Estados e Municípios de todo o país.

A recente introdução de novo regime de pagamento de precatórios, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009, não afetou substancialmente os precatórios alimentares. Continuam a ter preferência de pagamentos sobre os precatórios comuns, e criou-se ainda uma prioridade até antes inexistente, para titulares de precatórios com mais de 60 anos na data de sua expedição e portadores de doenças graves, limitado a um determinado valor, sujeitando-se eventual saldo remanescente à ordem cronológica normal.

Cabe destacar que a Emenda Constitucional nº 62/2009 introduziu no artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias novas regras para o pagamento do grande estoque de precatórios com liquidação atrasada. Vale consignar que tais regras somente valem para Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, não se aplicam aos precatórios devidos pela União. E o próprio artigo 97 do ADCT excetua do novo regime os precatórios alimentares, ou seja, aplica-se apenas aos precatórios comuns.

Tendo em vista que o Fundo a ser estruturado adquirirá somente precatórios alimentares devidos pela União, as referidas regras não são aplicáveis.

## II. Cessão do Crédito

**MOTTA, FERNANDES ROCHA**  
**ADVOGADOS**

Mesmo antes da EC62/2009, a cessão de crédito já era autorizada pela legislação vigente, e não existia vedação expressa à transferência de titularidade de precatórios alimentares. Considerando-se que, nos termos de seu regulamento ("Regulamento"), o Fundo somente poderá adquirir precatórios emitido contra a União e/ou suas Autarquias, regularmente protocolados, com número de ordem cronológica, e desde que observados todos os procedimentos e formalidades descritos no Regulamento e no prospecto de distribuição das quotas, a cessão dos direitos creditórios é negócio jurídico válido nos termos da legislação aplicável.

A introdução de novos parágrafos ao artigo 100 da Constituição veio colocar um fim às poucas discussões ainda existentes quanto à validade das cessões de precatórios:

*"§13 - O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.*

*§14 - A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora."*

Ao mesmo tempo em que a cessão de crédito está expressamente autorizada, a exceção contida no final do §13 do artigo 100 da Constituição deixa claro que, uma vez cedido o crédito, não se aplicam as regras especiais para maiores de 60 anos, portadores de doença grave ou obrigações definidas como de pequeno valor, cujo pagamento independe de precatório (o §3º).

Cabe ressaltar a existência de entendimento doutrinário e jurisprudencial minoritário, antes da EC62/2009, no sentido de que os precatórios de natureza alimentar teriam caráter personalíssimo e, por essa razão, a cessão a terceiros mudaria sua natureza para precatório comum. Trata-se de tese que nunca ganhou força, e parece sepultada pelos Tribunais<sup>1</sup>, mas

---

<sup>1</sup> Por exemplo, recente julgado do STJ, em acórdão unânime da 1ª Turma, adotado no RMS 28811-PR, publicado no Diário da Justiça em 28.06.2009: "... 3. Consoante observam os renomados doutrinadores citados pelo Tribunal de origem, a cessão de crédito não altera a natureza deste. Desse modo, cedido crédito de natureza alimentícia, esta qualidade da obrigação permanece."

**MOTTA, FERNANDES ROCHA**  
**ADVOGADOS**

qualquer discussão desta natureza em juízo poderia, em tese, atrasar o pagamento dos precatórios.

A cessão de crédito é uma das formas de transmissão das obrigações e, salvo disposição expressa, não pressupõe a anuência prévia do devedor para sua realização.

A cessão de créditos provenientes de condenações judiciais deverá também observar as regras e os procedimentos definidos no Código Civil e, agora, na Constituição. É necessário que o devedor seja comunicado da cessão para que tenha eficácia em relação ao mesmo, e que o ato de cessão seja comunicado ao juízo por meio de petição. Ou seja, o instrumento de cessão tendo por objeto um precatório deve ser necessariamente levado aos autos do processo para que o juízo e a parte contrária, neste caso a União, tomem ciência da cessão, e o negócio jurídico produza os seus efeitos também perante terceiros.

Regra geral, a cessão de direitos poderá ser celebrada por meio de instrumento particular. Não há até o momento nenhuma previsão legal que estabeleça procedimento especial para que se dê a cessão de créditos, inclusive precatórios. Porém, no caso de crédito contra a Fazenda Pública recomenda-se, por cautela, que a cessão seja sempre realizada por meio de instrumento público, em atendimento ao art. 288 do Código Civil.

#### **IV - Possibilidade de alteração na forma de pagamento**

Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, e agora com a Emenda Constitucional nº 62, que instituiu regime especial para pagamento de precatórios, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento de precatórios.

Vale lembrar que a União vem pagando os precatórios que deve no prazo constitucional, não havendo registros de atrasos. Os precatórios alimentares são pagos em uma única parcela, até o final do exercício seguinte ao de sua expedição (desde que ocorra antes de 1º julho, caso

**MOTTA, FERNANDES ROCHA**  
**ADVOGADOS**

contrário prorrogam-se para o final do exercício seguinte), e o Supremo Tribunal Federal já havia cristalizado o entendimento de que nesse período não há mora do devedor, e, portanto, não seriam cabíveis juros, somente correção monetária.

Agora, com a EC62/2009, introduziu-se o §12 ao artigo 100 da Constituição, com a seguinte redação: *"§12 - A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios."*

Pela regra constitucional, há incidência de correção monetária e juros a partir da expedição dos novos precatórios, inclusive alimentares, até o efetivo pagamento.

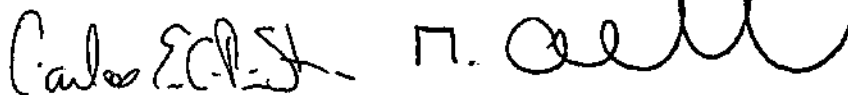
Interpretando-se a referida norma constitucional, todos os precatórios, inclusive os já emitidos, serão corrigidos, a partir da promulgação da Emenda Constitucional 62/2009, da mesma forma que as cadernetas de poupança. A regra não deve afetar os pagamentos a serem realizados no exercício de 2010, pois a lei orçamentária foi aprovada antes da promulgação da referida emenda constitucional.

De todo o modo, qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, positiva ou negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

**MOTTA, FERNANDES ROCHA**  
**ADVOGADOS**

A presente correspondência é endereçada à Administradora. Os entendimentos ora manifestados dizem respeito somente ao escopo de nosso trabalho conforme delimitado no presente documento em 23.12.09. Possíveis adquirentes de quotas do Fundo deverão consultar seus próprios assessores legais e financeiros antes de realizar um investimento em quotas do Fundo, bem como analisar cuidadosamente a legislação aplicável e as informações contidas no prospecto e no Regulamento do Fundo.

Atenciosamente,



MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS



*Fundo*

WTD –Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios  
Alimentícios Federais  
CNPJ nº 11.137.038/0001-27

*Administradora e Distribuidor*

**OLIVEIRA TRUST.**

CNPJ nº 36.113.876/0001-91  
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205  
22640-100  
Rio de Janeiro – RJ

*Consultor de Crédito*

**WSUL Gestão Tributária Ltda.**

CNPJ nº 09.314.558/0001-16  
Rua Mostardeiro, nº 366, conjunto 701,  
Bairro Independência  
Porto Alegre – RS

*Custodiante*

**HSBC Bank Brasil S.A.**

CNPJ nº 01.701.201/0001-89  
Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar  
Curitiba – PR

*Estruturador*

**AMPF Consultoria em**

**Investimentos Ltda.**

CNPJ nº 11.041.664/0001-15  
Praia de Botafogo, nº 501, Torre Pão  
de Açúcar, 1º andar

*Agência de Classificação de Risco*

**Austin Rating Serviços Financeiros**

CNPJ nº 05.803.488/0001-09  
Rua Leopoldo Couto Magalhães, 110 – conjunto  
73, São Paulo – SP

*Assessor Legal*

**Motta, Fernandes Rocha Advogados**

CNPJ nº 35.808.211/0001-30  
Alameda Santos, nº 2335 – 11º andar  
01419-002  
São Paulo – SP

*Empresa de Auditoria*

**KPMG Auditores Independentes**

CNPJ nº 57.755.217/0001-29  
Rua Dr. Renato Paes de Barros, no 33,  
13º andar  
São Paulo – SP